

MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS,
CULTURAIS E INTERARTES

RAMO DE LITERATURA PORTUGUESA

Mapeando as “Margens de Areia”: Políticas de Localização em *Novas Cartas Portuguesas*

Peter Haysom

M

2016



Peter Haysom

Mapeando as “Margens de Areia”:

Políticas de Localização em *Novas Cartas Portuguesas*

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes
Orientada pela Professora Doutora Joana Matos Frias e pela Doutora Marinela Freitas

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016

Mapeando as “Margens de Areia”:
Políticas de Localização em *Novas Cartas Portuguesas*

Peter Haysom

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes
Orientada pela Professora Doutora Joana Matos Frias e pela Doutora Marinela Freitas

Membros do Júri

Doutora Marinela Carvalho Freitas
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Ana Margarida Martins
Departamento de Estudos Hispânicos – Universidade de Exeter

Professora Doutora Zulmira da Conceição Trigo Gomes Marques Coelho Santos
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

Para Maria Isabel Barreno

1939-2016

“Recriando a nós próprias, recriamos o mundo.”

Agradecimentos

Uma dissertação é sempre uma colaboração, uma construção conjunta de “várias mãos”. Queria agradecer em primeiro lugar à Doutora Marinela Freitas, pela sua orientação fabulosa, a sua ajuda e apoio constante (a nível académico e emocional), e a sua sempre boa disposição. Agradeço também à Professora Doutora Joana Matos Frias pela sua cooperação e apoio neste projeto. Agradeço a todas as minhas Professoras e a todos os meus Professores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que ao longo dos últimos dois anos me deram a oportunidade de explorar obras e temas incontornáveis da literatura portuguesa, culminando nesta tese. Do mesmo modo, queria agradecer à empresa *Market Access*, cuja decisão de contratar-me há dois anos permitiu que eu pudesse levar a cabo este curso de Mestrado. Deixo uma nota de gratitude à minha colega e fiel amiga Lorna Kirkby, e ao meu amigo Alexandre Reis, que me ajudou imensamente na revisão do texto. Em último lugar, agradeço à minha querida família – a minha mãe, o meu pai, o meu irmão e a minha avó – que de longe, *da margem*, sempre acreditaram em mim.

Resumo

Esta dissertação de mestrado pretende ler *Novas Cartas Portuguesas* (1972), de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, à luz das “políticas de localização”, utilizando uma série de textos teóricos provenientes dos feminismos anglo-saxónicos relacionados com a localização e o ponto de enunciação do sujeito feminino. Tendo em consideração o contexto histórico, político e social do Estado Novo, propõe-se uma análise interseccional do modo como nesta obra literária as autoras “localizam” as mulheres portuguesas, em termos literalmente geográficos, assim como no que diz respeito a diversos fatores sociais, que determinam a sua posição de centro ou margem na sociedade portuguesa da época. Esta dissertação considerará ainda a politização dos espaços ou lugares do feminino articulados no livro, na medida em que as “políticas de localização” são utilizadas para resistir contra forças de hegemonia e para construir uma solidariedade feminina universal.

Palavras-chave:

políticas de localização; margem; centro; resistência; interseccionalidade; feminismos

Abstract

This dissertation aims to read the 1972 book *Novas Cartas Portuguesas*, written by Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa, through the prism of “politics of location”, using a set of theoretical texts from Anglo-American feminisms related to the location and standpoint of the female subject. Taking into account the historical, political and social context of the *Estado Novo* regime, the dissertation proposes an intersectional analysis of the ways in which the authors “localise” Portuguese women in this literary work, both in geographical terms and in accordance with a number of social factors that determine their relative position in the centre or margin of the Portuguese society of the period. This study will also consider the politicisation of the spaces and places occupied by women within the book, insofar as the “politics of location” are used to resist against forces of hegemony, and to construct a universal female solidarity.

Key words

politics of location; margin; centre; resistance; intersectionality; feminisms

ÍNDICE

Agradecimentos.....	5
Resumo/Abstract.....	6
INTRODUÇÃO: “Das margens de areia que nos cercam”	8
CAPÍTULO I: Dos centros e das margens: para uma política de localização no contexto português.....	23
1.1. Políticas de localização: uma perspectiva teórica.....	23
1.2. Localização: Portugal, 1972 – as mulheres portuguesas e o Estado Novo.....	35
CAPÍTULO II: “Nem só de nós falamos”: Uma análise interseccional de <i>Novas Cartas Portuguesas</i>	50
2.1. A “localização” geográfica.....	55
2.2. Outras “localizações”.....	61
CAPÍTULO III: “Formar um bloco com os nossos corpos”: Políticas de localização como políticas de resistência.....	75
3.1. A margem (e o centro) como espaço de resistência.....	75
3.2. A criação de uma sororidade universal.....	87
CONCLUSÃO: “Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível”	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

INTRODUÇÃO

“Das margens de areia que nos cercam”

E ainda queria ter-vos dito das margens de areia que nos cercam, cada gesto que fazemos é como uma pedra na água, as ondas vão e chegam ou não onde não podemos saber, e chegam mansas, bravas, tortas, direitas; as margens de areia estão sempre prontas a desmoronar-se (...).

Maria Isabel Barreno
Maria Teresa Horta
Maria Velho da Costa

Meses antes de eclodir a Revolução dos Cravos de Abril de 1974, as três autoras de *Novas Cartas Portuguesas*, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa encontravam-se no meio de um processo judicial, movido pelos serviços de censura do Estado Novo em Maio de 1972. O livro tinha sido apreendido pelas autoridades salazaristas sob a acusação de conter “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” (Vidal, 1974: 24) e as três escritoras – que viriam mais tarde a ficar conhecidas como as “Três Marias” – respondiam em tribunal por um processo-crime. Contudo, como explica Duarte Vidal, advogado de defesa de Maria Isabel Barreno neste processo, em vez de uma acusação política, a Direção Geral de Segurança optou por uma “acusação pelo delito comum de ofensas à moral pública”, uma estratégia “hábil” que teve como propósito a “despromoção da obra literária” e a “degradação da imagem das autoras” (*idem*: 11). Por essa razão, a questão da qualidade literária do livro dominou parte da argumentação produzida em tribunal. Este julgamento teve como testemunhas de defesa escritores conhecidos e figuras públicas da época, tais como Natália Correia, Maria Lamas e Urbano Tavares Rodrigues, que se voluntariaram para depor em gesto de solidariedade para com as autoras (cf. Amaral / Freitas, 2014: 45).¹ Nesses vários depoimentos, este livro foi referido por Urbano Tavares Rodrigues como “uma obra-prima da literatura portuguesa”, afirmando o autor que, “dos pontos de vista de pesquisa formal e da composição literária [, o livro] prestigia as letras portuguesas em todo o Mundo” (*apud* Vidal, 1974: 39). Por sua vez, Maria Lamas (a ativista

¹ Para além destes nomes, houve numerosas testemunhas de defesa amplamente conhecidas na esfera literária e pública em Portugal, incluindo Alexandre O’Neill, David Mourão-Ferreira, Fernanda Botelho, Fernando Namora, João Gaspar Simões, José Cardoso Pires e Natália Nunes, entre outras (cf. Amaral / Freitas, 2014: 45).

feminista e oposicionista ao Estado Novo) descreveu a obra como “um livro de choque”, considerando que, através de uma forma literária “realista” e das “mais belas páginas que se têm escrito até hoje”, as Três Marias contribuíam para a “luta pela dignificação da mulher” e, consequentemente, para a “dignificação do homem também” (*idem*: 53).

Uma outra questão discutida durante o julgamento foi a do grau de *acessibilidade* das *Novas Cartas* para a sociedade portuguesa em geral. Por exemplo, o escritor Augusto Abelaira afirmou que, “tendo-se em atenção o atraso cultural a que a população foi reduzida, [o livro] só é acessível a uma minoria de portugueses” (*idem*: 42), referindo-se, no seu depoimento, não só ao fato de muitos portugueses não terem acesso a obras literárias em Portugal, mas também aos altos níveis de analfabetismo no país. Do mesmo modo, o escritor Urbano Tavares Rodrigues salientou a inacessibilidade da obra para a maior parte do público português, devido às dificuldades económicas que muitos portugueses tinham e também ao seu baixo nível de educação:

Novas Cartas Portuguesas é um livro acessível apenas a uma minoria da população portuguesa e isto por duas razões: primeiramente porque, dado o baixo nível sócio-económico da população esta não tem acesso às fontes da cultura; em segundo lugar e ainda que grande parte da população tivesse possibilidades de aquisição deste livro, o que não se verifica, o certo é que em face da investigação formal e da novidade da escrita, o livro só seria acessível à compreensão de uma minoria. (*idem*: 40)

Esta estratégia das testemunhas de defesa talvez possa ser lida de duas maneiras: por um lado, procurava-se defender as autoras contra as acusações de terem escrito um livro perigoso porque ofensivo “à moral pública” (*idem*: 11), e por outro, aproveitava-se a oportunidade para criticar o atraso da sociedade portuguesa, tendo em consideração os níveis de pobreza, o atraso social e o elevado grau de analfabetismo (deixando grande parte de população sem acesso a fontes de cultura) que se verificava em Portugal durante o período obscurantista e ultra-conversador da ditadura.

Paralelamente, muitos dos depoimentos reconheciam a *relevância* das *Novas Cartas* para a sociedade portuguesa da época, devido às temáticas abordadas que remetiam diretamente para as realidades do país. O exemplo da escritora Natália Correia, responsável pela publicação do livro na editora Estúdios Cor, ilustra bem esta questão. Correia também afirmou que “a obra pelo seu nível literário e profundidade dos seus conceitos e ensaios, só [era] acessível a espíritos de alto nível cultural” (*idem*: 38), embora defendesse que *Novas*

Cartas Portuguesas, assim como uma série de outras obras literárias da sua geração, respondia “às exigências actuais do Público Português, mentalizado através da arte, da filosofia, do cinema, para uma evolução que (...) é inelutável que se verifique” (*ibidem*). Isto é, Correia considerava que as *Novas Cartas* tinham uma relevância direta para a sociedade portuguesa da época, e para a nova mentalidade cultural que se estava a desenvolver apesar de todos os esforços da ditadura ultra-conservadora. Da mesma forma, o escritor José Tengarrinha lembrou que, se o público português tivesse tido pleno acesso ao livro, teria visto o reflexo da sua própria realidade, porque a obra correspondia completamente à experiência da mulher portuguesa durante o Estado Novo: “o livro contém rigoroso e correcto equacionamento teórico da posição da mulher nos nossos dias” (*idem*: 47). Mais ainda, e como Vidal sintetizaria, esta obra literária teve importância no seu país de origem porque refletia todo um conjunto de fatores sociais que caracterizavam a sociedade portuguesa da época, não só no que diz respeito às mulheres mas também a outros aspectos que marcavam o regime opressivo do Estado Novo: “Para além de combater um sistema social e político arraigadamente assente em formas de patriarcado, não deixava de conter severas referências à guerra colonial, à emigração, e a tantos outros aspectos negativos da vida nacional” (*idem*: 12).²

Apesar de em Portugal a idoneidade das *Novas Cartas* ter sido colocada em questão, foram vários os depoimentos de defesa que referiram o fato de a comunidade internacional ter recebido com admiração o livro, havendo inúmeras propostas de tradução por parte de editores estrangeiros. De facto, depois de cerca de três exemplares da primeira edição do livro terem saído clandestinamente do país,³ a obra foi recebida a nível internacional de uma forma inédita, sobretudo em termos da solidariedade internacional que se formou em volta do caso das Três Marias, mas também no que se refere à reação à obra enquanto objeto literário: “toda a polémica em torno do livro internacionalizá-lo-ia de tal maneira que ele se havia de tornar um dos livros portugueses mais traduzidos no estrangeiro” (Amaral/Freitas, 2014b: 44). A recepção internacional do livro nos anos setenta foi influenciada por várias teorias e perspectivas feministas, o que nos chama a atenção para uma outra questão, de certo modo relacionada com os aspectos debatidos em tribunal: para quem fala ou a quem se dirige *Novas*

² Para mais informações específicas sobre o processo-crime contra as Três Marias, as testemunhas de defesa e a sentença final de Maio de 1974, consultar o livro de Duarte Vidal intitulado *O Processo das Três Marias: Defesa de Maria Isabel Barreno*. Lisboa: Futura, 1974.

³ As autoras enviaram o livro para França em primeiro lugar, nomeadamente para Simone de Beauvoir, Marguerite Duras e Christiane Rochefort (cf. Martins, 2012: 28).

Cartas Portuguesas? Isto porque, embora o livro tenha sido bem recebido em todos os países, algumas vozes isoladas teceram críticas relacionadas com esta questão. É o caso do sueco Ulf Boëthius, que, lendo a obra a partir da tendência do feminismo marxista de relacionar o sexo e classe económica, critica nos anos setenta a suposta falta de consciência de classe das Três Marias, argumentando que o livro seria relevante apenas para uma pequena parte da população. Boëthius acusa as autoras de abordarem apenas questões ligadas à sua própria realidade privilegiada – a da burguesia ou da alta burguesia: “as Marias pertencem todas à classe alta e não dizem muito sobre as questões centrais para as mulheres da classe trabalhadora” (*apud* Edfeldt, 2014: 380). Estes comentários, a que voltaremos no decorrer deste estudo, levam-nos a colocar uma outra questão: será possível falar de elitismo social e cultural em *Novas Cartas Portuguesas*? Ou seja, será o livro apenas direcionado para um público restrito, privilegiado e de centro? Serão a perguntas como estas que o presente estudo procurará responder.

Após a Revolução, o livro foi intencionalmente posto de lado por ser um “incómodo” para sucessivos governos democráticos, pelo fato de dar voz as reivindicações políticas e sociais por parte das mulheres (Amaral/Freitas, 2014b: 56).⁴ Para além disso, poder-se-ia argumentar que a obra não foi devidamente compreendida pela crítica nacional e internacional num primeiro momento; como sugere Maria Teresa Horta, “o assunto nunca foi tratado seriamente” (*apud* Amaral/Freitas, 2014b: 56). Em 1999, um ano após a reedição da obra pela Dom Quixote,⁵ Maria Alzira Seixo publicou um ensaio pioneiro intitulado “Quatro razões para reler *Novas Cartas Portuguesas*”, convidando o leitor a revisitar alguns dos comentários anteriormente feitos à obra. Entre outras questões, Seixo argumenta que apesar de *Novas Cartas Portuguesas* remeter para um determinado contexto (Portugal, nos últimos anos do regime ditatorial), não deveria ser considerado um livro “datado” ou “morto”, mas antes uma obra que “fez data” (Seixo, 2001: 179). Segundo a autora, o livro terá *feito data* porque marcou toda uma época: levanta questões essenciais tais como a subordinação das mulheres, assim como várias outras formas de opressão, e tem uma relevância que ultrapassa as circunstâncias imediatas da sua produção porque as supostas mudanças sociais em

⁴ A este propósito, convém lembrar que, numa conferência nos Estados Unidos em 1975, Maria Isabel Barreno ironizou sobre a menorização do feminismo e da luta das mulheres pelo Governo provisório em Portugal, que considerou estas questões como “um pequeno problema” quando comparado com as tentativas de “construir um novo Portugal” (Amaral/Freitas, 2014b: 46).

⁵ As edições de *Novas Cartas Portuguesas* em Portugal são as seguintes: 1972 (Estúdios Cor); 1974 (Futura); 1980 (Moraes Editoras, com dois prefácios de Maria de Lourdes Pintasilgo); 1998 (Dom Quixote); 2010 (Dom Quixote, Edição Anotada).

Portugal depois da Revolução foram apenas uma “simulação” (*idem*: 179-180) e a opressão das mulheres continua a sentir-se na vida nacional.

Para além desta releitura importante das *Novas Cartas* em Portugal, Ana Margarida Martins publicou, em 2012, o artigo “*Novas Cartas Portuguesas*: The Making of a Reputation”, abordando a problemática da recepção e catalogação do livro à escala internacional. Neste texto, Martins argumenta que, entre 1972 e 1974, muitas vozes da crítica internacional desterritorializaram a obra das suas raízes portuguesas para a utilizar como um símbolo de solidariedade feminina universal em termos políticos, fazendo com que a importância do contexto específico de Portugal fosse desconsiderada (cf. Martins, 2012: 26). Por outro lado, a autora considera que depois da Revolução dos Cravos e a libertação das Três Marias em 1974, o livro foi relegado para o espaço cultural português, distanciando-o das correntes feministas internacionais e tornando-o um “‘strange’ body out of place”, que não foi suficientemente lido à luz de teorias feministas de outros países (*idem*: 26-37). Assim, Martins conclui que houve um desacerto entre as leituras *nacionais* e *internacionais* da obra, as quais nunca foram totalmente conciliadas:

Until now, most readers of *Novas Cartas* have comfortably kept both eyes either on the book’s appropriation by international feminism or on its specifically Portuguese roots and anti-fascist tone (...) [in accordance with] very much established canonical standards whose theoretical contours have been defined by the mapping of *Novas Cartas* as an “uninhabitable” book. (*idem*: 26)

A este propósito, novos textos foram publicados nos últimos anos acerca da recepção internacional de *Novas Cartas Portuguesas* que contribuiriam de forma significativa para este debate, salientando a enorme relevância da obra em contextos políticos e sociais substancialmente distintos. É o caso de *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo* (2014), que reúne uma série de estudos sobre a recepção das *Novas Cartas* em países tão diversos como Espanha, Suécia, os Estados Unidos, o Reino Unido, Angola, Moçambique e o Brasil.⁶ Como as várias contribuições daquela publicação atestam, o impacto internacional do livro das Três Marias deveu-se não só à enorme onda de solidariedade

⁶ Este livro, publicado em 2014 em Portugal (e, em 2015, em língua inglesa, numa versão mais breve, com o título *New Portuguese Letters to the World: International Reception*), resultou do projecto internacional de investigação “*Novas Cartas Portuguesas*: 40 Anos Depois”, coordenado por Ana Luísa Amaral e sediado no Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O projecto, que reuniu investigadores de vários países, teve por objectivo mapear a recepção internacional das *Novas Cartas* em cerca de 17 países. Para mais informações, consultar www.novascartasnovas.com.

internacional gerada em torno das autoras por causa do processo judicial que lhes foi instaurado, mas também e sobretudo ao facto de essa obra literária ter sido bem recebida por públicos de diversos países, com diferentes realidades locais, apesar de o mesmo ter sido escrito a partir das circunstâncias específicas de Portugal. Este impacto imprevisto do livro a nível global é articulado pelas próprias autoras, no Pós-fácio à edição inglesa do livro, publicado em 1975:

The reaction to the book, however, has surpassed both our fears and our expectations. We knew that we were doing something disturbing and exciting. National and international attention is continuing to prove just how disturbing and exciting our work together was. (Barreno/Horta/Costa, 1975: 401)

Na verdade, a consciência da imprevisibilidade do “gesto” que *Novas Cartas* iria constituir estava já presente num dos últimos textos do livro, “Segunda carta última”, que faz o balanço geral da experiência de escrita da obra e na qual se utiliza a imagem das “margens de areia que nos cercam” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 289). Este passo, citado em epígrafe, e que dá título à presente dissertação, permite-nos equacionar a noção de “margem” sob diferentes pontos de vista e explorar diferentes potencialidades da metáfora: a) a margem de areia como metáfora para a condição sitiada de quem a habita (“as margens de areia que nos cercam”); b) a margem enquanto espaço marginal relativamente ao poder do centro e, simultaneamente, enquanto espaço de resistência a esse mesmo centro – “cada gesto que fazemos é como uma pedra na água” – com consequências imprevisíveis (ondas que chegam “mansas, bravas, tortas, direitas”); c) a margem de areia como um limite ou uma posição infixa ou instável, “sempre pront[a] a desmoronar-se” ou, poderíamos acrescentar, a ser destruída ou transgredida; d) finalmente, a margem de areia como uma linha de separação porosa e fluída, que ultrapassa fronteiras e limites arbitrários, unindo mulheres de experiências e circunstâncias diversas.

A tensão entre a *margem* e o *centro* é também muito produtiva para pensar *Novas Cartas Portuguesas*, por várias razões. Em primeiro lugar, a obra explora múltiplos pontos de vista marginais, dando voz quer às mulheres (que geralmente ocupam uma posição de subordinação nas sociedades patriarcais) quer aos homens que se encontram nas margens de uma sociedade profundamente desigual e estratificada. Na ótica de Seixo, o feminismo que

reside no livro é aquele que nos chama a atenção para as múltiplas formas de marginalização da mulher, e também do ser humano num sentido mais lato:

Se por feminismo se entender (o que não é pacífico...) uma atitude intelectual que tem em conta uma situação social, política, económica e cultural que desfavorece a mulher, como desfavorece tudo aquilo a que impropriamente se chama «minorias» (porque por vezes são justamente, pelo contrário, maiorias), e que de modo mais preciso se pode designar como «entidades marginais» afastadas deliberadamente dos «centros» de consideração, de decisão, de tenência e de exercício do poder. (Seixo, 2001: 180)

Nas *Novas Cartas*, esta preocupação com as margens sociais manifesta-se sobretudo no amplo leque de mulheres ilustradas, que se encontram em múltiplas posições de subordinação (de classe económica desfavorecida, enclausuradas em conventos ou em casas, na célula familiar, forçadas a aceitar casamentos de conveniência, entre outras situações), assim como em alguns dos homens representados no livro, muitos deles obrigados a emigrar ou a lutar na Guerra Colonial, por exemplo. Em todos esses casos, as Três Marias articulam uma posição de *margem* que é distanciada de um *centro* hegemónico.

Para além disso, esta conceptualização da margem pode ser entendida mais literalmente, no sentido geográfico do termo. Convém lembrar que, apesar do seu impacto inicial junto dos grupos feministas internacionais, a obra foi de certa forma marginalizada mais tarde por ser associada a um contexto português e lusófono (considerado como uma esfera cultural atrasada e inferior). Como observa Ana Margarida Martins, criou-se um preconceito acerca da improbabilidade de as autoras lusófonas poderem contribuir para teorias feministas internacionais: “A conception of the Lusophone cultural sphere as an anachronistic feminine space for political action, entirely disconnected from the centres where feminist theory is made” (Martins, 2012: 24). Por conseguinte, Martins convida-nos a reconsiderar a posição *marginal* das *Novas Cartas*, relativamente aos *centros* de atividade e teorização feminista em culturas internacionais mais predominantes: “the kind of margin and centre Portugal becomes in relation to multiple shifting feminist and linguistic (Portuguese and French [and Anglo-American]) cores and peripheries” (*idem*: 34). Paralelamente, as margens e os centros geográficos dentro de Portugal também têm uma grande importância no livro, sobretudo no que se refere às tensões entre as zonas rurais, tais como o Alentejo, e a

cidade metropolitana de Lisboa.⁷ Deste modo, o espaço nacional e específico que as autoras *mapeam* na obra tem de ser tido em consideração.

Todavia, todas estas questões específicas levantadas pelas *Novas Cartas*, acerca das realidades particulares em Portugal, podem ser conciliadas com a pertinência mais ampla que a obra continua a ter. Sendo, nas palavras de Ana Luísa Amaral, “um libelo contra todas as formas de opressão” (*apud* Almeida/Amaral, 2010: s/p), o livro contém um apelo abrangente e atual devido às suas temáticas relacionadas com situações de discriminação e desigualdade, que continuam relevantes na sociedade global contemporânea. De facto, como argumentam Amaral e Freitas, é precisamente por esta razão que mapear o impacto do livro no contexto nacional e internacional – “Entre Portugal e o Mundo” – era tão urgente: “Nele se continuavam a levantar questões como a da guerra, a da discriminação, a da feminização da pobreza, ou a da liberdade de expressão, as quais subjazem à própria ideia de democracia e continuam por responder nas sociedades contemporâneas” (Amaral/Freitas, 2014a: 19). Esta atualidade das *Novas Cartas* havia sido já afirmada por Ana Luísa Amaral, num ensaio pioneiro sobre o livro, escrito em 2001 e intitulado “Desconstruindo identidades: ler *Novas Cartas Portuguesas* à luz da teoria queer”. Nesse texto, para além de destacar no livro a “denúncia da estratificação social e da dupla marginalização aí [em Portugal] sofrida pelas mulheres” (Amaral, 2001: 86), Amaral mostrava como teorias contemporâneas como a Teoria *Queer* (que só viria a ser conceptualizada nos anos noventa) poderiam ajudar a ler o livro das Três Marias, publicado em 1972, sobretudo no que diz respeito à problematização das identidades, à dissolução de dicotomias e à fluidez ensaiada nas *Novas Cartas*, o que comprova a sua complexidade literária e conceptual (*idem*: 82).

No caso da presente dissertação, procurar-se-á abordar a obra utilizando uma outra perspectiva teórica que continua a ser extremamente pertinente: ler *Novas Cartas Portuguesas* à luz das “políticas de localização”. Surgida nos anos oitenta, esta abordagem teórica desenvolve-se predominantemente no contexto dos feminismos anglo-saxónicos,⁸ tendo como ponto de partida o ensaio de Adrienne Rich intitulado “Notes towards a Politics

⁷ Num outro contexto, e a título de curiosidade, acrescente-se que a tensão entre as margens e os centros geográficos do país terá sido um dos motivos pelos quais a cidade de Évora foi escolhido para o colóquio central do projeto “*Novas Cartas Portuguesas*: 40 Anos Depois”, reafirmando o “desejo de, deslocalizando, contrariar uma política de centralização académica e científica profundamente enraizada em Portugal, que actua como se não existisse espaço nacional para além da região entre Lisboa e Porto” (Amaral/Freitas, 2014a: 21).

⁸ Este estudo utilizará sobretudo teorias provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, embora sejam igualmente contempladas algumas teorias da esfera francófona e de outras proveniências, sempre que elas forem relevantes para as questões abordadas.

of Location” (1984). A importância dada à “localização” das mulheres e à importância do ponto de enunciação sentida neste primeiro texto de Rich, e em outros textos que se lhe seguiram, é considerada como um dos fundamentos epistemológicos mais importantes do pensamento feminista contemporâneo (cf. La Barbera, 2012: 23), já que as “políticas de localização” têm vindo a incorporar as experiências de mulheres de classes sociais, níveis de educação, situações de emprego, raças e, claro está, localizações geográficas distintas. Estas políticas de localização têm-se desenvolvido de forma significativa ao longo das últimas três décadas, abrindo caminho quer para a análise dos “centros” e das “margens” na sociedade moderna (cf. hooks, 1984), quer para o aparecimento de novas perspetivas feministas, tais como os feminismos transnacionais ou globais, desenvolvidos em obras como *Transnational Feminist Practice* (1994). Susan Stanford Friedman, em *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter* (1998), salienta mesmo que ocorreu uma mudança de paradigma na teoria feminista contemporânea para refletir uma nova preocupação *espacial*:

In an increasingly globalized and transnational context, feminism has become ever more acutely attuned to the meanings of borders as markers of positionality and situatedness. From an earlier emphasis on silence and invisibility, feminism has moved to a concern with location – the geopolitics of identity within differing communal spaces of being and becoming. (Friedman, 1998: 3)

Prova desta nova preocupação com a *localização* é o aparecimento de uma série de novos conceitos como o de “intersectionality”, proposto por Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, chamando a atenção para o efeito conjunto de várias opressões e factores sociais em cada situação específica. Como nota Crenshaw, falando a propósito das mulheres negras, só uma análise interseccional (isto é, atenta à intersecção do género e da raça, assim como de outras categorias) poderá dar realmente conta da subordinação das mulheres negras na sociedade: “(...) Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism” (Crenshaw, 1989: 140). Mais recentemente, Maria Caterina La Barbera propôs a noção de “intersectional-gender”, para chamar a atenção para a associação da própria construção do género à interação entre distintos factores sociais. Em “Intersectional-Gender and the Locationality of Women ‘in Transit’” (2012), La Barbera explica que “[t]o conceptualize gender as intersectional by itself means that it is connected, *inter-acting* and *intra-acting* with race/ethnicity, sexuality/body-ability, culture/religion, and economical/educational level. I,

thus, address the intersectionality of gender as a constitutive rather than an additive process” (*idem*: 26).

No mesmo sentido, La Barbera propõe ainda a noção de “multi-centred feminism”, considerando ser importante adoptar uma perspectiva que reavalie as noções do centro e da margem de modo a incorporar todas as diversas perspectivas de mulheres marginais e cêntricas: “Multicentered feminism stresses the importance of shifting our attention towards the marginalized perspectives within feminism. The strategy of moving towards the peripheries – as emotional, physical, and theoretical loci – recognizes the coexistent and conflicting cores of feminism” (*idem*: 27). Todos estes casos demonstram que a tendência teórica para a localização da experiência feminina, iniciada na década de oitenta, continua a influenciar o foco e o percurso do feminismo contemporâneo, assim como o das Humanidades e das Ciências Sociais *latu senso*.⁹ Desta forma, como comenta Manuela Tavares, tem-se verificado um crescente interesse nos fatores de diversidade na experiência das mulheres a nível global: “Fala-se então de ‘feminismos polifónicos’ ou multiculturais, onde a variedade de vozes de mulheres se façam ouvir, inter-relacionando a variável género com a ‘raça’ ou etnia, a classe social, idade, orientação sexual, região ou local” (Tavares, 2008: 19).

Para efeitos deste estudo, utilizaremos como ponto de partida o ensaio fundador de Rich, como já foi dito, mas ao mesmo tempo evocaremos outros textos fundamentais no mesmo campo dos estudos feministas: “Towards a Politics of Location” (1990), de Joan Borsa, “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective” (1988), de Donna Haraway, e *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter* (1998), de Susan Stanford Friedman. Quanto à conceptualização das posições relativas de “margem” e “centro”, este estudo apoiar-se-á sobretudo nas teorias de bell hooks, articuladas em *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984) e “Choosing the margin as a space of radical openness” (1988), assim como em alguns comentários pertinentes nos textos de Rich e Borsa acerca da noção de marginalidade. Considera-se que o

⁹ Referimo-nos, por exemplo, ao livro *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives* (New York: Routledge, 2009), uma colectânea de ensaios acerca do crescente interesse interdisciplinar sobre as noções de espacialização e de *locationality* na sociedade contemporânea globalizada. Um outro estudo relevante para consulta, e que explora em particular a questão da “geocrítica”, é *Pour une Géographie Littéraire*, de Michel Collot (Paris: Corti, 2014).

conjunto destas teorias será instrumental para definir as “políticas de localização” ensaiadas em *Novas Cartas Portuguesas*.¹⁰

Antes de mais, será essencial considerarmos a importância que já foi dada, por algumas autoras em Portugal, à questão da “localização” nas *Novas Cartas*. No texto de Maria Alzira Seixo de 1999, para além da importância dada às vozes da margem, a autora refere-se à “repartição de vozes” no livro, argumentando que aquelas vozes (das autoras e de diversas outras mulheres na obra) “[se] localiza[m] a vários níveis” (Seixo, 2001: 183, 180). Assim, Seixo associa a cada voz uma localização e chama a atenção para (a falta de) um *lugar* disponível para as várias personagens da obra habitarem, que neste caso é conceptualizado como um espaço de expressão feminina:

[E]ssa repartição de vozes pode ser entendida em dois sentidos: no sentido de uma localização, e no sentido de uma partitura. A localização reenvia para a problemática do lugar, que justamente é sentido como falta, carência de espaço físico, social, cultural, económico, sexual, afectivo, literário, etc., ou pelo menos como confinamento ou isolacionismo, e manifesta-se no texto através dos fragmentos diferenciados. (Seixo, 2001: 184)

Para além desta análise das vozes “localizadas” no livro, a importância da “política de localização” de Rich para a obra é articulada de forma mais explícita na Edição Anotada de *Novas Cartas Portuguesas*, organizada por Amaral, e também no estudo *A Fluida Arte da Descosura: Filosofias de Liberdade em Cartas Portuguesas e Novas Cartas Portuguesas* (2008), de Marta Mascarenhas Simosas. Na Edição Anotada, a teoria de Rich é usada para explicar um dos passos do livro – “depois dos capitalismo, dos colonialismos e dos socialismos, têm vindo todos os neo e os revisionismos” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 81) –, chamando a atenção para o facto de, a partir dos anos setenta, a prática política feminista ter dado mais visibilidade a outras formas de opressão que não apenas a da diferença sexual. Nesse contexto, a política de localização veio dar forma a uma preocupação cada vez maior em levar em conta a posição a partir da qual “cada sujeito fala, ou seja, a especificidade das suas condições materiais (realidade racial, étnica, social, económica, sexual, etc.)” e a sua capacidade de determinar “a sua posição de enunciação” (Barreno/Horta/Costa, 2010: n90, 338-339). Por outro lado, a dissertação de Simosas refere-se a determinados textos do livro em que as personagens femininas sofrem “múltiplas opressões”:

¹⁰ Uma análise mais aprofundada destas perspetivas teóricas será desenvolvida no Capítulo I.

No caso da mãe camponesa com uma filha “a servir” em Lisboa, a sua condição sócio-cultural coloca-a numa posição duplamente subalterna. Mas, também, Soror Mariana representa (...) dois “eixos de diferença”, sendo mulher e freira, e sofrendo, por esse motivo, uma dupla sujeição (...). Isto ilustra aquilo a que Adrienne Rich chamou de “política da localização”. (Simosas, 2008: 87-88)

Estas observações, assim como os comentários de Amaral acima referidos acerca da “estratificação social e da dupla marginalização” no livro, servirão como ponto de partida para o presente estudo.

Dito isto, a presente abordagem de *Novas Cartas Portuguesas* pretenderá demonstrar que há várias estratégias de localização e conceptualizações da *margem* e do *centro* que se manifestam no livro, exigindo a consideração de outros textos teóricos nesta área. Para além disso, a definição da “localização” será alargada aqui, para incorporar o sexo, a classe social/económica, a situação de emprego, o grau de educação obtida e a identidade racial, assim como a própria *geografia*, tendo em consideração a maneira como o livro explora as tensões entre diferentes zonas e regiões de Portugal e a relação entre o país e o resto do mundo. Paralelamente, este estudo distinguirá a localização das *Novas Cartas* do seguinte modo: a) a localização do espaço retratado no livro; b) a localização das vozes autorais (ou seja, das vozes das Três Marias, que escreveram a obra); c) a localização das vozes “repartidas” (cf. Seixo, 2001: 183) que constituem as diversas vozes femininas ficcionalizadas do livro (e que muitas vezes se confundem também com as vozes autorais). A este propósito ainda, procuraremos também explorar a reflexão de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre a raiz da opressão das mulheres abordada na obra:

O problema da opressão das mulheres situa-se para além da classe social ou do tipo de sociedade. Não é o liberalismo avançado nem o termo da luta de classes que possibilitam em si um tipo de relação totalmente outro entre a mulher e a sociedade, entre a mulher e os valores masculinos que modelam todas as sociedades deste fim de século. Para encontrar outra solução, é mais longe que teremos de ir (...). (Pintasilgo, 2010b: xli)

“Ir mais longe”, na nossa ótica, implicará ler as *Novas Cartas* não apenas como reivindicando a abolição de leis sexistas e discriminatórias em Portugal contra a mulher (luta que recomeçaria nos anos a seguir à Revolução de Abril) (cf. *idem*: xli-xlii), mas também como apelando a uma transformação holística do modelo da sociedade para erradicar todas as

causas da opressão a partir da articulação de diferentes pontos de enunciação. Assim, afirma-se a importância de uma leitura *interseccional* da obra, considerando que o sexo converge com diversos fatores para ilustrar a realidade diária das numerosas personagens femininas. A revolução que as Três Marias propõem, ao questionar e desmontar a ordem social existente, será uma “*revolta interseccional*”: “a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). Assim sendo, um dos objetivos deste estudo será também o de explicar em que consiste “toda a repressão” que as autoras retratam no livro e como é que aquela repressão pode ser “desenraizada”. Por outras palavras, trata-se de mapear as “margens de areia” que existiam na sociedade portuguesa dos anos setenta.

Não obstante, e embora as políticas de localização nos ajudem a ler o livro de uma forma diferente, é importante estar consciente de que não se trata de um *manifesto* feminista. Convirá recordar que Maria Isabel Barreno defendeu o livro no tribunal expressamente como uma obra de arte e não como um panfleto político (cf. Vidal, 1974: 33) e que, após a absolvição das autoras, Maria Velho da Costa lamentou o facto de as *Novas Cartas* terem sido catalogadas como um livro feminista (cf. Martins, 2012: 31). De facto, apesar de Barreno e Maria Teresa Horta se terem mais tarde associado a causas feministas em Portugal tais como o Movimento de Libertação de Mulheres, Horta frisa que não foi com este intuito que o livro foi concebido: “É um livro de ruptura e só é considerado feminista quando as feministas lhe começam a dar o seu apoio. Elas leram e identificaram-se. Nós não pretendíamos escrever uma Bíblia Feminista. Trata-se de uma obra literária” (*apud* Tavares, 2010: 178). Assim, as políticas de localização constituem uma ferramenta teórica essencial para rever este livro: *Novas Cartas Portuguesas* não apresenta explicitamente uma teoria feminista em si mesmas, mas pode-se afirmar que esta obra literária portuguesa antecipou, neste caso, um conceito que seria teorizado explicitamente nas décadas seguintes a nível internacional. Como refere Martins, é “urgente” considerar o modo como este livro pode ser visto como um *precursor* de determinadas teorias feministas através da literatura, explorando “the extent to which *Novas Cartas* actually influenced mainstream feminisms” (Martins, 2012: 35).

Por conseguinte, no Capítulo I, intitulado “Dos centros e das margens: para uma política de localização no contexto português”, procurar-se-á, num primeiro momento,

enquadrar teoricamente a abordagem de *Novas Cartas Portuguesas* à luz das várias “políticas de localização” e de diferentes conceptualizações de “centro” e de “margem” no contexto dos feminismos internacionais. Num segundo momento, pretender-se-á “localizar” as *Novas Cartas* relativamente ao contexto, histórico, político e social português, no ano de 1972, data em que o livro foi publicado. Considerar-se-á a sociedade portuguesa ultra-conservadora, patriarcal e repressiva da época, sob o regime ditatorial do Estado Novo, assim como a experiência desigual e multi-facetada das mulheres portuguesas durante aquele período.

No Capítulo II, intitulado “‘Nem só de nós falamos’”: Uma análise interseccional de *Novas Cartas Portuguesas*”, dirigiremos a nossa atenção para *Novas Cartas Portuguesas* enquanto objeto de estudo. Depois de considerar brevemente a história da elaboração do livro, as consequências imediatas da sua publicação e a sua receção nacional e internacional nos anos setenta, proceder-se-á a uma análise detalhada da obra e das vozes femininas que nela aparecem. Em primeiro lugar, estudar-se-á o papel que a “localização”, em termos literalmente geográficos, desempenha na experiência das personagens femininas, no que diz respeito à tensão que o livro constrói entre ambientes urbanos e rurais, e entre a sociedade portuguesa e as estrangeiras. Assinalaremos também outros aspectos explorados pelas autoras na construção de identidades distintas, nomeadamente classes sociais ou económicas, situações laborais, níveis de educação e identidades raciais que também constituem formas de localizar o ser humano numa determinada sociedade.

Por fim, no Capítulo III, intitulado “‘Formar um bloco com os nossos corpos’”: Políticas de localização como políticas de resistência”, considerar-se-á o modo como as variadas “localizações” das vozes femininas de *Novas Cartas Portuguesas* são nomeadas e subsequentemente *politizadas* pelas autoras (cf. Borsa, 1990: 36), no sentido em que se tornam armas de resistência contra forças hegemónicas de opressão. Nesta perspetiva, assinalaremos algumas das aplicações *estratégicas* das políticas de localização nas *Novas Cartas*. Em primeiro lugar, analisaremos como as posições da margem e do centro são ocupadas intencionalmente pelas autoras, funcionando como espaços de possibilidade e de resistência. Ao mesmo tempo, lembraremos que aquelas mesmas posições de margem e centro são constantemente desestabilizadas e desconstruídas pelas Três Marias, colocando em causa os verdadeiros detentores do poder e a própria definição da hegemonia. Finalmente, salientaremos a forma como a obra apela ao estabelecimento de uma sororidade internacional de resistência política, sublinhando a universalidade da obra. Neste sentido, frisaremos o

alcance transnacional da obra, que apesar de aparentemente se centrar no contexto português, remete para uma realidade global de circunstâncias opressivas.

Em síntese, no presente estudo procurar-se-á demonstrar que é através de *cartas*, localizadas, e escritas a partir de determinados pontos de enunciação, que esta obra permite a reconstituição de uma *cartografia* das realidades femininas portuguesas, estabelecendo pontos de contacto com a opressão vivida pelas mulheres a nível global. Utilizando as já referidas estratégias de resistência, a obra luta a partir daqueles pontos de enunciação particulares, contra a clausura de uma sororidade global de “irmãs”.

CAPÍTULO I

Dos centros e das margens: Para uma política de localização no contexto português

Ain't I a woman?

Sojourner Truth

We who are not the same. We who are many and do not want to be the same.

Adrienne Rich

1.1. Políticas de localização: uma perspectiva teórica

Em 1984, no seu emblemático ensaio “Notes toward a Politics of Location”, a ativista feminista e escritora americana Adrienne Rich revê algumas das suas opções teóricas anteriores, sobretudo no que diz respeito ao que ela considera ser o uso acrítico da noção de “patriarcado universal”. Por outras palavras, Rich questiona a crença de que o sistema de dominação masculina sobre a mulher é uma realidade partilhada da mesma forma a uma escala global, independentemente das circunstâncias *locais* e do seu impacto sobre a vida diária de diferentes mulheres:

A few years ago I would have spoken of the common oppression of women, the gathering movement of women around the globe, (...) the universal shadow of patriarchy, the belief that women now, in a time of rising consciousness and global emergency, may join across all national and cultural boundaries to create a society free of domination. (Rich, 1986b: 210)

Por oposição, neste ensaio, Rich defende a importância da “localização” de cada mulher que articula a sua própria experiência, chamando a atenção para a necessidade de se considerar pontos de vista pessoais, circunstanciais e parciais. Questionando a existência de uma realidade igual para todas as mulheres do globo ao longo da história (“I don’t want to write that kind of sentence now, the sentence that begins ‘Women have always...’” [*idem*: 214]), a autora apresenta a sua nova perspectiva como um desenvolvimento lógico do pensamento feminista, a fim de interrogar em mais profundidade as instâncias exatas da opressão sexista:

If we have learned anything in these late years of twentieth-century feminism, it's that that "always" blots out what we really need to know: *When, where, and under what conditions* has the statement been true? (*ibidem*; itálicos meus)

Neste sentido, Rich revisita a tendência de algumas teorias feministas anteriores de falar da identidade feminina global a partir de uma única perspectiva, tal como Virginia Woolf tinha feito em *Three Guineas* (1938), ao declarar que *como mulher o seu país era o mundo* (cf. *idem*: 211). Esta afirmação de Woolf acerca da universalidade da luta das mulheres sentia-se ainda nos anos sessenta e setenta, quando várias teorias feministas da Segunda Vaga visaram transformar a sociedade civil "a partir de conceitos universais, ou seja, do princípio de que todas as mulheres partilham a condição de oprimidas dentro das diversas sociedades patriarcais" (Amaral/Macedo, 2005: 74). No entanto, estas posições "provaram ser desadequados para analisar as questões que afectam grupos de mulheres diferentemente posicionadas em termos de cultura, classe, raça, orientação sexual, ou ainda outras variantes" (*idem*: 74). Por outro lado, como Sally Scholz relembra, outros textos associados à Segunda Vaga tinham por intenção responder àquela insuficiência, desviando o foco para múltiplas formas de opressão e chamando a atenção para as desigualdades e realidades distintas entre as mulheres em contextos diferentes: "later second wave feminism recognised the limitations of a common basis in experience of oppression" (Scholz, 2010: 7). Tendo em consideração estes desacertos entre teorias feministas do mesmo período cronológico, Scholz propõe que para além de se conceptualizar as várias "vagas" do feminismo através de um "modelo geracional", as mesmas possam também ser pensadas através de um "modelo temático", que entenda as vagas como "círculos concêntricos" que correspondem a vários níveis de teorização num mesmo período histórico: "A chronological model misconstrues the history of feminism as singular and linear. Feminism is and ought to be understood as plural, multiple, and varied. (...) The chronological waves appear to be class and race based; they trace the development of white, middle-class feminism" (cf. *idem*: 8).¹¹

Como é notado no *Dicionário da Crítica Feminista* (2005), de Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral, esta mudança de paradigma na teoria feminista para refletir a *multiplicidade* de pontos de vista também pode ser associada a determinados fenómenos

¹¹ O presente estudo utilizará como ponto de partida a abordagem "temática" proposta por Scholz, porque só esta conceptualização das "vagas" do feminismo nos permitirá compreender a multiplicidade de pontos de vista que se pretende considerar.

teóricos importantes da segunda metade do século XX. A título de exemplo, podemos destacar o pós-colonialismo, já que esta tendência se concentrou na “identidade cultural” como “um fator essencial na compreensão das condições de vida e aspirações de diferentes grupos de mulheres” (*idem*: 70). Paralelamente, verifica-se que “a literatura pós-colonial contribuiu para uma renovação interna dos pressupostos da teoria feminista, sublinhando a pertinência de feminismos autônomos, geográfica e culturalmente determinados” (*ibidem*).

Por outro lado, os feminismos da Segunda Vaga impulsionam o aparecimento de novas teorias baseadas na política e na economia, sobretudo no que diz respeito à importância dada à classe económica como fator de discriminação para as mulheres. Manuela Tavares afirma que “a segunda metade do século XX, na década de 1970, foi palco de um intenso debate entre a corrente radical do feminismo e o marxismo”, com várias tentativas de “abrir campo para o feminismo socialista” e de compreender melhor as inter-relações entre as opressões de sexo e de classe (Tavares, 2010: 619). Simultaneamente, verificou-se um interesse crescente na interação entre o sexo e a identidade racial, através de um movimento que viria a ser conhecido como *Black Feminism*. O feminismo negro tem as suas raízes no século XIX, com o famoso discurso “Ain’t I a woman?” (1851) de Sojourner Truth, considerado como um momento fundador no que diz respeito à reivindicação da igualdade para mulheres afro-americanas.¹² Este movimento assume uma elevada importância nos anos oitenta do século XX, com a publicação de numerosos textos acerca da discriminação sexista e racista (Collins, 1986; Crenshaw, 1989), incluindo um livro de bell hooks cujo título remete explicitamente para o discurso de Truth (*Ain’t I a Woman: Black Women and Feminism*, 1981). Patricia Hill Collins explica que o *Black Feminism* se preocupa com três questões principais: o significado da auto-definição e da auto-valorização, a natureza simbiótica da opressão, e a importância de re-definição da cultura (cf. Collins, 1986: S24), elementos, portanto, que também se aplicam a outros fatores de desigualdade.

Deste modo, vários feminismos da Segunda Vaga consideram as distinções e desigualdades entre mulheres, incorporando numerosas circunstâncias e fatores que poderiam condicionar a experiência da mulher em situações distintas. Como destaca Friedman, este

¹² Na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio, 1851, Sojourner Truth, uma mulher negra, fez um discurso intitulado “Ain’t I a woman?” que visou contestar a preponderância das mulheres brancas e burguesas nos primeiros movimentos feministas do século dezanove. Como nota Kimberlé Crenshaw, Truth tem sido uma referência para a luta das mulheres afro-americanas e brancas ao longo dos últimos 150 anos: “this 19th century Black feminist challenged not only patriarchy, but she also challenged white feminists wishing to embrace Black women’s history to relinquish their vestedness in whiteness” (Crenshaw, 1989: 154).

despertar de interesse por realidades femininas distintas tem vindo a constituir uma característica essencial do feminismo contemporâneo:

What began as scattered challenges intensified into often angry and organized confrontations in which women of colour, lesbian women, Jewish women, Third World women, and working-class women demanded attention to differences among women as a top priority for feminism. (Friedman, 1998: 53)

Voltando, portanto, ao ensaio de Rich, verifica-se que há também na escritora e ensaísta norte-americana uma preocupação para com as diferenças entre as mulheres e as suas experiências, cruzando o feminismo com movimentos políticos emergentes e várias causas sociais de modo a pôr a nu as múltiplas fontes de discriminação. Por exemplo, a autora demonstra uma consciência clara do papel da raça no grau de discriminação sentida por cada mulher (“I was located by color and sex as surely as a Black child was located by color and sex” [Rich, 1986b: 215]), em conjunto com a classe económica. Para melhor explicar este ponto de vista, Rich cita a “Declaração do Coletivo Combahee River”, de 1977, que chama a atenção para a presença simultânea daquelas múltiplas opressões na sociedade: “we often find it difficult to separate race from class from sex oppression because in our lives they are most often experienced simultaneously” (in Smith, 2000: 267).¹³ Assim, o ponto de partida para esta política de localização é a própria experiência da mulher, dando voz, nas palavras de Rich, “[to] the need to begin with the female body – our own (...), locating the grounds from which to speak with authority as women” (*idem*: 213). Por esta razão, o ensaio define vários fatores condicionantes da realidade diária da mulher: a nacionalidade, o local de residência, a identidade racial, a orientação sexual, a classe económica, entre outros (cf. *idem*: 210-231), afirmando ser imprescindível considerar o sexo feminino *em conjunto* ou interseccionado com todos esses fatores, de modo a compreender o complexo sistema de opressões e discriminações que atua sobre as mulheres de todo o mundo, em contextos diferentes: “we are the latest to set foot in a tangle of oppressions grown up and around each other for centuries” (*idem*: 218).

¹³ A “Declaração do Coletivo Combahee River” (1977) é um texto publicado pelo grupo de feministas negras Coletivo Combahee River, no qual se afirmam as origens, os princípios e objetivos do *Black Feminism* nos Estados Unidos. Rich descreve este texto como “a major document of the U.S. women’s movement” (Rich, 1986b: 218).

Para além disso, “Notes Toward a Politics of Location” é um ensaio pioneiro relativamente à conceptualização das circunstâncias sociais em termos espaciais, chamando a atenção para as “localizações” e os “espaços” habitados pelas mulheres. Diz Rich: “I need to understand how a place on the map is also a place in history within which as a woman, a Jew, a lesbian, a feminist I am created and trying to create” (*idem*: 212). Neste sentido, Rich recorda as cartas que enviava na sua infância, que eram endereçadas e minuciosamente situadas, numa precisa localização dentro de outras:

A girlfriend and I used to write each other letters which we addressed like this:

Adrienne Rich
14 Edgevale Road
Baltimore, Maryland
The United States of America
The Continent of North America
The Western Hemisphere
The Earth
The Solar System
The Universe.

(*idem*: 211-12)

Desta forma, Rich conceptualiza os vários níveis em que cada mulher é localizada: pela sua cidade, pelo seu Estado, pelo seu país, pela sua região geopolítica e assim sucessivamente. Ao mesmo tempo, a autora revisita a sensação que ela própria tinha, quando era criança, de estar situada no centro do Universo: “you could see your own house (...) as the center of it all from which the circles expanded into the infinite unknown” (*idem*: 212). Desta forma, a autora evoca a sua experiência *material* de se sentir localizada num centro geográfico, para se referir à *localização* num contexto mais amplo (embora depois a problematize, como veremos).

O “lugar” (geográfico e/ou simbólico) da mulher passa, assim, a ter um papel fundamental enquanto *ponto de enunciação* do sujeito feminino. Na esteira da proposta de Rich, outras abordagens teóricas foram surgindo em anos posteriores em torno das “políticas de localização”, como, por exemplo, o trabalho de Joan Borsa. Em “Towards a Politics of Location: Rethinking Marginality” (1990), Borsa define “localização” como um conjunto de “diferenças estruturais” entre as mulheres que defendem a igualdade dos sexos. A autora afirma que apesar de haver muita participação ativa das mulheres na produção cultural e na teoria crítica feminista, as realidades que marcam os seus quotidianos podem variar significativamente, resultando num alto nível de diferença estrutural entre elas (cf. Borsa,

1990: 36). Nesta perspetiva, o termo “localização” remete para um conjunto de circunstâncias específicas – históricas, sociais, políticas e económicas – que regem a vida de diferentes grupos de mulheres, constituindo *espaços* e *lugares* de habitação. Ou, nas palavras de Borsa, “[to t]hose places and spaces we inherit and occupy, which frame our lives in very specific and concrete ways, which are as much a part of our psyches as they are a physical or geographical placement” (*ibidem*). No entanto, como lembra a autora, não basta nomear o lugar, é preciso *politizar* o espaço depois de *nomeá-lo*: “part of our struggle is to be able to name our location, to politicise our space” (*ibidem*). Ao politizar o “lugar” da mulher, a autora pretende compreender o modo como o sujeito feminino é construído por circunstâncias distintas, à escala global:

By articulating our specific experiences and representing the structural and political spaces we occupy, we offer concrete accounts of where and how we live, what is significant to our experience of cultural identity, how we have been constructed and how in turn, we attempt to construct (and reconstruct) ourselves. (*idem*: 37)

Por outro lado, este ensaio representa um desenvolvimento essencial das ideias articuladas por Rich quando salienta a importância de conciliar o “local” (as circunstâncias específicas) com a esfera “global” do feminismo. A grande preocupação de Borsa é, portanto, a de equilibrar aqueles dois extremos:

How do we manage that complicated manoeuvre between accounting for our specific circumstances while participating in the larger field that informs, challenges and affects our individual lives and practice? (...) How do we avoid overemphasising our circumstances and becoming so self-centred and insular that we fall into a rhetoric of intolerance and indifference? (*ibidem*)

A solução, segundo a autora, está em reconhecer que a identidade cultural de todas as mulheres é forçosamente heterogénea e fragmentada, implicando que cada ponto de enunciação deva ser devidamente contextualizado dentro de um espaço de actuação mais abrangente. Borsa declara que se trata de uma paisagem cultural e social que é *fragmentada* e *específica*, o que requer “assessments and engagements within contexts marked by its own heterogeneous and discontinuous frameworks” (*idem*: 39). Trata-se, igualmente, de desenvolver um sítio estratégico de “posicionamento crítico”, a partir do qual é possível

existir e resistir contra forças hegemônicas: “A critical positioning which provides a sense of place, a context from which to develop our insights, ideas and responses, a strategic site that allows sufficient grounding for specific forms of thought, speech and representation to emerge and gain meaning” (*idem*: 36). Neste sentido, a teorização desta autora desenvolve a importância dada por Rich à especificidade, introduzindo uma consciência da inevitável tensão entre o específico e o universal, assim como uma utilização estratégica de diferentes pontos de enunciação ao se articular a experiência de se ser mulher.

Outro estudo importante para este debate é o de Donna Haraway, em particular o seu ensaio intitulado “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective” (1988). Neste texto, que revela uma forte influência dos estudos científicos,¹⁴ Haraway afirma que a única maneira de a teoria feminista construir uma verdadeira objetividade é através de perspectivas limitadas ou parcelares, porque detentoras de uma localização específica: “feminist objectivity is about limited location and situated knowledge, not about transcendence” (Haraway, 1988: 583). Esses *conhecimentos localizados* são, portanto, construídos a partir de pontos de vista parciais enraizados em vidas reais: “I am arguing for politics and epistemologies of location, positioning and situating, where partiality and not universality is the condition of being heard to make rational knowledge claims. These are claims on people’s lives” (*idem*: 586). Para este efeito, a autora considera a importância da *visão* e das maneiras de *percepcionar* a realidade, defendendo não a ilusão de uma visão infinita (cf. *ibidem*), mas antes uma visão reconhecidamente dividida e plural que, tal como a própria subjetividade, é multi-dimensional (cf. *ibidem*). Para Haraway, é essa visão objetiva, porque parcial (“only partial perspective promises objective vision” [*idem*: 582]), que se traduz na *política de posicionamento* à qual a sua teoria aspira (“an optics is a politics of positioning” [*idem*: 586]). Nas palavras de Manuela Tavares, Haraway propõe que “será na parcialidade que reside a capacidade de configurar a visão de um mundo melhor” (Tavares, 2008: 20). Logo, a política de localização promovida neste texto visa estabelecer uma comunidade na especificidade, criando um movimento solidário através de um conjunto de realidades fragmentadas: “situated knowledges are about communities, not about isolated individuals. The only way to find a larger vision is to be somewhere in particular” (*ibidem*).

¹⁴ O papel importante que a área das Ciências ocupa neste ensaio deve-se à formação inicial de Haraway, doutorada em Biologia, pela Universidade de Yale; o texto mais conhecido desta autora é “A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century” (1985).

Finalmente, é importante considerarmos um livro mais recente sobre a questão da “localização” das mulheres num contexto de globalização e que referimos já na Introdução: *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter* (1998), de Susan Stanford Friedman. Neste texto, a autora propõe a expressão “locational feminism” para designar uma ideologia feminista capaz de compreender a inter-relação entre as realidades “locais” e os modelos de género construídos naquelas circunstâncias diferentes:

A locational approach to feminism (...) requires a kind of geopolitical literacy built out of a recognition of how different times and places produce different and changing gender systems as these intersect with other different and changing societal stratifications and movements for social justice. (Friedman, 1998: 5)

Assim, a noção de “localização” proposta por Friedman é conceptualizada a partir de termos literalmente *geográficos*, preocupada com a existência de territórios, margens e fronteiras que atuam sobre as mulheres e as constroem enquanto sujeitos femininos (cf. *idem*: 3). Trata-se de uma abordagem feminista que abrange as realidades globais e compreende a importância da contextualização à escala global: “feminism needs to be understood in a global context, both historicized and geopoliticized to take into account its different formations and their interrelationships everywhere” (*idem*: 5). Desta forma, a autora propõe um “feminismo de localização” que aceite plenamente a natureza heterogénea da existência feminina e dos feminismos globais: “Locational feminism pays attention to the specificities of time and place, but unlike fundamentalist identity politics, it is not parochially limited to a single feminist formation and takes as its founding principle the multiplicity of heterogeneous feminist movements and the conditions that produce them” (*ibidem*). Por conseguinte, “o feminismo de localização”, tal como ele é conceptualizado pela autora, constitui um reconhecimento da multiplicidade inerente às realidades femininas do globo, mas, ao mesmo tempo, uma tentativa de conciliar aquelas realidades variadas num único referencial. Trata-se de ocupar e utilizar o “espaço” que existe *entre* a semelhança e a diferença: “restoring the concept of sameness to a consideration of difference, recognizing the enmeshing of mimesis and alterity. (...) Travelling back and forth in the space between difference” (*idem*: 76). É por isso que Friedman insiste na necessidade de reavaliar a noção de feminismo universal:

The time has come to reverse the past pluralization of feminisms based on difference, not to return to a false notion of a universal feminism that obliterates difference but rather to reinvent a singular feminism that incorporates myriad and often conflicting cultural and political formations in a global context. (*idem*: 4)

Por esta razão, Friedman sublinha o papel essencial da “narrativa” no discurso feminista, enquanto ferramenta de reflexão e construção da identidade:

Identity is literally unthinkable without narrative. People know who they are through the stories they tell about themselves and others. As ever-changing phenomena identities are themselves narratives of formation, sequences moving through space and time as they undergo development, evolution and revolution. (...) Narrative is a window into, mirror, constructor, and symptom of culture. (*idem*: 8)

A “localização” do sujeito feminino é, pois, refletida e construída através da narrativa (seja ela literária ou não). Essa narrativa, embora parta de pontos de enunciação pessoais, pode contribuir para a recuperação de uma *comunidade* feminista, através da incorporação de experiências e de pontos de vista distintos num único movimento comum.

Por outro lado, examinar a questão da localização na teoria feminista implica necessariamente conceptualizar os espaços simbólicos do *centro* e da *margem*, que são evocados para situar grupos demográficos de mulheres consoante as suas posições relativas de privilégio (ou não). Voltando ao ensaio de Adrienne Rich, a consciência de pertencer quer à margem quer ao centro está bem presente nas palavras da autora. Como explica Rich, embora a sua experiência enquanto mulher seja *marginal* em si (cf. Rich, 1986b: 219), pode-se afirmar que, pela sua localização, ela ocupa ainda uma posição de centro dentro daquela marginalidade. A já referida metáfora da carta endereçada recorda a sensação da escritora quando era criança de estar situada no centro do Universo, o que leva a autora a ponderar a sua ocupação no centro da sociedade em 1984: “it is that question of feeling at the center that gnaws at me now. At the center of what?” (*idem*: 212). Assim, esta autora considera que vive numa sociedade repleta de *margens*, onde as tentativas de *ver a partir do centro* como mulher se tornam cada vez mais difíceis (cf. *idem*: 216). Por outro lado, segundo a autora, aquelas mulheres que ocupam uma posição de relativo centro (devido à sua raça branca e à sua residência na sociedade ocidental) podem intensificar a *marginalidade* de outras mulheres através da insistência na preponderância dos seus valores e da sua perspectiva homogênea (cf.

idem: 219). Constrói-se, assim, uma “dupla marginalidade” que distingue umas mulheres de outras através de camadas de privilégio, num processo semelhante ao que Frances Beal catalogaria como “double jeopardy” em 1970, referindo-se na altura à opressão de sexo e raça (cf. Friedman, 1998: 20, 246). Neste estudo, porém, utilizar-se-á o termo “múltipla marginalidade” ou “multiple jeopardy”, visto que as desigualdades entre as mulheres são sempre numerosas e multifacetadas.

Competeria à feminista afro-americana bell hooks, no seu livro *Feminist Theory: From Margin to Center* (1984), construir um enquadramento teórico mais elaborado das posições de margem e centro. O objetivo de hooks neste texto é o de contrariar a voz das mulheres do centro hegemónico, que, segundo a autora, terá ditado os parâmetros da teoria feminista durante várias décadas. A autora defende que será essencial ultrapassar aquele “centro” e alargar o leque de experiências femininas abrangidas:

Much feminist theory emerges from privileged women who live at the center, whose perspectives on reality rarely include knowledge and awareness of the lives of women and men who live on the margin. As a consequence, feminist theory lacks wholeness, lacks the broad analysis that could encompass a variety of human experiences. (hooks, 2000: xvii)¹⁵

A partir deste pressuposto, hooks defende uma perspectiva *marginal*, de quem ocupa um espaço periférico no “corpo” da sociedade: “to be in the margin is to be part of the whole but outside the main body” (*idem*: xvi). A autora, que se considera uma mulher duplamente marginalizada (por ser negra e proveniente de uma classe social desfavorecida), chama a atenção para o ponto de vista privilegiado que a margem oferece e para a necessidade de utilizar aquela perspetiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista, propondo a criação de uma *contra-hegemonia* (*idem*: 16). Para além disso, hooks defende não apenas a utilização do ponto de enunciação da margem, mas também a comunicação efetiva entre a margem e o centro, tal como a própria autora teve de aprender a fazer:

Living as we did – on the edge – we developed a particular way of seeing reality. We focused our attention on the center as well as on the margin. We understood both. This mode of seeing

¹⁵ A observação de Rich corrobora o comentário de hooks, quando diz, em “Notes Toward a Politics of Location”: “In my white North American world they would have tried to tell me (...) that only certain kinds of people can make theory; that the white-educated mind is capable of formulating everything; that white middle-class feminism can know for ‘all women’” (Rich, 1986b: 230).

reminded us of the existence of a whole universe, a main body made up of both margin and center. (*idem*: xvi)

Assim, a autora defende a comunicação entre as culturas da margem e do centro como a única forma de construir uma verdadeira solidariedade entre mulheres: “women must explore various ways to communicate with one another cross-culturally if we are to develop political solidarity” (*idem*: 60).

Em “Choosing the Margin as a Space of Radical Openness” (1988), bell hooks volta a debruçar-se sobre esta questão, atribuindo uma função explicitamente positiva ao espaço marginal. Na sua óptica, a ocupação da margem oferece a oportunidade de contrariar discursos hegemónicos e construir alternativas a eles: “Marginality as much more than a site of deprivation (...). It was this marginality that I was naming as a central location for the production of a counter hegemonic discourse that is not just found in words but in habits of being and the way one lives” (hooks, 1990: 149). Desta forma, hooks conceptualiza a *margem* como um espaço produtivo para resistir contra poderes de opressão: “understanding marginality as position and place of resistance is crucial for oppressed, exploited, colonized people” (*idem*: 150). Por conseguinte, hooks afirma que a *possibilidade radical* da margem reside na sua capacidade de resistência política (cf. *ibidem*), devendo ser por isso o lugar *escolhido* do indivíduo marginalizado: “I was not speaking of a marginality one wishes to lose – to give up or surrender as part of moving into the center – but rather of a site one stays in, clings to even, because it nourishes one’s capacity to resist” (*ibidem*).

Para além desta conceptualização pioneira da margem desenvolvida por hooks, o espaço marginal é retomado no texto de Joan Borsa. Partindo da importância atribuída à margem por hooks, Borsa acrescenta uma ideia de fluidez: ela considera que a margem não é um lugar fixo, visto que as posições relacionais de margem e centro são construções sociais: “centres and margins – like culture, sexual difference and identity – have been historically produced” (Borsa, 1990: 37). Assim, as localizações marginais (ou céntricas) devem ser consideradas não como posições obrigatórias ou inevitáveis, mas simplesmente como espaços que podem ser ocupados para enunciar uma determinada perspectiva ou realidade:

For anyone occupying a place that could be described as marginal or colonial it is important to acknowledge that one does not ‘naturally’ occupy a site outside the larger cultural and representational field as if irreconcilably “other” but that whether in the centre or in the margin

one always speaks from a position, a context, a place which offers the possibility of exploring identity, articulation and representation. (*ibidem*)

Uma outra noção interessante para este debate sobre as políticas de localização é a do corpo; várias autoras associadas a esta área dos estudos feministas conceptualizam o corpo como o localizador geográfico mais básico e o indicador da natureza política da experiência pessoal. No ensaio de Rich, o corpo é salientado como o primeiro marcador da identidade da mulher, que remete para a experiência *material e individual*: “Begin, though, not with a continent or a country or a house, but with the geography closest in – the body” (Rich, 1986b: 212). O corpo feminino surge, assim, como uma forma de *situar* precisamente a realidade diária de cada mulher, uma vez que os corpos das mulheres são sítios de dominação, estereotipação, violência e opressão (cf. Scholz, 2010: 6-7). Por sua vez, Haraway fala de uma “visão do corpo”, defendendo que cada corpo representa um ponto de vista finito, que é produto da materialidade de cada experiência vivida (cf. Haraway, 1988: 585-586).

Finalmente, podemos acrescentar mais um elemento à nossa análise: a questão da *interseccionalidade*. Este conceito, inventado pela advogada afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, concentra-se na *multidimensionalidade* das discriminações legais sofridas pelas mulheres negras nos Estados Unidos (cf. Crenshaw, 1989: 139). Argumentando que uma conceptualização *unidimensional* da discriminação é insuficiente para compreender o efeito composto das várias opressões que convergem no mesmo momento, Crenshaw utiliza a metáfora de uma *interseção* (por exemplo, de um gráfico ou de uma estrada) para demonstrar o ponto em que múltiplas forças de opressão colidem:

Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars travelling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similiarly, if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination. (*idem*: 149)

Deste modo, a autora retrata a experiência única das mulheres negras como uma colisão de várias discriminações, utilizando o caso do sexo e da raça. No entanto, Crenshaw sugere que esta forma de *interseccionar* múltiplas opressões poderia acrescentar valor aos feminismos e aos anti-racismos num sentido mais lato (cf. *idem*: 166). Prova disso é o trabalho de Maria

Caterina La Barbera em “Intersectional-Gender and the Locationality of Women “in Transit” (2012), como vimos na Introdução.

É neste sentido que procuraremos fazer uma abordagem *interseccional* de *Novas Cartas Portuguesas*, recorrendo ainda a vários outros conceitos relacionados com as “políticas de localização”. Os conceitos essenciais para o nosso estudo serão, portanto, os *conhecimentos localizados*, as posições relacionais de *margem* e *centro*, a interseccionalidade e o *corpo*, enquanto espaço primeiro de opressão e expressão política do pessoal. Resumindo, todas as conceptualizações teóricas das “políticas de localização” têm em comum o fato de promoverem um *ponto de enunciação*, constituído pela categoria do sexo e do género, e por um conjunto de outros marcadores de identidade e circunstâncias sociais. Enquanto que a *localização* se entenderá como o ponto específico a partir do qual cada sujeito feminino fala, que é construído por um ou vários fatores sociais ou marcadores de identidade, as *políticas de localização* serão definidas aqui como uma tentativa de nomear o espaço que cada mulher habita, para depois o utilizar para fins políticos, na forma de resistência às forças de opressão. Assim, antes de passarmos à análise do objeto de estudo desta dissertação, convirá mapear a localização primeira de *Novas Cartas Portuguesas*, prestando atenção ao contexto histórico, político e social em que o livro é escrito e às circunstâncias específicas quer das autoras, quer das mulheres portuguesas durante o Estado Novo.

1.2. Localização: Portugal, 1972 – as mulheres portuguesas e o Estado Novo

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa publicaram *Novas Cartas Portuguesas* num determinado país – Portugal – no ano de 1972. Nesse livro, as autoras respondem literariamente a uma série de circunstâncias específicas, opressões *compiladas* e desigualdades entre mulheres, construindo um forte exemplo – através de múltiplas narrativas – da importância das “políticas de localização”.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à literatura escrita por mulheres no Portugal pré-25 de Abril de 1974, é necessário salientar a falta de visibilidade das escritoras em comparação com a atenção pública dada aos escritores. Esta é, aliás, uma situação que remonta aos séculos anteriores. Como salienta Isabel Morujão, apesar de terem existido numerosas autoras portuguesas prolíficas ao longo dos séculos XVI-XVIII, nomeadamente dentro dos conventos católicos, o cânone literário nacional continua a negligenciar as escritoras pioneiras da cultura portuguesa: “Tem-se construído em Portugal uma visão da

literatura nacional que tem maioritariamente silenciado, sobretudo nas apreciações concernentes a certas formas literárias, a existência dos contributos da literatura feminina produzida nos conventos” (Morujão, 2013: 25-26). Não obstante, como relembra Chatarina Edfeldt, esta desconsideração da tradição literária feminina em Portugal – devido ao conservadorismo e à rigidez dos papéis sociais e sexuais – prolongou-se até ao século XX: “No início do século XX predomina ainda, na sociedade, pelo menos por parte da cultura predominante, a já referida convicção de que existia uma incompatibilidade entre ser mulher e estar-se envolvida em actividades intelectuais da esfera pública” (Edfeldt, 2006: 109). Assim sendo, ao longo da primeira metade do século, constata-se uma “estigmatização da autora portuguesa”, assim como uma “negligência (...) no tratamento científico-literário consist[indo] na falta de contextualização desta literatura, quer em termos literários quer em termos sociopolíticos” (*ibidem*). Aliás, observa-se uma tendência evidente de menorizar o trabalho das escritoras portuguesas e os temas da sua obra, como acontece por exemplo na *História da Literatura Portuguesa*, de António José Saraiva e Óscar Lopes. Aliás, como nota Edfeldt,

[Neste livro n]ada é dito sobre o contexto sociopolítico em que se encaixa a autoria feminina. As autorias continuam, aqui, a ser tratadas com a *ambivalência* herdada do discurso dominante, isto é, são incluídas sob o pretexto de que se distinguem na época, mas não por produzir uma literatura relevante. (*idem*: 121)

Apesar desta desconsideração da autoria feminina na sociedade portuguesa, podemos destacar uma série de escritoras e ativistas feministas ao longo do século XX. Em primeiro lugar, devemos mencionar o Feminismo da Primeira República das primeiras décadas de noventa, com particular destaque para Ana de Castro Osório, que publicou um dos primeiros manifestos feministas do país: *Às Mulheres Portuguesas* (1905). Para além disso, os anos vinte e trinta também têm grande importância na perspetiva da escrita de mulheres, com o aparecimento de poetisas tais como Florbela Espanca e Judite Teixeira, para não falar de outras escritoras politicamente ativas que publicaram ao longo dos anos quarenta.¹⁶ Para além disso, uma série de outras autoras participaram na esfera literária em Portugal, mas as suas obras foram ou proibidas ou menosprezadas pelas autoridades da época:

¹⁶ Como relembra Edfeldt, podemos destacar várias autoras dos anos quarenta associadas à intervenção social ou até ao Neo-Realismo, tais como a autora/ativista feminista Maria Lamas e as romancistas Maria Archer, Emília de Sousa Costa, Maria da Graça Azambuja (Freire) e Manuela de Azevedo, entre outras (cf. *idem*: 126-128).

Ao entrarmos na época do Estado Novo, nota-se a tendência para silenciar a expressão literária associada às ideias emancipatórias e feministas. Assim, as escritoras, sejam elas assumidamente feministas ou não, passam a ser representadas sobretudo como autoras de literatura infantil. (Edfeldt, 2006: 119)

Esta questão remete-nos, aliás, para a importância do regime político vigente em Portugal durante a época: a ditadura ultra-conservadora que marca o período do Estado Novo (1933-1974), acabando com a Revolução dos Cravos no dia 25 de Abril de 1974. Este regime, encabeçado primeiro por António de Oliveira Salazar (1933-1968) e depois por Marcello Caetano (1968-1974), utilizou várias ferramentas de repressão para controlar a população portuguesa e restringir as liberdades de todos os cidadãos. Em 1961, Portugal começou uma guerra prolongada contra insurgentes nas suas então “províncias” coloniais Angola e Moçambique, obrigando milhares de homens portugueses a se deslocarem para África para participar nesse combate. Não obstante a incapacitação do ditador Salazar em 1968, o seu sucessor Caetano desiludiu as esperanças de uma abertura política, mantendo a maioria das restrições vigentes na sociedade portuguesa e continuando a Guerra Colonial. Como recorda Cândido de Azevedo, um dos principais meios de opressão durante este período foi a Censura estatal (o chamado “lápiz azul”) que teve um grande impacto sobre a literatura portuguesa, afetando “autores dos géneros literários mais variados, das correntes filosóficas mais diversas e dos estilos mais distintos” (Azevedo, 1997: 11).¹⁷

Todavia, o que é mais relevante para o presente estudo são as consequências desta censura para a literatura escrita por mulheres em Portugal. Ainda que as escritoras portuguesas tenham adquirido uma maior visibilidade a partir da década de cinquenta (cf. Edfeldt, 2006: 154), as autoras mais ousadas e polémicas – tais como Natália Correia e Maria Teresa Horta – foram perseguidas pelas autoridades salazaristas. Por exemplo, quando Natália Correia publicou *Antologia de Poesia Erótica e Satírica* em 1967, a obra foi apreendida e fortemente condenada no relatório da censura por ser uma aparente “contribuição comunista” com “carácter pornográfico” (*apud* Azevedo 1997, 114). Do mesmo modo, Maria Teresa Horta relembra que o seu livro de poemas *Minha Senhora de*

¹⁷ Em *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo* (1997), Cândido de Azevedo nota que diversos autores e autoras foram silenciados pela Censura durante o Estado Novo, incluindo Aquilino Ribeiro, Agosto Abelaira, Irene Lisboa, Jorge de Sena, Maria Judite de Carvalho, Sophia de Mello Breyner Andresen, entre muitos outros (cf. *idem*: 11).

Mim (1971) foi rotulado como uma obra de “imoralidade” e “pornografia” pelas autoridades (*apud* Azevedo, 1999: 141), devido ao fato de ela explorar a sexualidade feminina de forma explícita. Horta acrescenta ainda que foi ameaçada várias vezes por causa da sua obra literária, “a ponto de me fazerem inúmeros telefonemas anônimos ameaçando-me, o que me obrigou a pôr o telefone sob escuta, para além de cartas e outras ameaças” (*ibidem*). Portanto, o ambiente em que vivia a mulher escritora durante o Estado Novo era extremamente restritivo, repressivo e até perigoso.

No que diz respeito à experiência diária das mulheres a nível geral durante este período, pode-se argumentar que o regime ditatorial visava não só subordinar a mulher portuguesa enquanto ser humano, mas também discriminá-la por causa do seu sexo. Como recorda Maria Teresa Horta, “o fascismo deteriorava tudo: a nossa auto-estima, a ambição, a dignidade e, sobretudo, as mulheres” (*apud* Tavares, 2010: 177). Em primeiro lugar, como explica Helena Neves em *O Estado Novo e as Mulheres: O Género Como Investimento Ideológico e de Mobilização* (2001), a ideologia desse regime baseava-se nos valores ultra-tradicionais de “Deus, Pátria e Família”, reforçando o sistema de patriarcado através da própria imagem do ditador como “pai” da nação:

Efectivamente, os ditadores incarnaram como nenhuns outros, o poder do pai, a figura do patriarca, o pater da grande família que é a nação, a mãe pátria. Simbolizando o patriarcalismo, o autoritarismo, o poder macho intrínseco a todos os regimes repressivos, a todas as formas de opressão, fez de todos os homens, seus filhos, e de todas as mulheres, suas filhas. (Neves, 2001: 8)

Para além disso, embora na sociedade ocidental da pós-[segunda] guerra se tenha verificado uma renovação do discurso de domesticidade a nível geral, sobretudo nos países democráticos, Mary Nash observa que em Portugal, e nos países vizinhos ditatoriais, esta domesticidade se traduzia numa realidade significativamente mais repressiva e restritiva para a mulher: “Na Europa Mediterrânica, em Portugal, Grécia e Espanha, o peso da ditadura política e a sua repressão traduziram-se na imposição de modelos arcaicos de domesticidade forçada” (Nash, 2004: 158).

Paralelamente, o Estado Novo foi sempre contrário ao desenvolvimento independente das mulheres portuguesas, restringindo os direitos conquistados pelas feministas da Primeira

República.¹⁸ Esta oposição à emancipação feminina manifestou-se, em primeiro lugar, através da legislação, uma vez que várias medidas sexistas e discriminatórias foram implementadas ao longo dos quarenta anos do regime. Anabela Couto, entre outros juristas, destaca as várias perdas de autonomia feminina em prol da primazia masculina:

A lei portuguesa designava o marido como chefe de família, donde resultava uma série de incapacidades para a mulher casada (...). A Lei atribuía à mulher casada uma função específica: o governo doméstico, o que se traduzia pela imposição dos trabalhos domésticos como obrigação. (Couto, 2005: s/p)

Em concreto, podemos considerar que as restrições legais impostas pelo Estado Novo à mulher portuguesa começaram já em 1933; com o quinto artigo da Constituição Política aprovada nesse ano, podemos assinalar uma clara desigualdade jurídica da mulher em relação ao homem:

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, *salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família.* (Constituição 1935: 4-5; itálicos meus)

Durante o Estado Novo, foram ainda instauradas as seguintes leis discriminatórias: o divórcio foi proibido (cf. Couto, 2005); as mulheres casadas não podiam sair do país nem trabalhar sem a autorização dos seus maridos (cf. Magalhães, *apud ibidem*); e o marido tinha o direito de exigir o regresso da esposa ao domicílio conjugal, inclusive com o uso da força, entre outros exemplos (cf. Guimarães, 1986: 567).¹⁹ Este tipo de legislação obrigou a esposa portuguesa a assumir uma posição de subserviência relativamente ao seu marido substancialmente maior do que aquela que caracterizava a situação das mulheres em muitas democracias ocidentais da época.

¹⁸ Como destaca Ana Vicente, a Primeira República (1910-1926) implementou legislação que promoveu, *até certo ponto*, a igualdade de direitos para as mulheres. Podemos destacar, por exemplo, as Leis do Divórcio e da Família, a autorização dada às mulheres para trabalharem na administração pública, e a escolaridade obrigatória para ambos os sexos (Vicente, 2007: 61).

¹⁹ Para mais informação detalhada sobre as discriminações jurídicas contra as mulheres durante o Estado Novo, consultar “O retrato da mulher durante o Estado Novo” (2005), de Anabela Couto, e “A mulher portuguesa na legislação civil” (1986), de Elina Guimarães.

Por sua vez, Neves destaca que a ditadura salazarista tencionou promover a mitificação da mulher portuguesa para servir a sua própria ideologia: “O nacional-socialismo, o fascismo italiano, o franquismo e o salazarismo procuraram enquadrar a população feminina visando, não somente, o seu apoio, mas também, utilizando-a na estratégia de consolidação do sistema e na coesão do tecido social” (Neves, 2001: 7). Este recrutamento e utilização estratégica da população feminina em Portugal concentrava-se na glorificação da sua posição na célula familiar, e no seu estatuto de esposas e mães: “[a] grande casa, onde a mulher, rainha do lar, nunca foi tão destituída de poder, e nunca foi enunciada como tão poderosa” (*idem*: 25). Assim sendo, o salazarismo pretendia não só restringir as liberdades femininas, mas também obrigar as mulheres portuguesas a apoiarem e participarem ativamente no projeto salazarista. Tal como afirma Ana Vicente, a criação da Obra das Mães pela Educação Nacional em 1936, juntamente com a Mocidade Portuguesa Feminina em 1937, constituiu não só uma tentativa de incorporar as mulheres portuguesas na ideologia e atividade do regime, mas também “um sinal de que a promoção do pensamento feminista era inaceitável e inadmissível” (Vicente, 2007: 62). Em particular, Maria Teresa Horta indica que esta estratégia política do Estado Novo resultou na demonização das ideias feministas e na falta de solidariedade entre mulheres:

Havia mulheres que lutavam contra o regime mas que não se assumiam como feministas, porque se começou a entender o feminismo como algo de perigoso (...). As feministas foram sempre ridicularizadas, mesmo no tempo das sufragistas. Muitas eram consideradas loucas. Eu, quando me comecei a assumir como feminista, fui vista como maluca. Diziam-me: “Estás a estragar a tua carreira.” E estraguei. (*apud* Tavares, 2010: 177)

Assim sendo, podemos assinalar várias divisões ideológicas dentro da população feminina durante o Estado Novo. Verificou-se uma divergência entre as mulheres envolvidas na oposição ativa ao Estado Novo, incluindo Virgínia Moura, Maria Teresa Horta, Natália Correia, e muitas outras, e as organizações femininas de apoio ao regime. Especificamente, Helena Neves destaca a importância da Mocidade Portuguesa Feminina [MPF] e da Obra das Mães para a Educação Nacional [OMEN], cuja função era a de propagar a ideologia salazarista, nas várias zonas do país (cf. Neves, 2001: 40-44). A existência deste tipo de organizações fundadas pelo Estado, com uma participação significativa da população feminina, representa uma clara cisão entre as mulheres que se opunham ao regime e aquelas

que apoiavam e reproduziam a ideologia salazarista. Por outro lado, devemos estar conscientes de que mesmo entre as mulheres que se opunham ao Estado Novo havia diferenças ideológicas. Vanda Gorjão, por exemplo, relembra que o objetivo destes movimentos podiam ser incongruentes e até contraditórios, com alguns defendendo o fim do regime como prioridade absoluta e outros apontando para uma revolução feminista:

Falar de *uma* oposição feminina e de *uma* oposição feminista no singular, como se se tratassem de mobilizações inequívocas, constituindo uma delas um bloco homogéneo, de fronteiras claras e estanques, seria cair numa grande incorrecção. Só considerando a oposição feminina e a oposição feminista no *plural*, podemos aproximar-nos do conhecimento do que foram e fizeram as muitas mulheres que se implicaram na defesa dos seus direitos, os direitos da democracia e os direitos da mulher. (Gorjão, 2007: 108-109)

Assim, na óptica de Gorjão, a oposição das mulheres ao salazarismo só pode ser compreendida a partir de uma perspetiva plural, que tenha em conta a *multiplicidade* dos pontos de vista e ideologias.

Não obstante, ao longo de várias décadas do século XX, a experiência das mulheres em Portugal tinha sido analisada e articulada a partir de uma perspetiva homogénea, por mulheres de uma determinada posição social (do *centro*). Em 1905, no seu livro *Às Mulheres Portuguesas*, podemos ver já Ana de Castro Osório a referir-se apenas às mulheres portuguesas da classe média, extrato social ao qual a autora pertence, considerando irrelevantes para o seu estudo as experiências de mulheres em outros extratos sociais:

É à classe média, a mais numerosa e nacionalizada, a mais apegada a preconceitos e tradições, que vamos bucar o nosso exemplo, porque: o povo operário, caminhando revoltoso e tumultuosamente para o futuro; a alta burguesia e os restos desmantelados das velhas aristocracias, despaisadas pela educação e pela existência só de luxo e egoísmo – não podem fornecer os elementos comprovativos para a nossa tese. (Osório, 1905: 116-117)

Esta tendência para se concentrar exclusivamente nas realidades de uma determinada categoria de mulheres (lembrando alguns setores feministas da Segunda Vaga a nível internacional) evidencia-se sobretudo num colóquio que ocorreu em Lisboa em 1968

intitulado *Sobre A Condição da Mulher Portuguesa*.²⁰ Neste evento, a participante Isabel da Nóbrega evitou (até certo ponto) abordar as experiências de mulheres fora da sua esfera de conhecimento, julgando que o seu modelo da mulher portuguesa poderia abranger várias realidades femininas no país:

Vou falar particularmente da mulher da cidade visto que a situação da mulher do campo é variável: teria de referir problemas tão diversos quanto a própria localização geográfica, natureza do trabalho exercido (em terras próprias, arrendadas, ou como assalariada)... Em todo o caso, ao falar dos problemas da mulher da cidade, não será difícil a sua transposição para a do campo, com a agravante de que a esta estão quase totalmente vedados os acessos a uma promoção social. (Nóbrega, 1972: 106-107)

Da mesma forma, a intervenção de Agustina Bessa-Luís no mesmo colóquio foi intencionalmente limitada às mulheres portuguesas de classe média, que a autora conhecia melhor: “Eu preferia que as minhas observações se restringissem à burguesa média, àquela que nos últimos vinte anos evoluiu mais nitidamente” (Bessa-Luís, 1972: 40). Deste modo, pode-se argumentar que o colóquio sobre a “condição” da mulher portuguesa serviu apenas para salientar as limitações e as dificuldades que as mulheres do *centro* tiveram por desconhecerem as experiências femininas da *margem*. Curiosamente, de entre as intervenções conhecidas, só a de Urbano Tavares Rodrigues pareceu abordar o grande leque de realidades femininas no Portugal salazarista:

Entre o mundo rural arcaico, ao qual a esmagadora maioria das mulheres portuguesas está religada, ainda agrilhoadas, nalguns remotos rincões da província, (...) e o mundo médio-burguês das cidades mais populares, onde ela já se afirma, como empregada ou mesmo como operária especializada, nalguns casos (...), escalona-se a imensa falange das mulheres portuguesas amorfas. (Rodrigues, 1972: 13)

Houve evidentemente outras autoras e autores que se revelaram preocupação com todos os estratos sociais, como por exemplo o trabalho incontornável e pioneiro de Maria Lamas, no seu livro *As Mulheres do Meu País* (1948), fazendo o “mapeamento” das numerosas

²⁰ Este colóquio em Lisboa teve a participação dos seguintes autores(as) e figuras públicas: Urbano Tavares Rodrigues, Sérgio Ribeiro, Agustina Bessa-Luís, Augusto Abelaira, Natália Nunes, Maria Isabel Barreno, Maria da Conceição H. de Gouveira e Isabel da Nóbrega. Para consultar as intervenções destes(as) autores(as) durante o evento, ver *A Condição da Mulher Portuguesa* (Lisboa: Estampa, 1972).

realidades diárias de mulheres portuguesas em todo o país, tendo em conta a região e as diferentes condições de acesso ao trabalho e à educação (cf. Tavares, 2010: 45-46). No entanto, o exemplo deste colóquio é extremamente pertinente para a discussão, uma vez que *Novas Cartas Portuguesas* parece vir dar voz às mulheres silenciadas ou tornadas invisíveis, mesmo no seio de setores dedicados à conquista de direitos das mulheres, criando narrativas para as várias *existências* marginais de mulheres fora do *centro*.

Assim sendo, é necessário concentrarmos nas várias distinções e desigualdades que de fato existiam entre as mulheres portuguesas durante aquela época. Por um lado, salienta-se a questão da *geografia* propriamente dita, no sentido de existir uma lacuna cultural entre regiões diferentes do país e, num sentido mais lato, entre os ambientes urbanos e rurais. A população rural, descrita por Osório como “muito perto ainda do primitivismo animal” (Osório, 1905: 107), estava de fato atrasada em relação à população da cidade, de tal forma que as organizações sociais associadas ao regime salazarista começaram a agir para preservar aquele atraso social e evitar a proliferação de novas atitudes julgadas como perigosas. Por exemplo, enquanto a Mocidade Portuguesa Feminina concentrava a sua atividade social nos grandes centros metropolitanos, a Obra de Mães pela Educação Nacional (OMEN) interessou-se pelas áreas rurais, sobretudo no interior de Portugal (cf. Neves, 2001: 44).

A preocupação desta segunda organização com a sociedade rural assentava-se na suposição de que o campo representava um ideal tradicional da sociedade portuguesa: “a OMEN vai dirigir o seu protagonismo (...) [na] formação das mulheres rurais para a defesa da integridade dos princípios lusos, no sentido de fixação à terra e de uma acção social educativa” (*idem*: 52). Desta forma, o objetivo da OMEN foi o de travar o fenómeno demográfico do êxodo rural para as grandes cidades de Lisboa e o Porto, promovendo a “ruralidade como defesa da Nação” (*ibidem*). Estas tentativas de preservar uma sociedade rural idealizada também resultaram da preocupação por parte das autoridades salazaristas de evitar que os valores sociais conservadores ficassem contaminados pelo liberalismo cosmopolita: “A OMEN elege, desde fins de cinquenta, a ruralidade como reduto de defesa da nação ameaçada, concentrando a sua influência, de certo modo, extemporânea na medida em que julga poder deter-se o ‘contágio’ da industrialização e a ‘imoralidade’ que apela das cidades” (*idem*: 99). Terá sido este raciocínio que levou as principais líderes da OMEN, tais como a Condessa de Penha Garcia, a declarar que “é no meio rural, grande reserva da Nação, que se encontram as virtudes mais básicas da Família” (*apud* Neves, 2001: 52). Desta forma,

construiu-se ao longo do Estado Novo uma divisão entre os valores conservadores das sociedades rurais tradicionais e a ideologia ‘imoral’ propagada nos centros urbanos. Esta estratégia de idealização da sociedade rural, apesar de não impedir o êxodo rural para as cidades, contribuiu para a criação de divisões, estereótipos e preconceitos em Portugal acerca de distintos ambientes sociais.

Para além da geografia, outros fatores sociais “localizavam” as mulheres portuguesas na época, tais como as desigualdades económicas e a estratificação entre as classes sociais. Com isto referimo-nos, primeiramente, às diferentes condições de acesso ao emprego feminino em Portugal durante o Estado Novo e à falta de sensibilização para com o grande número de mulheres que trabalhavam em condições desfavorecidas. É verdade que, nas primeiras décadas do Estado Novo, o regime se esforçou por impedir o acesso das mulheres a postos de trabalho, tendo o Presidente do Conselho, Salazar, criticado ferverosamente a participação das mulheres no mercado de trabalho: “Defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado: nunca houve nenhuma dona de casa que não tivesse imenso que fazer” (Salazar, 1935: 201). Segundo o discurso do regime, propagado por figuras públicas como o Professor Costa-Sacadura, esta estratégia justificava-se pelos supostos riscos para a sociedade pelo fato de haver mulheres empregadas nos setores tradicionalmente reservados aos homens: “Nos lugares em que a mulher casada concorre com o trabalho do homem nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais, a instituição da família pela qual nos batemos, como pedra fundamental duma sociedade organizada, ameaça ruína [sic]” (Costa-Sacadura, 1939: 11). Relativamente à exclusão da mulher do mercado do trabalho, Anabela Couto relembra, por exemplo, que numerosos postos de trabalho na função pública, na magistratura, na diplomacia e na política não podiam ser ocupados por mulheres (cf. Couto, 2005: s/p).²¹

Contudo, é necessário recordar que a economia portuguesa do século XX também se salientou por utilizar e depender do trabalho de mulheres para apoiar certos setores primários, tais como “[as] indústrias têxteis, de cortiça, de conservas e na agricultura” (Tavares, 2010: 102). Irene Flunser Pimentel comenta que nas últimas décadas do Estado Novo, quando a

²¹ Estes obstáculos legais ao acesso das mulheres ao trabalho será um dos aspetos da “localização” em *Novas Cartas Portuguesas* que será explorado no Capítulo II.

maioria dos homens portugueses combatia na guerra do Ultramar, se tornou uma prática cada vez mais comum empregar mulheres para realizar trabalho manual, de baixos ordenados:

Embora a legislação e a ideologia salazaristas tivessem tido alguma eficácia nos anos 30 e 40, a presença da mulher no mercado de trabalho nunca deixou de se fazer sentir em Portugal e aumentou a partir dos anos 60. A força de trabalho fabril feminina continuou a ser sempre mais barata e utilizada no trabalho intensivo e não especializado. (Pimentel, 2007: 99)

Nesta perspetiva, podemos afirmar que surgia em Portugal, tal como acontecia em países asiáticos e latinoamericanos, um processo de “feminização da pobreza”. Como notam Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral, este fenómeno social traduz-se na prática de utilizar mulheres como mão-de-obra barata em setores intensivos de produção, devido a códigos laborais que permitiam a discriminação de salários entre mulheres e homens:

Nas fábricas do Vietname, Birmânia, Tailândia, Malásia, Índia, Paquistão, Bangladesh, México, Guatamala, Honduras e El Salvador, as mulheres constituem nada menos do que 70% a 90% do número total de operários. A preferência por mulheres deve-se ao facto de estas serem tidas por mais submissas e estarem habituadas a receber salários mais baixos do que os homens. (Amaral/Macedo, 2005: 78)

A este propósito, na sua intervenção no já referido colóquio de 1968, Natália Nunes articulou a necessidade de se compreender melhor a realidade dura das mulheres empregadas em trabalhos de exploração no país: “Na sociedade portuguesa actual, relativamente à condição da mulher, o que me parece de maior urgência é estudar e proteger a da mulher que trabalha, sobretudo das operárias e das camponesas, tão rudemente violentadas e sacrificadas” (Nunes, 1972: 73).

Deste modo, a população feminina no Portugal da década de setenta dividia-se *grosso modo* entre: as mulheres de classe média ou alta, sendo que a maioria não trabalhava fora de casa – não só porque lhes era atribuída a responsabilidade de cuidar da sua família, mas também porque elas eram impedidas de trabalhar nos altos escalões do mercado laboral e de se candidatar a empregos de alta responsabilidade pública; as mulheres operárias, que eram obrigadas a trabalhar para sustentar a sua família, suportando condições de trabalho

deploráveis e ordenados baixos;²² e ainda as mulheres que trabalhavam no campo ou em outros setores da economia primária, sempre em situações precárias. Salienta-se também que, tal como acontece ainda hoje, as mulheres que trabalhavam fora de casa tinham dois “empregos”, dentro e fora do espaço familiar: “Para as mulheres de setores sociais mais desfavorecidos, a casa representava a sua dupla tarefa, pois tinham de trabalhar também fora de casa” (Tavares, 2010: 59-60).

Para além do mais, o trabalho feminino também se diferenciava consoante a localização geográfica, considerando que as mulheres em certas regiões de Portugal eram significativamente mais ativas em termos económicos do que noutras. Verifica-se, por exemplo, que em 1968 a percentagem de mulheres na população ativa de Viana do Castelo era de 23,9%, enquanto que nos arquipélagos dos Açores e da Madeira esta percentagem era apenas de 9,7% (cf. Ribeiro, 1972: 29). Como observa Maria de Lourdes Pintasilgo, nos anos oitenta, nas zonas *rurais* do continente continuava a haver elevados níveis de atividade económica feminina: “If statistics say that women are only 28 percent of the ‘economically active population’, then what is wrong is the statistics (...). What about, for instance, the 32 percent of the rural population, more than half of whom are women? Aren’t they working?” (Pintasilgo, 1996: 571). Efectivamente, estes fatos exemplificam como uma abordagem *interseccional* da situação das mulheres em Portugal pode ser útil, uma vez que fatores como o sexo, a classe, o acesso ao mercado de trabalho e proveniência geográfica confluíam para condicionar a experiência feminina em circunstâncias diferentes.

Do mesmo modo, o próprio acesso à educação por parte das mulheres durante este período também representava um fator de diferenciação e desigualdade, que em si mesmo era dependente de outras circunstâncias sociais. Será imprescindível ter em consideração a taxa extremamente alta de analfabetismo em determinadas regiões do país, que em muitos casos subia consoante a distância geográfica do espaço urbano da capital: “o nível de analfabetismo das mulheres (...) em distritos [rurais] como Évora, Beja, Vila Real, Faro, Viseu, Viana, Portalegre, Leiria e Bragança ultrapassavam os 60% e mesmo em alguns casos, os 70%” (Tavares, 2010: 152). Por outro lado, independentemente destes diferentes níveis de analfabetismo, salienta-se que a ditadura, sobretudo nas suas primeiras décadas de existência,

²² Esta realidade remete para uma observação de bell hooks acerca das distintas experiências laborais das mulheres americanas: hooks argumenta que enquanto algumas feministas americanas da Segunda Vaga (tais como Betty Friedan, no seu livro *The Feminine Mystique* [1963]) evocaram a imagem de uma mulher do *centro*, como uma esposa burguesa aborrecida e frustrada por não poder trabalhar, este cenário não correspondia à realidade das mulheres da *margem*, obrigadas a trabalhar em condições desagradáveis (cf. hooks, 2000: 1-2).

seguiu estratégias diferenciadas de ensino para as jovens portuguesas, consoante a classe social em questão. Como nos indica Irene Pimentel,

No campo educativo (...) [p]retendia-se que as futuras mães das classes sociais baixas obtivessem um mínimo de educação – mas não mais que isso – para poderem, por seu turno, educar os filhos e não os deixarem morrer na primeira infância (...). Quanto às das classes altas, deveriam possuir um mínimo de noções que lhes permitissem, por um lado, gerir um “lar”, pela via indirecta das “criadas”, e, por outro, “acompanhar” o marido, praticar uma caridade pontual. (Pimentel, 2007: 100)

Para além destas desigualdades entre o ensino das jovens portuguesas nas escolas públicas, é importante asinalar o modo como o sistema educativo salazarista direccionou as mulheres portuguesas para posições estratificadas no mercado laboral. Isto é, a partir dos anos cinquenta, o regime começou a oferecer ensino técnico a algumas jovens, mas as oportunidades de trabalho disponíveis a partir deste percurso eram pouco apelativas e em setores mal remunerados. Paralelamente, a quantidade de alunas que tinha acesso aos liceus – escolas que apresentavam oportunidades profissionais mais desejáveis – crescia consideravelmente:

A sociedade reagiu e contrariou os planos de limitação da educação e da profissionalização das mulheres, e o ensino feminizou-se de forma imparável (...). A frequência liceal era já maioritariamente feminina ao mesmo tempo que o número de jovens que procuravam o ensino técnico não deixou de diminuir, uma vez que as profissões “femininas” para as quais ele formava foram sendo cada vez menos atractivas, consideradas de baixo estatuto e pouco remuneradas. (*idem*: 100-101)

Assim, uma análise interseccional da situação de opressão das mulheres no Estado Novo permite perceber como o regime discriminava as mulheres de forma geral, mas também *entre* elas, controlando o grau de ensino que elas podiam receber e para que efeitos essa educação podia servir, aspectos que serão importantes para a análise de *Novas Cartas Portuguesas*.

Finalmente, podemos analisar a localização das mulheres a partir de uma outra perspectiva: a do imperialismo português, ou seja, a realidade para as mulheres residentes nas colónias africanas, classificadas pelo regime como o “Ultramar”. Por outras palavras, é necessário salientar a diferença cultural entre estes territórios na África e a “metrópole” em Portugal, na medida em que existia uma dinâmica de *margem* e *centro* entre os dois lugares.

Como explica Ann Laura Stoler, em *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule* (2002), este fenómeno era partilhado por vários impérios europeus na África dos séculos XIX e XX, nos quais a marginalidade das colónias africanas se afirmava contra os centros metropolitanos: “Colonial cultures were never direct translations of European society planted in the colonies but unique cultural configurations, homespun creations in which European food, dress, housing, and morality were given new political meaning in specific colonial social orders” (Stoler, 2002: 24). No que se refere à realidade para as mulheres naquelas partes do império português, uma abordagem interseccional demonstra que a discriminação contra o sexo feminino convergia com o racismo e a geografia, criando múltiplas opressões sobre as mulheres negras na localização específica da África portuguesa. Como refere Hilary Owen, o Estado Novo pôs em prática uma política racialmente discriminatória nas “províncias” de Moçambique e Angola: “Salazar’s Colonial Act of 1930 made provision to distinguish between the *indigenato* (...) and the *não-indigenato* or *civilizado*” (Owen, 2007: 20). Por conseguinte, ao considerarmos a questão do sexismo omnipresente na sociedade portuguesa em conjunto com o racismo inerente no império português, observa-se uma experiência duplamente opressiva para as mulheres africanas:

The construction of women’s civil status under the New State had far-reaching consequences for the ways in which other forms of difference, such as race, colour and ethnicity, came to be interarticulated in both colonial and anticolonial discourses of national unity (...). The naturalisation of women’s absolute difference served to authorize the exclusion from citizenship of other categories of analogously naturalized otherness. (*idem*: 17-18)

Como indicado por Jessica Falconi, esta interação entre os diferentes fatores sociais do sexo, da raça e da geografia evidenciou-se nas tentativas das autoridades salazaristas de criar um “ideário lusotropicalista, simbolizando a diversidade na unidade imperial” (Falconi, 2014: 600), através de imagens exotizadas de mulheres africanas. Especificamente, podemos destacar a importância do concurso *Miss Portugal*, que no ano 1971 começou a incorporar participantes de Angola e Moçambique, com eleições locais para a *Miss Angola* e a *Miss Moçambique* (cf. *idem*: 599). No entanto, já foi salientado que a *Miss Moçambique* e subsequente *Miss Portugal* daquele ano, Ana Paula Almeida, era branca e de sangue português, tal como a maioria das outras candidatas o era (Barreno/Horta/Costa, 2010: n212,

386), sendo que a primeira candidata mestiça a *Miss Angola* apareceria apenas em 1972 (cf. Falconi, 2014: 603).²³ Assim, com a marginalização das mulheres negras na África Portuguesa por via de uma imagem idealizada de mulheres brancas nas colônias africanas, Falconi considera que estes concursos tiveram consequências imprevistas no que se refere à coesão social dentro do império português: “tais estratégias, contudo, acabaram por mobilizar tensões profundas no interior de sociedades fortemente fragmentadas pelas diferenças de classe, [raça] e género” (Falconi, 2014: 601).

Em suma, após quase quarenta anos de Fascismo, o contexto de escrita de *Novas Cartas Portuguesas* corresponde a uma realidade *heterogénea e multifacetada* para as mulheres portuguesas, englobando múltiplas experiências e diversas formas de repressão. Será, por isso, interessante analisar como estas numerosas condições de opressão das mulheres são nomeadas e politizadas nas *Novas Cartas*, ou seja, como situações específicas de discriminação são tornadas matéria literária e denunciadas através da literatura. Do mesmo modo, será igualmente produtivo explorar o modo como as Três Marias articulam vozes femininas que, pela diversidade das suas circunstâncias, podem ser lidas à luz das políticas de localização. A estas questões se dedicará o próximo capítulo.

²³ A referência à *Miss Moçambique* de 1971 é uma outra questão que remete diretamente para o conteúdo das *Novas Cartas*, a ser abordada em mais detalhe no Capítulo II.

CAPÍTULO II

“Nem só de nós falamos”: Uma análise interseccional de *Novas Cartas Portuguesas*

Porque hoje quero dizer da crueldade. (Só da minha?)

Maria Isabel Barreno
Maria Teresa Horta
Maria Velho da Costa

O povo somos / mulheres do meu país

Maria Teresa Horta

No capítulo anterior, observamos como a presença das mulheres escritoras na esfera pública durante o Estado Novo estava sujeita a várias restrições, muitas delas de ordem moral, sendo a publicação e consequente apreensão pela Censura de *Novas Cartas Portuguesas* um dos melhores exemplos. No entanto, apesar de podermos falar de uma certa marginalização sentida pelas autoras do livro, enquanto mulheres e escritoras, em termos de classe, podemos dizer que Maria Isabel Barreno (1939-2016), Maria Teresa Horta (1937-) e Maria Velho da Costa (1938-) ocupam um lugar de relativo *centro* na sociedade portuguesa. Dito de outro modo, as ‘Três Marias’ escreveram as *Novas Cartas* a partir de uma posição de relativo privilégio face a muitas outras mulheres portuguesas: nasceram em Lisboa, a capital e ‘epicentro’ do país, no seio de famílias de classe média ou, no caso de Maria Teresa Horta, de classe alta ou aristocrática (sendo descendente da Marquesa de Alorna), e todas tiveram acesso ao ensino superior e a profissões que não eram acessíveis a muitas mulheres da época, tais como o jornalismo e a investigação (cf. Flores/Duarte/Moreira, 2009: 234-262).

Ainda assim, a posição favorecida em que estas escritoras se encontravam nos anos sessenta e setenta não implicou que elas se afastassem da realidade multi-facetada das mulheres do seu país. As autoras evidenciaram sempre uma preocupação com experiências femininas marginais, através quer da literatura quer da sua intervenção cívica e profissional. Maria Isabel Barreno trabalhou vários anos no Instituto Nacional de Investigação Industrial, colaborando em estudos que abordaram a realidade diária da classe operária em Portugal. Por exemplo, o livro *Adaptação do Trabalhador de Origem Rural ao Meio Industrial Urbano* (1966), escrito por Barreno em parceria com C. A. Fernandes e F. Henrique Vara,

exemplifica uma tentativa de compreender os complexos problemas sociais suportados pelas populações mais desfavorecidas em Portugal. Por outro lado, esta autora foi uma das participantes no já referido colóquio *Sobre a Condição da Mulher Portuguesa*, de 1972, e interessou-se mais tarde pela discriminação sexual no sistema educativo, publicando *O Falso Neutro: Um estudo sobre a discriminação sexual no ensino* (1985). Do mesmo modo, Maria Velho da Costa abordou o tema de educação na sociedade portuguesa, através do seu livro *Ensino Primário e Ideologia* (1972). Ainda neste contexto, é essencial lembrar que Barreno e Maria Teresa Horta desenvolveram atividades políticas para unir mulheres de classes económicas diferentes, incluindo a fundação do Movimento de Libertação de Mulheres (cf. Coutinho, 2016: s/p), para além de que Horta e Velho da Costa adeririam ao Partido Comunista Português a seguir à Revolução de Abril (cf. Carvalho *et al*, 2014: 151).

Para além de cada uma das Três Marias ter escrito várias obras literárias antes de *Novas Cartas Portuguesas*,²⁴ é de salientar, também, o fato de estas escritoras terem publicado, já depois da Revolução dos Cravos, obras literárias que tentam explorar a experiência multi-facetada das mulheres em Portugal. Veja-se, por exemplo, o livro *Revolução e Mulheres* (1976), de Maria Velho da Costa, no qual o papel das mulheres pobres na vida económica e social do país é examinado, ou o livro *Mulheres de Abril* (1977), de Maria Teresa Horta, uma coletânea poética claramente preocupada com as distintas facetas da população feminina em Portugal. Nesta coletânea, tais poemas como “Mulher-bordadora”, “Canto de uma operária”, “Trabalhadoras rurais” e “Fala de uma mulher pedinte” exemplificam o amplo leque de “localizações” das mulheres portuguesas (tal como observámos no Capítulo I). Finalmente, convirá recordar a obra *A Morte da Mãe* (1979), de Maria Isabel Barreno, que se afirma como “um importante estudo sociológico e filosófico sobre a evolução histórica da situação da mulher na sociedade” (Coutinho, 2016: s/p).

Não obstante, *Novas Cartas Portuguesas* é, sem dúvida, a obra literária das autoras que mais impacto teve nacional e internacionalmente no que diz respeito à denúncia da opressão das mulheres. Fruto de um primeiro almoço entre as três escritoras em Lisboa, as *Novas Cartas* foram escritas ao longo de vários meses em 1971, dado confirmado pelas próprias datas inseridas nas cartas que compõem o livro. Como ponto de partida, as autoras

²⁴ Em 1972, cada uma das Três Marias já tinha publicado outras obras literárias: Maria Isabel Barreno tinha escrito *Os Outros Legítimos Superiores: Folhetim de Ficção Filosófica* (1970); Maria Teresa Horta tinha publicado vários livros de poesia assim como o livro de poemas *Minha Senhora de Mim* (1971); e o livro *Maina Mendes*, de Maria Velho da Costa, tinha saído em 1969.

utilizaram o livro *Lettres Portugaises Traduites en Français* [*Cartas Portuguesas*] de 1669, cuja autoria é atribuída à freira portuguesa Mariana Alcoforado, e que é composto por cinco cartas escritas ao soldado francês M. Antoine, Cavaleiro de Chamilly depois de uma breve relação de amor em Beja. Esta obra, que “causou perplexidade e escândalo na sociedade francesa do século XVII” quando foi publicado pela editora de Claude Barbin (Flores / Duarte / Moreira, 2009: 264), foi traduzida para português em 1969 (por Eugénio de Andrade), tendo interesse para as Três Marias por várias razões. Em primeiro lugar, como é salientado na Edição Anotada das *Novas Cartas*, a autoria de *Cartas Portuguesas* não é consensual, visto que alguns “antimarianistas” têm vindo a afirmar que as cartas foram escritas pelo francês Joseph de Lavergne, o conde de Guilleragues, ao contrário de estudiosos “marianistas” que defendem a autoria das cartas por Alcoforado (cf. Barreno/Horta/Costa, 2010: n60, 326).²⁵ Assim, a marginalização da autoria feminina e portuguesa pela hipótese de um escritor masculino e francês apresentou uma oportunidade para reavaliar uma figura histórica *posta à margem*. Para além disso, o Convento da Nossa Senhora da Conceição para o qual *Cartas Portuguesas* remete também poderá ter tido importância simbólica para as autoras, pois como é ilustrado por Isabel Morujão em *Por Trás da Grade: Poesia Conventual Feminina em Portugal Séculos XVI-XVIII* (2013), o convento foi historicamente um “espaço de produção literária” de várias gerações de mulheres portuguesas (Morujão, 2013: 75). Desta forma, o texto original de 1669 levanta um conjunto de questões e precedentes históricos relacionados com a autoria feminina.

Por sua vez, *Novas Cartas Portuguesas* constitui uma variedade de textos, como cartas, poemas, relatórios, ensaios e outras tipologias textuais (cf. Barreno/Horta/Costa, 1975: 401), todos eles efetivamente anónimos, porque cada uma das autoras prometeu nunca revelar quem escreveu que parte da obra. O livro foi publicado pela editora *Estúdios Cor* nos primeiros meses de 1972, mas foi rapidamente apreendido pelos serviços de censura por ser uma “obra de ofensa aos costumes e à moral vigente do País” (*apud* Amaral / Freitas, 2014b: 80).²⁶ Como referido na Introdução, as autoras foram levadas a tribunal por terem escrito esta obra e, devido ao ambiente de repressão e silenciamento imposto pela ditadura, em Portugal houve um relativo mutismo sobre o caso das Três Marias (cf. Martins, 2012: 28). Porém,

²⁵ Para ver mais informações detalhadas sobre a autoria disputada de *Cartas Portuguesas*, consulte a Edição Anotada de *Novas Cartas Portuguesas*, nota 60 (pp. 326-327).

²⁶ Para o relatório original da censura de *Novas Cartas Portuguesas* de Maio de 1972, consulte Ofício da Direcção dos Serviços de Censura, 25 de Maio de 1972, Torre do Tombo, Arquivo do SPN/SNI, Ref. PT/TT/SNI-DSC/13/7, NT 526.

verificou-se uma alargada resposta internacional de apoio e solidariedade para com a situação das autoras, já que incluiu manifestações públicas junto de Embaixadas de Portugal, artigos de condenação do Governo português publicados em numerosos jornais internacionais, entre outras ações de protesto.²⁷

Não obstante, é importante notar que o reconhecimento global de *Novas Cartas Portuguesas* não se deveu, *por si só*, à sensibilização sobre o julgamento das autoras. Podemos afirmar, antes, que esta obra tem um conteúdo que é relevante para mulheres em numerosas *localizações*; na ótica de Maria de Lourdes Pintasilgo, o livro reflete uma “universalidade” (Pintasilgo, 2010b: xxxi) e uma capacidade de apelar a “mulheres de todos os continentes e classes sociais” (2010a: xxix). Nesta perspetiva, as reações diferentes à obra em determinados países²⁸ podem ser associadas às numerosas realidades femininas para as quais as *Novas Cartas* remetem.

No entanto, antes de analisarmos as diferentes realidades das mulheres ilustradas na obra, é necessário considerar o modo como o livro é o resultado das mundivisões diferentes das próprias autoras. Isto é, como nota Helen R. Lane, a tradutora das *Novas Cartas* para o inglês, cada uma das Três Marias tinha uma opinião distinta da causa principal da opressão das mulheres:

Maria Isabel (...) insisted that the social institution that oppresses women worst is the role of the mother – a role that society idealizes only to mask the slavery of it. Maria Teresa (...) held that women were generally victimized by society but in addition had very specific aggressors: men – not just any men, but those closest to them (...). Maria Fátima (...) had reservations about feminism as an organized movement, finding that in their schism-ridden struggle for women’s rights its members often proved just as overbearing as men; she herself was convinced that men and women alike were victims of psychological roles forced upon them by history and society. (Lane, 1975: 8-9)²⁹

²⁷ Amaral e Freitas observam que foi a partir de Junho de 1973, com a Conferência da NOW (National Organization of Women) nos Estados Unidos, que o caso das Três Marias começou a se intensificar à escala global. As várias queixas e manifestações contra o Governo português em múltiplos países são referidas pelos diplomatas portugueses da época, destacados em Buenos Aires, Bruxelas, Bogotá e Islamabad, entre outras cidades (cf. *idem*: 52-55).

²⁸ Vejam-se os vários estudos em *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*, tais como o de Hilary Owen e Ana Margarida Martins sobre a receção das *Novas Cartas* no Reino Unido e na Irlanda, o de Anna M. Klobucka sobre a reação nos Estados Unidos, ou o de Chatarina Edfeldt sobre o impacto do livro na Suécia, entre outros, que demonstram que a receção da obra foi diferenciada a um nível transnacional.

²⁹ Saliente-se que esta discordância entre as Três Marias se tornou pública em Maio de 1974, quando Maria Velho da Costa repudiou o declarado feminismo das outras duas autoras através de um artigo na revista *Artes e Letras* (cf. Martins, 2012: 31).

De fato, como já foi notado, este evidente desacordo entre as perspectivas das três autoras é um aspeto extremamente importante para a estrutura do livro, sobretudo no que diz respeito às tensões entre os diferentes textos e respetivas vozes autorais, que enriquecem a obra através da dissonância (cf. Seixo 2001: 184; Amaral/Freitas 2014b: 60-61). Leia-se, por exemplo, a forma como as vozes se comunicam na “Terceira Carta IV”: “tu perguntaste «é pacto com o demónio que sugeres?»” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 79).

Dito isto, a coesão estrutural do livro reside precisamente na comunhão das respetivas mundivisões de cada uma das Três Marias acerca do mesmo propósito da escrita, como se verifica já na “Primeira Carta I”: “não será portanto necessário perguntarmo-nos se o que nos junta é paixão comum de exercícios diferentes, ou exercício comum de paixões diferentes” (*idem*: 3). A obra assume-se, assim, como um “desolado concerto de três” (*idem*: 26), refletindo o desencanto das autoras com a situação do seu país e, simultaneamente, o seu projeto de escrita comum. Como comenta Seixo, no que diz respeito à autoria dos vários textos, trata-se de uma “escrita plural” que é “cuidadosamente repartida, embora não identificada”, desta forma desconstruindo a noção de uma autoria única (Seixo: 2001: 183), ao mesmo tempo que, poderíamos acrescentar, construindo visões parciais, no sentido que lhes dá Haraway.

Como se pode ver no seguinte passo, da “Primeira Carta III”, a intenção declarada é a de *dar voz* a outras mulheres em circunstâncias variadas: “Nem só de nós falamos, nem só de quem mora connosco, a quem cedemos porta ao trio; eles coniventes, perante aventura que não entendem, mas onde entraram por nos serem perto e no fundo urgentes” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 34). Considerando esta citação, podemos começar a responder a uma das perguntas levantadas na Introdução: para quem fala *Novas Cartas Portuguesas*, ou a quem se dá voz nesse livro? Tendo em conta que este livro, nas palavras de Ana Luísa Amaral, procede a “uma denúncia da estratificação social e da dupla [múltipla] marginalização sofrida pelas mulheres” (Amaral: 2001: 86), será necessário fazer das mulheres representadas uma análise interseccional, na medida em que numerosas circunstâncias e fatores sociais – o sexo, a raça, a classe económica, o acesso ao emprego, o grau de escolaridade/educação e a geografia – confluem nesta obra para criar numerosas vozes femininas *localizadas*.

2.1. A “localização” geográfica

Em *Novas Cartas Portuguesas*, a especificidade geográfica dos espaços ocupados pelas vozes femininas (e também masculinas) que assinam parte das cartas que compõem o livro – as Marianas, as Anas, as Marias Anas, as Anas Marias, etc. (assim como os Antónios, Antoinnes e Noels)³⁰ – é explorada como fator condicionante das experiências vividas e relatadas. Em primeiro lugar, há múltiplas referências à “localização portuguesa” dos textos, isto é, à reflexão sobre o contexto social, cultural e político em que o livro foi escrito: “eis-nos em Portugal em plena era da libertação da mulher” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 220-221, *itálicos meus*). Para além disso, há uma série de marcadores espaciais que situam os textos em diferentes cidades e regiões do país: por exemplo, Lisboa, a capital, surge frequentemente nos textos, assim como o Porto, mencionado na “Terceira Carta II” como o local onde uma das Marias terá lido *Cartas Portuguesas* pela primeira vez (*idem*: 27),³¹ e Beja, a cidade espiritual de Mariana Alcoforado.

Acima de tudo, determinadas cartas do livro utilizam uma precisão geográfica extremamente minuciosa para determinar o ponto de enunciação do sujeito feminino. Consideremos, por exemplo, a maneira como a seguinte carta é endereçada: “Carta de uma mulher de nome Maria Ana, da aldeia de Carvalhal, pertencente à freguesia de Oliveira de Fráguas do concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, a seu marido de nome António, emigrado no Canadá há doze anos, na cidade de Kitimat, na Costa Oriental, frente às Ilhas da Rainha Carlota e perto da fronteira do Alaska” (*idem*: 104). Se aproximarmos esta forma pormenorizada de indicar as localizações de Maria Ana e de António à estratégia utilizada por Adrienne Rich, na carta que usa como exemplo em “Notes Toward a Politics of Location” (referida no Capítulo I), poderemos afirmar que, em *Novas Cartas Portuguesas*, as autoras conceptualizam o ponto de enunciação da mulher precisamente nos mesmos termos descritos por Rich: “as a tiny fleck on an ever-widening landscape, or as the centre of it all from which the circles expanded into the infinite unknown” (Rich, 1986b: 212). O objetivo das Três Marias parece ser o de articular a experiência de uma mulher portuguesa a partir da sua posição geográfica mais próxima, escrevendo explicitamente a partir dessa posição para um contexto inter-continental. Deste modo, o texto considera a importância das *cartas*

³⁰ Todos estes nomes de personagens na obra são uma variação dos nomes de Mariana Alcoforado e Antoine de Chamilly, os protagonistas de *Cartas Portuguesas*.

³¹ Como salientam Amaral e Freitas, a tradução em português de *Cartas Portuguesas* foi comprada por Maria Velho da Costa num alfarrabista no Porto, numa das suas deslocações àquela cidade (cf. Amaral/Freitas, 2014b: 42).

enquanto indicadores de uma posição, abrindo a possibilidade de *se cartografar* a experiência das mulheres em Portugal ao longo de vários séculos. Como lembra Ana Luísa Amaral, em “Literatura e Mundo em *Novas Cartas Portuguesas*: O Azulejo dos Tempos” (2013), o livro constitui “uma cartografia a vários tempos”, chamando a atenção para gerações e genealogias, estabelecendo uma linha de descendência desde Mariana Alcoforado no século XVII (Amaral, 2013: 8). Já Hilary Owen, em “New Cartographies of the Body in *Novas Cartas Portuguesas*: The (Counter) Narrative of the Nation and the Sign of the Voyage Back” (1999), utiliza a metáfora da cartografia para analisar as narrativas e contra-narrativas da nação portuguesa presentes nas *Novas Cartas*.

No caso do presente estudo, a cartografia entender-se-á pelo mapeamento de diversas realidades femininas em Portugal que ocorre na obra. Esta cartografia das vozes femininas na obra terá forçosamente de começar pela análise da localização particular da freira Mariana Alcoforado, na cidade provincial de Beja (Alentejo), que funciona como matriz para as outras personagens femininas do livro. No livro das Três Marias, Alcoforado não só é recuperada, de certa forma, como figura nacional,³² como também é “regionalizada”, ao ser associada de forma explícita ao território regional do Alentejo. Por um lado, este espaço do Alentejo exerce um papel simbólico no livro, uma vez que remete para Beja, a cidade geograficamente marginal a partir da qual Alcoforado terá escrito *Cartas Portuguesas*. Precisamente, a morada exata do Convento da Nossa Senhora da Conceição em Beja torna-se uma das principais localizações metafóricas ao longo do livro, denotando a clausura e a opressão. Se “a clausura atravessa todo o livro”, como nota Pintasilgo (2010b: xxviii), uma das principais formas através das quais esta repressão se manifesta é a do espaço conventual em Beja, a pedra fria que confina a freira: “meus passos sei talhados todos ou por talhar moldados nestas lajes. Pedra de gerar pedra me tornei, e quando nas paredes corro os dedos, a língua, é áspero o arrepio de vácuo a que tomo gosto e tacto” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 71).

Por outro lado, a região árida e quente do Sul de Portugal em que o Convento se situa exerce um papel metafórico importante na obra, já que “as autoras transpõem a imagem geográfica desta região para o estado de espírito de Mariana” (*idem*: n135, 355). Isto acontece primeiramente no que se refere à frustração e raiva sentida pela freira enclausurada ao ver a

³² Para mais informações sobre a construção da figura de Mariana Alcoforado como um mito nacional em Portugal, consulte Anna M. Klobucka, *Mariana Alcoforado: Formação de um Mito Cultural* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006), e “‘Considerai, irmãs minhas’: as negociações de parentesco e comunidade entre as *Lettres Portugaises* e as *Novas Cartas Portuguesas*” (2012), p. 43.

paisagem árida do Alentejo fora da sua célula: “que resta de mim, enclausurada, sequiosa de espaço, de sol (bem sabes quanto amo o sol...), sequiosa de correr por esses campos áridos, secos, crestados, que da minha cela vejo” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 144). Simultaneamente, o comportamento furioso, transgressor e revolucionário de Mariana Alcoforado é refletido várias vezes na linguagem utilizada para retratar a paisagem alentejana: “este alentejo aceso” (*idem*: 50); “teu Alentejo incendiado, árido” (*idem*: 112). Como observaremos em mais detalhe no Capítulo III, a geografia rural do Alentejo é também associada ao erotismo feminino e ao prazer sexual sentido por esta personagem, contra os desejos de uma sociedade conservadora que a mantém *enclausurada*.

Paralelamente, o fato de o espaço de Mariana Alcoforado ser o de uma cidade provincial de Portugal é utilizada em *Novas Cartas Portuguesas* para intensificar a marginalidade desta personagem. Por exemplo, observa-se, na “Carta do cavaleiro de Chamilly a D. Mariana Alcoforado, freira em Beja”, a forma condescendente como os membros do exército francês, amigos do Cavaleiro de Chamilly, se referem à freira: “‘*C’est la petite soeur de Beja*’, dizia-me então o senhor de Magny com ironia” (*idem*: 85, *itálicos meus*), sendo a frase retomada por uma das descendentes da freira na “Carta de Mariana, sobrinha de Mariana Alcoforado, deixada entre as folhas do seu diário, para publicação após a sua morte, à guisa de resposta a M. Antoine de Chamilly” (*idem*: 121). De fato, o livro opõe a sofisticação francesa do cavaleiro, que encanta Mariana em Portugal – “de França trouxestes a luz, a suavidade, o espírito, a galanteria” (*idem*: 151) –, e a ingenuidade da freira, que vive (e morre) num país periférico e sem grandeza (“le Marquis de Chamilly s’emmerde avec grandeur, et moi, je me meurs, sans cachette ni grandeur” [*idem*: 121])). Por conseguinte, os espaços culturais da França e do Alentejo em Portugal são justapostos para intensificar a marginalidade de Mariana Alcoforado, ou seja, tornando-a *marginal* enquanto mulher e também enquanto ocupante de um espaço de *periferia* geográfica na Europa.³³

No mesmo espaço do Alentejo, mas em tempos históricos diferentes, surgem personagens femininas contemporâneas, tais como Maria Adélia em “Redacção de uma rapariga de nome Maria Adélia nascida no Carvalhal e educada num asilo religioso em Beja”, e Mariana A. em “Relatório Médico-Psiquiátrico sobre o estado mental de Mariana A”. Nestes textos, o ambiente local de Beja assume uma importância central na vida de Mariana e

³³ A este respeito, convirá notar que no século XVII, Portugal lutava pela sua própria independência enquanto nação na Guerra de Restauração (1640-1668), sendo por esta razão que o Conde de Chamilly estava em França (Barreno/Horta/Costa, 2010: n61, 327; n117, 346).

de Maria Adélia, surgindo como um espaço conservador (mais do que a capital) com forte influência moralista por parte da Igreja Católica. Começamos pelo “Relatório Médico-Psiquiátrico (...)”, que, apesar de omitir intencionalmente marcadores espaciais e temporais particularizantes (“Hospital de (...), 30 de Dezembro de (...)” [*idem*: 149]), localiza as experiências da paciente Mariana A. precisamente em Beja (*idem*: 147). Mariana A. vive em Lisboa há 5 anos mas nasceu em Beja, onde teve uma educação rigorosamente católica: “tendo desde criança uma cuidada e rígida educação católica, fez seus estudos em colégios de freiras, cumprindo sempre com a rígida moral lá estabelecida” (*ibidem*). Com esta informação biográfica sobre a vida da paciente, é fácil estabelecer uma relação de causalidade entre as experiências de Mariana A. em Beja e a sua doença mental (cf. Simosas, 2007: 84), hipótese que é fortemente sugerida pela própria narração do texto: “estes dados tal como os que se seguem são importantes, na medida em que podem vir a esclarecer o estado mental da doente” (*ibidem*). Aqui, é curioso notar como se cruza o discurso científico e médico-psiquiátrico – que na época tendia a patologizar o comportamento considerado como desviante – com as tensões decorrentes da deslocalização da personagem entre espaços. O fato de Mariana A. ter fugido da província para Lisboa e de ter sofrido problemas de adaptação social à capital – “ela não chegou a fazer amigas em Lisboa” (*idem*: 148) – serve para acentuar o papel importante que a sociedade tradicionalista do Alentejo ocupa neste livro.

Todavia, verifica-se que a obra destaca não apenas o espaço alentejano, mas também uma série de outras localizações rurais (algumas das quais não identificadas), como ambientes que intensificam a marginalização e a “clausura” da mulher portuguesa. O texto “A luta”, escrito a partir da perspectiva de um marido residente num espaço rural (não nomeado), retrata as tentativas vãs da sua esposa Maria de escapar àquele ambiente. O narrador, António, utiliza a palavra “latifúndio” para descrever o território rural do qual Maria pretende fugir: “imagina que avança novamente, que corre, que foge, que consegue por fim o seu lugar no mundo. Mas que lugar lhe cabe neste latifúndio?” (*idem*: 234). Para além disso, a permanência da esposa naquele espaço, e a insistência do marido em trazê-la de volta, é designada como a causa principal da sua instabilidade mental, hospitalização e consequente morte:

Maria está encolhida a um canto, imóvel, os olhos fixos num ponto vago à sua frente. O calor do seu sangue arrefece e deixa sem misericórdia de aquecer o que nela resta ainda vivo (...). [Maria] morreu horas depois de a ter trazido cá para casa a ocupar o lugar que lhe era devido. (*idem*: 235)

Assim, o espaço doméstico na sociedade rural – seja do Alentejo ou de outras regiões de Portugal – funciona como um fator adicional de opressão ou discriminação das mulheres portuguesas para além do seu sexo. No entanto, em outros textos o efeito deste fator só se torna evidente quando os ambientes rurais e urbanos são justapostos, para ilustrar as diferenças de valores e condições materiais nos dois contextos. O exemplo mais patente desta divisão geográfica aparece na “Carta de uma mulher de nome Maria para sua filha Maria Ana a servir em Lisboa”, que consiste na carta de uma mãe residente numa terra rural, para a sua filha, que fugiu daquele sítio para trabalhar na capital, em Lisboa. Através da voz de Maria, tomamos consciência da realidade dura e degradante para as mulheres neste espaço campestre, atingindo tanto Maria Ana como a sua mãe:

E eu não lhe disse (também tenho orgulhos) que se me partir [*sic*] o coração de te ouvir chorar toda a noite e de manhã ver-te curvada a caminho do campo sem olhares as coisas nem as pessoas, tal como eu, mas tu tão novinha, com a vida toda à tua frente. Para morte já chegava a minha nesta casa de desgraça. (*idem*: 245)

Desta forma, o texto constitui uma crítica à idealização do ruralismo “como defesa da Nação” (Neves, 2001: 52) promovida pela ditadura da época, ao retratar a realidade miserável e dura para a mulher nesse tipo de ambientes. Ao mesmo tempo, a carta reflete os preconceitos da sociedade rural (e também o discurso do Estado Novo) contra os valores sociais que os centros urbanos aparentemente representavam. Especificamente, os comentários do padre José, personagem que funciona como um representante local do Salazarismo, critica a cidade de Lisboa pela sua suposta imoralidade: “ainda ontem o disse o senhor padre José que muito me ralhou por te ter largado ao desamparo nessa terra que ele prega ser terra do diabo e das tentações” (*ibidem*). Assim, o prior reflete essa mesma preocupação das autoridades salazaristas da época: não só que o êxodo rural para as cidades esvaziasse as zonas rurais do país, mas também que as mulheres do campo ficassem contaminadas pelas teorias e ideologias mais progressistas que apareciam em Lisboa (cf. Neves, 2001). Por esta razão, o retorno de Maria Ana ao campo é defendido como uma questão de honra pela sua mãe (“estás

sempre a tempo de voltares ao que eras” [*idem*: 246]), e por vários membros da mesma família:

A culpada é vocemecê que a empurrou a sair daqui, pois o meu irmão por vontade dele ainda a rapariga andava no amanho das terras que são vossas e se não tinha luxos, tinha honra. Uma mulher sem honra põe nódoa na família em que nasceu e a gente nem anda de cabeça levantada como dantes. (Barreno/Horta/Costa, 2010: 244-245)

Nesta perspetiva, as autoras constroem uma sátira da sociedade portuguesa rural e do discurso ideológico salazarista que apresentava uma imagem idealizada das zonas campestres do país, em contraste com os outros textos tais como “Carta de uma universitária de Lisboa (...)” que retrata a realidade aparentemente mais liberal experienciada por uma jovem mulher na capital.

Todavia, a divisão que se abre no livro entre as realidades do campo e da cidade não é tão simples quanto parece à primeira vista. Consideremos, por exemplo, o texto “Carta de uma mulher chamada Mariana, nascida em Beja, para uma mulher de nome Maria, ama de sua filha Ana”. Nessa carta, a narradora escreve a partir de um *centro* urbano para a *margem* rural onde nasceu. Podemos verificar que a atitude desta Mariana relativamente à cidade onde vive e trabalha é decididamente negativa, dadas as diferenças em termos de costumes: “Isto aqui pelas cidades não é o mesmo que por aí nas nossas terras onde todos se conhecem a consideração é outra e ainda se dá a saudação que como o senhor prior diz todos somos filhos de Deus mas aqui não parece” (*idem*: 115). O cenário retratado nesta carta é também muito ilustrativo de situações de penúria no Portugal dos anos sessenta e setenta, que levava muitas mulheres rurais a emigrarem para os centros urbanos para poderem sustentar as suas famílias (cf. Neves, 2001: 52). Por isso, nesta carta, Mariana elogia a qualidade de vida a que a filha tem acesso no campo, quando comparada com as condições deploráveis em Lisboa:

Senhora Maria mando-lhe ajuntado a estas linhas o dinheiro que havíamos ajustado todos os meses para a criação da minha Ana de quem tantas saudades sinto mas estou mais descansada com ela aí em bons ares e posta de outra maneira em sítios limpos e bons pois com a desgraçada vida que levo mais pecado havia em tê-la comigo do que a deixar à senhora Maria. (*ibidem*)

Explorando-se assim as noções geográficas de *centro* e *margem* em Portugal, a marginalidade desta personagem é acentuada precisamente por residir na cidade capital do país.

Em todo o caso, este texto permite-nos concluir que a localização geográfica não condiciona a realidade das mulheres *por si só*. O texto congrega elementos para uma análise interseccional, em que o sexo, a classe económica e as condições locais devem ter levadas em consideração. Esta estratégia está também presente no texto que referimos há pouco, “Redacção de uma rapariga de nome Maria Adélia nascida no Carvalhal e educada num asilo religioso em Beja”. Aí, Maria Adélia descreve duas experiências da vida rural: na aldeia do Carvalhal, onde ela nasceu, e em Beja, onde a menina vive no momento de escrever a carta. Observa-se que Maria Adélia recorda a sua infância no Carvalhal em termos positivos, por ser mais fácil sobreviver naquele sítio (“na terra da minha mãe sempre havia o meu avô que ajudava e lá a terra bota mais coisas das suas entranhas para matar a fome” [*idem*: 226]), enquanto a sua vida em Beja se destaca pela sua pobreza: “desterrou-se a gente para estas terras porque ele é mesmo apalermado (...) e aqui só se comermos as pedras que o chão dá e eu estou neste asilo” (*ibidem*). Assim sendo, a experiência diária de Maria Adélia no Alentejo é determinada não apenas pelo fato de viver no campo ou num centro urbano, mas pelas realidades económicas que governavam cada região no Portugal dos anos setenta. A geografia entrelaça-se com as questões paralelas da classe e do sexo numa *intersecção* de várias opressões, salientando a necessidade de pensar em outras *localizações*, num sentido mais lato.

2.2. Outras “localizações”

Em várias partes da obra, o nível económico é apontado como um dos principais fatores de desigualdade entre as mulheres portuguesas. Ana Luísa Amaral havia já notado que as *Novas Cartas* ilustram a “estratificação social” da população feminina em Portugal consoante a classe, nomeadamente através de textos como “Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa” (Amaral, 2001: 86). Este monólogo, de uma empregada doméstica de classe operária com a sua patroa de classe média-alta, exemplifica a diferença hierárquica entre posições económicas de subordinação e poder. Veja-se a subserviência de Maria perante a sua empregadora (“agora com a sua licença vou-me ao trabalho minha senhora, desculpe-me a ralação que lhe preguei. Logo isto me havia de dar aqui na casa da senhora!” [Barreno/Horta /Costa, 2010: 164]), que remete para a desigualdade e hierarquização social

entre mulheres na sociedade portuguesa do Estado Novo.³⁴ Além disso, Maria alude às várias dificuldades económicas que caracterizam a classe social à qual pertence: a obrigação de trabalhar sem pausas para sustentar a sua família (“eu tive de continuar a andar a dias, pois graças a Deus não me falta onde trabalhar”), a fraca saúde dos seus filhos (“o pior é o menino que não o aceitam na creche por estar sempre doente”), e a incapacidade de alimentar a família adequadamente (“às vezes nem tenho uma bucha para enganar a barriga” [*idem*: 164]). Desta forma, as autoras chamam a atenção para a múltipla opressão das mulheres em situações de pobreza, através do mecanismo narrativo de um diálogo entre uma mulher pobre e uma mulher de classe média, que funciona como um processo de sensibilização – ou “*consciousness-raising*” – para realidades económicas diferenciadas. Ao assumirem, em vários casos, a voz de sujeitos femininos economicamente desfavorecidos, as autoras antecipam o já referido *discurso da margem* de bell hooks: “The women who are most victimized by sexist oppression; women who are daily beaten down, mentally, physically and spiritually – women who are powerless to change their condition in life. They are a silent majority” (hooks, 2000: 1).

Do mesmo modo, as Três Marias “dão voz” à maioria silenciosa de mulheres em Portugal, ao invés de utilizar exclusivamente uma perspectiva do *centro*. Na verdade, são vários os textos em *Novas Cartas Portuguesas* que ilustram a carência de mulheres em Portugal e as numerosas situações de desigualdade económica. Voltando ao texto “Redacção de uma rapariga de nome Maria Adélia nascida no Carvalhal e educada num asilo religioso em Beja”, encontramos uma crítica extremamente incisiva às incidências de pobreza familiar em Portugal, articulada do ponto de vista da criança Maria Adélia. Através da sua redacção, esta rapariga relata vários casos de penúria diária dentro do seu âmbito familiar:

Não cases com um pelintra como o teu pai, que o ordenado que ele ganha não dá para as faltas: (...) aqui só se comermos as pedras que o chão dá (...). A minha mãe tirou-me o dinheiro enquanto gritava não sejas gastadeira rapariga, que isso sempre dá para trazer um pouco de arroz e batatas (...). (*idem*: 226)

³⁴ Ao pedir desculpa à sua “senhora” pelos incómodos causados, esta empregada doméstica recorda a célebre frase “Oh, minha Senhora!” na cena final de *Os Verdes Anos* (1963), quando a protagonista é assassinada pelo seu ex-namorado em frente da sua patroa. Este filme realizado por Paulo Rocha é considerado um clássico do Cinema Novo em Portugal, e aparece também referido na “Terceira Carta II” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 27).

Paralelamente, o texto retrata as relações de poder associadas à dependência económica no interior da célula familiar, que resulta na agressão do pai contra a mãe em casa. Trata-se de explorar os ciclos de dominação e violência em Portugal, ocasionados por sistemas de hierarquia. Como se pode ler mais adiante:

Que uma das tarefas dos patrões é a de castigar os empregados, e a tarefa dos empregados é de trabalhar para os patrões a fim de estes ficarem mais ricos e mais patrões. (...) Quando o meu pai vem bêbado e bate na minha mãe, grita: aqui eu é que sou o patrão. (*idem*: 228)

Por outro lado, esta redacção também alude à desigualdade económica entre mulheres portuguesas e à forte hierarquização social. Maria Adélia reconhece a sua própria desvantagem económica face a famílias mais economicamente favorecidas, tais como a da “fidalga”, uma senhora de classe alta da mesma localidade, para quem a sua mãe é obrigada a trabalhar, dada a pobreza da sua própria família (“o que nos vale é ela ir a dias a casa da fidalga” [*idem*: 226]). A posição de submissão desta família pobre perante a mulher de classe alta patenteia-se no comportamento de Maria Adélia (“beije a mão da fidalga assim de repente, só para sentir na boca os anéis e ela julgou que fosse por mor dela e disse coitadinha e deu-me cinco escudos [*ibidem*]). Este comportamento é inculcado na rapariga pela sua mãe desde tenra idade (“fiquei calada a olhar para o chão como a minha mãe me ensinou” [*ibidem*]), reproduzindo os códigos de submissão impostos às mulheres. Portanto, através da voz desta rapariga, denunciam-se múltiplas fontes de opressão – o patriarcado e a estratificação económica – que limitam as possibilidades de mobilidade social: “quando for grande nunca hei-de ser uma desgraçada tal a minha mãe, sempre a limpar as porcarias que o meu pai e a fidalga fazem” (*idem*: 227). Porém, através dos comentários de agentes locais da ideologia salazarista, esta estrutura hierárquica é naturalizada à volta de Maria Adélia (“o mundo sempre foi assim, prega o Senhor Prior, uns com tudo outros sem nada, é essa a vontade de Deus” (*ibidem*), aparentemente levando a menina a aceitar a sua posição social como uma realidade inescapável: “há as tarefas dos pobres e as tarefas dos ricos” (*ibidem*). Para além de ser um retrato da pobreza que assolava parte da sociedade portuguesa da época, o livro salienta ainda a forma como aquela situação de pobreza contribui para uma estrutura de desigualdade entre as mulheres em Portugal.

Em contrapartida, este texto também nos permite começar a analisar um outro fator de diferenciação entre os sujeitos femininos: para além da classe económica propriamente dita,

assinalam-se as duas distintas situações de emprego da mãe de Maria Adélia e da fidalga. A voz da rapariga distingue entre a mãe, que trabalha por necessidade, e a patroa dela, que não exerce nenhuma atividade profissional:

Como a vida está muito cara e ninguém pode com ela, diz a minha mãe que a mulher tem de trabalhar para ajudar o marido, mas eu cá não gostava nada de ter de ajudar o meu marido e só hei-de casar com um homem rico que possa dar vestidos e automóvel, ir ao cinema, ter duas criadas. (*idem*: 226)

À primeira vista, a admiração que a rapariga expressa para com a fidalga parece retratar a vida de lazer em termos positivos (“pensei que fidalga deveria ser uma tarefa para as mulheres: então eu queria ser fidalga” [*ibidem*]). Todavia, o que este comentário ilustra na realidade é a grande lacuna que existia no Estado Novo entre aquelas mulheres da classe operária, exploradas pelas classes sociais mais altas e pelo sistema capitalista, e numerosas mulheres de classe alta ou aristocrática que não se enquadravam no mercado de trabalho, antes utilizando outras mulheres como mão-de-obra.

Em outros momentos, as *Novas Cartas* remetem também para o *desemprego* das mulheres de classe média em Portugal, em tais textos como “Extractos do diário de Ana Maria descendente directa da sobrinha de D. Maria Ana, e nascida em 1940”. Neste caso, retrata-se o tédio consumista (e a objectificação do corpo feminino) associados às donas-de-casa da classe média, não inseridas no mercado laboral e confinadas ao trabalho doméstico: “a mulher compra máquinas de lavar e pode ir ao concurso de beleza mostrar o rabo e as pernas” [*idem*: 204]). Este passo faz-nos pensar nas esposas burguesas dos Estados Unidos identificadas por Betty Friedan em *The Feminine Mystique* (1963) como “suburban housewives”, que supostamente eram invejadas por todo o mundo, mas que desejavam *algo mais* para mudar as suas vidas monótonas: “(...) afraid to ask even of herself the silent question – ‘is this all?’” (Friedan, 1963: 16-18).³⁵

Um outro aspeto abordado em *Novas Cartas Portuguesas* é a exploração de mulheres pobres em postos de trabalho no setor industrial. Como se pode ler na Edição Anotada das *Novas Cartas*:

³⁵ Para mais informação sobre a imagem da esposa presa no lar familiar, aborrecida e impedida de trabalhar fora de casa, ver Betty Friedan, *The Feminine Mystique* (New York: W.W. Norton & Company, 1963).

Ao longo da década de sessenta, cresce o recrutamento de mulheres para a indústria, tanto nos sectores tradicionais (têxteis, vestuário, calçado, etc.), como nos novos sectores da electrónica. Sem grande escolaridade ou qualificação, as mulheres constituem mão-de-obra barata e, portanto, rentável para as empresas multi-nacionais que se instalam em Portugal. (Barreno/Horta/Costa, 2010: n215, 388)³⁶

Esta questão é abordada em “Extractos do Diário de Ana Maria”, em que se faz referência à prática industrial de utilizar mulheres como força de trabalho fácil e barata, muito comum no Portugal dos anos sessenta e setenta:

Monta-se uma indústria de electrónica. Recrutam-se mulheres, com os dedos afinados por trabalhos miúdos de costura, renda, e outras artes domésticas ou regionais, com os dedos óptimos para o trabalho miúdo da montagem na electrónica. Paga-se-lhes uma miséria, pois com certeza, são mão-de-obra inqualificada (...). A indústria abre-se ao trabalho feminino; é bonito, é progressivo. A trabalho igual, salário igual; mas o trabalho não é igual. (*idem*: 202-203)

Ao ilustrar a feminização da pobreza que ocorria em Portugal durante a ditadura, o texto refere duas instâncias de desigualdade laboral na sociedade portuguesa da época: por um lado, entre trabalhadores e trabalhadoras, e por outro, entre as próprias mulheres. Verifica-se que a utilização de mulheres na indústria portuguesa só era uma realidade para as classes sociais mais desfavorecidas. Por outro lado, as autoras chamam a atenção para o fato de o acesso feminino ao emprego só ser possível nos escalões inferiores do mercado laboral, apesar da percepção de que o mercado de trabalho estava cada vez mais aberto à entrada das mulheres. Lê-se ainda no mesmo texto que:

Quando se lê ou se ouve: «a mulher hoje em dia já trabalha nos mais variados sectores de actividade, ao lado do homem...», traduzindo para a situação real, isto quer dizer: a mulher hoje em dia vai sendo utilizada nos sectores de actividade, nas profissões, nas funções que os homens já rejeitam por más condições de trabalho e de remuneração. (*idem*: 204)

Desta forma, as Três Marias exemplificam as duas experiências díspares para as mulheres no mercado laboral português da época: ou eram utilizadas como mão-de-obra barata, ou

³⁶ Para mais informação estatística sobre os níveis históricos de emprego feminino na indústria portuguesa, consulte-se Lina Coelho, “Mulheres e Desigualdades em Portugal: Conquistas, Obstáculos, Contradições e Ameaças” (2013).

simplesmente não tinham a opção de trabalhar. Citando diretamente um concurso da Função Pública que estava aberto apenas “entre *indivíduos do sexo masculino*” (*idem*: 201),³⁷ as autoras ilustram a forma como os postos de emprego altamente qualificados, bem remunerados e de alta responsabilidade pública estavam efetivamente fechados para as mulheres. Deste modo, o livro destaca a relativa marginalidade das mulheres do *centro* (por não poderem aceder a determinados escalões do mercado laboral) comparada com as múltiplas marginalidades que confluíam sobre as mulheres operárias.

Outros textos do livro exploram a *possibilidade* de as mulheres acederem a postos de trabalho altamente qualificados. Voltemos, por exemplo, a “Redacção de uma rapariga de nome Maria Adélia (...)”. Depois de distinguir os papéis do homem e da mulher, Maria Adélia refere-se a mulheres que são “médicas, engenheiras, advogadas, etc” (*idem*: 225). É verdade que existiam mulheres engenheiras de destaque no país, tais como Maria de Lourdes Pintasilgo, assim como investigadoras (incluindo Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa) e deputadas femininas à Assembleia Nacional (todas pertencentes ao partido único do regime, a União Nacional).³⁸ No entanto, aquilo que esta redacção demonstra acima de tudo é a inviabilidade desta menina da classe operária poder atingir tal posição na sociedade, devido à forma como é educada (na escola e também na sua família) para não ambicionar aceder a profissões superiores. Especificamente, a ideologia patriarcal, articulada pela voz do pai, serve para diminuir a ambição profissional de Maria Adélia relativamente a postos de trabalho qualificados: “Há também mulheres médicas, engenheiras, advogadas, etc., mas o meu pai diz que é melhor a gente não se fiar nelas que as mulheres foram feitas para a vida da casa” (*ibidem*). Observa-se que Maria Adélia terá sido educada antes para ser dona de casa e mãe, ou até para esquecer completamente certos setores da economia, o que a leva a aceitar um leque limitado de oportunidades profissionais: “Há as tarefas das mulheres, que acima de todas está a de ter filhos, guardá-los e tratá-los nas doenças, dar-lhes a educação em casa e o carinho; é também tarefa da mulher ser professora e mais coisas, tal como costureira, cabeleireira, criada, enfermeira” (*ibidem*). Assim, as autoras referem-se não só ao acesso feminino ao trabalho em termos jurídicos ou económicos, mas também à forma como as próprias mulheres portuguesas interiorizavam os preconceitos sexistas acerca do papel da

³⁷ Como é explicado na Edição Anotada das *Novas Cartas*, um anúncio precisamente com estas palavras havia sido publicado pelo jornal *Diário de Notícias* no dia 13 de Abril de 1971, relativamente a um concurso público aberto no Ministério das Finanças (n213, 387).

³⁸ Houve, no total, 22 deputadas femininas à Assembleia Nacional ao longo dos anos do Estado Novo (entre 1935 e 1974).

mulher no mercado do trabalho, impedindo o seu acesso *de facto* a empregos de alta qualificação e de influência através da forma como eram educadas.

Deste modo, a redacção de Maria Adélia leva-nos a considerar, em último lugar, a questão da educação (e qualificação) das mulheres portuguesas durante o Estado Novo. Como já foi referido no Capítulo I, o salazarismo não só restringiu o grau de ensino que uma cidadã portuguesa poderia atingir relativamente ao de um cidadão, mas também diferenciou o sistema educativo para formar grupos diferentes de raparigas, em conformidade com a sua classe ou circunstâncias sociais específicas. Esta política do governo português da época está presente no livro das Três Marias através de uma série de contrastes feitos entre personagens femininas com níveis de educação claramente distintos. Vejamos, por exemplo, o texto “Carta de uma mulher de nome Maria para sua filha Maria Ana a servir em Lisboa”, em que Maria Ana perde a oportunidade de receber uma educação formal devido às atitudes sexistas do seu pai: “Tu a quem sempre dei bons exemplos, te levei à igreja e se não foste à escola foi por teima do teu pai que é de opinião dele as raparigas não terem precisão de saber ler – e é teu pai quem manda – pois o destino das mulheres é este, minha filha” (*idem*: 245). Aqui, Maria refere a educação “moral” dada à filha – os “bons exemplos” e a doutrina da Igreja Católica – e a sua tentativa de “educá-la” no sentido da submissão da mulher ao homem. Não obstante, Maria Ana encontra-se em clara desvantagem relativamente a outras raparigas por não ter sido escolarizada, embora a sua mãe lhe tenha ensinado apenas alguns aspetos elementares “às escondidas” do pai” (*ibidem*). A falta de escolarização desta rapariga, no contexto de uma sociedade rural, é extremamente representativo dos níveis de analfabetismo feminino durante o regime salazarista, como se poder ler na Edição Anotada de *Novas Cartas Portuguesas*:

A elevada taxa de analfabetismo verificada no período do Estado Novo, sobretudo junto das populações rurais, atingia valores mais altos no caso das mulheres (...) *Nas zonas rurais*, as mulheres ou trabalhavam para contribuir para o rendimento familiar, ou ocupavam-se exclusivamente das tarefas domésticas. (Barreno/Horta/Costa, 2010: n237, 399, *itálicos meus*)

Nesta perspetiva, no já citado “Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa”, há uma sugestão implícita de a empregada ser analfabeta. Sendo este texto elaborado em forma de *monólogo*, enunciado *oralmente* – ao contrário da maioria dos outros textos que são cartas *escritas* – averigua-se que esta Maria (da classe operária) não sabe ler nem escrever.

Assim, tanto o retrato das personagens no livro como a própria forma ou registo linguístico dos textos apontam para a falta de escolarização feminina em Portugal. Esta questão do analfabetismo aparece de forma mais explícita em “Carta de uma mulher de nome Maria Ana, da aldeia de Carvalhal (...)”, carta que é escrita não por Maria Ana, mas por uma outra mulher, a quem Maria Ana dita: “esta [carta] é por mão da Luísa que lhe quero como se irmã” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 105). O objetivo das Três Marias, então, parece ser o de *dar voz* àquelas mulheres portuguesas incapazes de articular a sua própria realidade. As palavras de Rich parecem aqui apropriadas, como notou já Ana Luísa Amaral: “I write in full knowledge that the majority of the world’s illiterates are women” (Rich, 1986a: 186).³⁹

Para além desta questão do analfabetismo, encontramos uma comparação interessante entre dois níveis de educação feminina, através de duas “redacções” de raparigas em instituições religiosas de Beja e Lisboa. Salienta-se que estes dois textos (“Redacção de uma rapariga de nome Maria Adélia nascida no Carvalhal e educada num asilo religioso em Beja” e “Redacção de uma menina de Lisboa, de nome Mariana, aluna da quarta classe de um estabelecimento de ensino dirigido por religiosas”) surgem sequencialmente, permitindo-nos contrapor as duas realidades de meninas em instituições de ensino. Além disso, apesar de ambas as meninas serem educadas em conventos católicos,⁴⁰ os títulos apontam para duas experiências educativas bastante diferenciadas: enquanto Maria Adélia é educada num “asilo religioso” (*idem*: 225), Mariana frequenta um “estabelecimento de ensino dirigido por religiosas” (*idem*: 229). Desta forma, os textos sugerem logo uma distinção entre a natureza destas instituições – um orfanato e um colégio privado –, permitindo-nos reflectir sobre as circunstâncias sociais das alunas e o nível de exigência curricular desses estabelecimentos. Por exemplo, o conteúdo das duas redações revela duas abordagens educativas diferentes (sobretudo em termos de grau de dificuldade da tarefa escolar e, portanto, das expectativas ou metas a atingir), uma vez que Maria Adélia recebe instruções para escrever sobre “tarefas”, enquanto o objetivo de Mariana é escrever sobre “palavras”.

Na redacção de Maria Adélia, podemos apontar para o próprio estilo do texto, que procura reproduzir uma escrita simples, pouco sofisticada, própria de uma criança (“eu queria

³⁹ Esta citação de Rich encontra-se no ensaio “Blood, Bread and Poetry: The Location of the Poet” (1983), que é referido por Amaral em “Desconstruindo Identidades: Ler *Novas Cartas Portuguesas* à Luz da Teoria Queer” (2001).

⁴⁰ A localização geográfica destas duas instituições também tem uma importância simbólica: *Cartas Portuguesas* terá sido escrito em Beja e *Novas Cartas Portuguesas* foi escrito e publicado em Lisboa, assim representando a posição de *margem* da freira setecentista e a posição de *centro* das Três Marias em termos geográficos.

ir à tenda comprar rebuçados a minha mãe tirou-me o dinheiro enquanto gritava não sejas gastadeira rapariga.” [*idem*: 226]), e também no que diz respeito ao comportamento ‘correto’ do sexo feminino: “diz o Senhor Prior que uma das tarefas da mulher é ser virtuosa” (*idem*: 228). No entanto, estes valores sociais são questionados pelas autoras através da incompreensão da menina destes mesmos códigos de comportamento (“eu embora também não perceba o que seja ser virtuosa, imagino que não deve dar nenhum arranjo”), e da irónica frase final do texto (“gosto muito das tarefas” [*ibidem*]), ilustrando uma sociedade ultra-conservadora e dogmática que repete estruturas patriarcais e moralistas sem refletir sobre elas.

Em contrapartida, ao analisarmos o texto da menina Maria, podemos observar uma experiência de ensino decididamente diferente. Esta aluna ocupa evidentemente uma posição de *centro* em termos geográficos, uma vez que parece reproduzir uma certa desconsideração das cidades provinciais no seu país, sublinhando o seu “provincianismo”: “Portugal é uma palavra bonita, a palavra Trancos não é” (*ibidem*). Com o seu título “AS PALAVRAS”, podemos encontrar nesta redacção uma análise bastante perspicaz da língua portuguesa, e do poder da linguagem a nível geral. Em vez de reproduzir o discurso salazarista, o texto questiona frequentemente os vários significados de palavras no português corrente: “Há palavras boas e palavras más, palavras bonitas e palavras feias. (...) Há palavras que não dão com as coisas para que servem (...). As palavras também servem para dizer e consolar ou sofrer” (*idem*: 229). Na verdade, esta voz infantil, com a sua ingenuidade, põe a nu a ideologia contida nas palavras, e a maneira como a ambiguidade linguística pode influenciar a experiência diária das mulheres em Portugal.⁴¹ O questionamento do poder político da linguagem é exemplificada na ironia contida nas seguintes comparações: “Boa, por exemplo, é uma palavra boa, parece macia, mas se a pessoa nos diz ‘a menina não é boa’ (...) isso pode afligir muito. Há palavras que postas assim saem ao contrário – por exemplo, fresca. Se for fruta é bom, se for para pessoas não” (*ibidem*).

Neste sentido, o texto desta Mariana em Lisboa reflete uma consciência das estruturas de opressão criadas pela própria língua portuguesa. Para além disso, a redacção remete para o resultado negativo da escolaridade para as meninas em Portugal, ao utilizar a palavra

⁴¹ Esta tendência de questionar o poder da linguagem é, aliás, muito típica das teorias de *desconstrução* desenvolvidas nos anos sessenta e setenta, por Jacques Derrida, de forma geral, e por Hélène Cixous, no contexto específico da teoria feminista francesa. Ver, por exemplo, Cixous, “The Laugh of the Medusa” (1976), que reflete sobre “the language of men and their grammar” (Cixous, 1976: 887).

“desinteligente”: “e agora vou inventar a palavra desinteligente que é o que eu acho que sou por causa da confusão que me fazem as palavras e de estar sempre calada” (*idem*: 230). Aqui, as autoras referem-se ao processo de “desaprendizagem” que resultava do sistema educativo salazarista, no sentido de promover a submissão, o silêncio e as baixas expectativas académicas para o sexo feminino. Deste modo, embora as *Novas Cartas* distingam claramente entre duas experiências específicas de educação feminina no país (num asilo e num colégio privado), ambas as redações exemplificam como o sistema de educação do Estado Novo promove a “desinteligência” nas meninas.

Por outro lado, a este leque extenso de personagens femininas analfabetas, iletradas ou educadas de forma deficitária opõe-se o texto “Carta de uma universitária de Lisboa (...)”, o único exemplo explícito em *Novas Cartas Portuguesas* de uma mulher inscrita no ensino superior. Esta Mariana exemplifica, ao longo da carta, o seu acesso a várias fontes de cultura em Lisboa: menciona a sua visita ao teatro para ver uma peça de António Patrício (*idem*: 189), as suas leituras de Alexandre O’Neil (*ibidem*), e o seu conhecimento da língua e cultura francesa: “[a livraria] Joie de Lire (...). Je t’aime, como é que se pode dizer em português tal coisa” (*idem*: 190).⁴² Comparando este alto grau de educação e conhecimentos com a acima mencionada falta de educação formal de outras personagens femininas, as autoras empenham-se em refletir a desigualdade na educação feminina que existia no Portugal salazarista. No entanto, acima de tudo, é precisamente graças a este acesso à educação e aos conhecimentos culturais que Mariana consegue compreender a realidade da sua nação sob o jugo da ditadura: “*porque com estudos, a achar que também «não é para mim este país»*” (*idem*: 189, itálicos meus). A afirmação de Mariana ilumina as razões por detrás das políticas de ensino do regime, que visavam manter baixos níveis de educação a fim de evitar incidências de rebelião. Ao invés das personagens iletradas do livro, que geralmente assumem uma posição de submissão, neste texto os fatores de uma educação superior, e de uma localização geográfica favorável (na Universidade de Lisboa) convergem para lhe proporcionar os meios necessários para *resistir*.

Não obstante, como diria bell hooks, é precisamente esta tipologia da mulher do *centro*, livre de restrições extremas, que está em risco de desconhecer as opressões de outras mulheres: “The absence of extreme restrictions leads many women to ignore the areas in

⁴² Com este conhecimento do francês, Mariana assemelha-se à *persona* letrada de Mariana Alcoforado, que terá escrito as *Cartas Portuguesas* originais ao cavaleiro de Chamilly na língua francesa (cf. Barreno/Horta/Costa, 2010: n60, 326).

which they are exploited or discriminated against; it may even lead them to imagine that no women are oppressed” (hooks, 2000: 5). É esta ilusão de progresso e de liberdade feminina que as *Novas Cartas* denunciam, tal como se pode ler ironicamente na “Segunda Carta VIII”:

A mulher vota, é universitária, emprega-se; a mulher bebe, a mulher fuma, a mulher concorre a concursos de beleza, a mulher usa mini-maxi-saia, “hot-pants”, Tampax, diz “estou menstruada” à frente de homens, a mulher toma a pílula, rapa os pêlos das pernas e de debaixo dos braços, põe biquini; a mulher sai à noite sozinha, vai para a cama com o namorado. (Barreno/Horta/Costa, 2010: 221)

É por essa razão que as autoras chamam a atenção para as várias formas de manipulação da mulher e do homem na sociedade portuguesa, como se verifica em “Extractos do diário de Ana Maria (...)”: “que nesta sociedade, muitas coisas lhe são gratificantes, sem dúvida; mas que a mulher (e o homem) não tem consciência de como é manipulada e condicionada, ainda oferece menor dúvida” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). Por isso, as autoras falam nesta obra de “repressão perfeita”, isto é, do processo perfeito de interiorização das várias formas de opressão social: “a repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo duma sábia educação, por tal forma que os mecanismos de repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira daí as suas próprias satisfações” (*idem*: 198-199). É, pois, contra esta naturalização da opressão imposta pelo Estado Novo que as Três Marias lutam, ao construírem em *Novas Cartas Portuguesas*, nas palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, um “«fresco» da condição das mulheres [portuguesas]” (Pintasilgo, 2010b: xxxiv). Desta forma, a obra “reeduca” os seus leitores relativamente às diversas opressões vividas pelas mulheres em Portugal.⁴³

A este propósito, chegamos ao último ponto de localização desta análise: a situação das mulheres negras na África portuguesa, que nunca tiveram voz na metrópole. Como refere Rich em “Notes Toward a Politics of Location”, um dos principais marcadores da identidade (e um dos localizadores mais imediatamente evidentes da mulher) é a raça (“I was defined as white before I was defined as female” [Rich, 1986b: 215]), denotando assim a importância da identidade racial na forma como a mulher é situada em qualquer sociedade. Em *Novas Cartas*

⁴³ Para além dos retratos de mulheres oprimidas nas *Novas Cartas*, também se poderia destacar uma série de homens na obra que são marginalizadas de várias formas, tais como emigrantes, soldados e exilados, entre outros, uma vez que a obra lida com muitos outros problemas sociais no Portugal salazarista para além da situação das mulheres portuguesas (cf. Amaral/Freitas, 2014a: 18-19). No entanto, o presente estudo concentra-se acima de tudo na localização das *mulheres*.

Portuguesas, a questão da raça remete inevitavelmente para o Império português em África, no contexto da Guerra Colonial que ainda estava a decorrer em 1972. Este pano-de-fundo evidencia-se na “Carta de um homem chamado José Maria para António, seu amigo de infância”, texto no qual um soldado português estacionado em África escreve para a metrópole. As observações de José Maria refletem preconceitos racistas, ao mesmo tempo que demonstram a objetificação sexual das mulheres negras pelo olhar masculino:

Algumas são por sinal muito boas as gajas com as mamas direitas assim nuas e às vezes a gente fica tão doido que não se interessa do cheiro ou da cor delas...que somos todos iguais...bem sei...mas faz-me impressão e fico cá a remoer depois de me pôr nelas estes pensamentos.
(Barreno/Horta/Costa, 2010: 178)

Aqui, os comentários do soldado refletem a interiorização do discurso salazarista acerca das mulheres africanas exotizadas, que fazia parte da política do luso-tropicalismo praticada pelo imperialismo português (cf. Owen, 2007: 18). Deste modo, as autoras exemplificam a forma como os distintos fatores do sexo e da raça confluem no mesmo *locus*: “the naturalisation of women’s absolute difference served to authorize the exclusion from citizenship of other categories of analogously naturalized otherness” (*idem*: 17-18). Mais uma vez, a nossa abordagem interseccional é útil para percebermos a forma como o sexo interage com a identidade racial, criando o que Marta Mascarenhas Simosas chama um “outro eixo de diferença” no livro (Simosas, 2007: 88).

Não obstante, neste caso podemos observar que as autoras não *dão voz* as mulheres negras, uma vez que as mesmas são referidas apenas através do discurso masculino e a partir do olhar do homem. Assim, as mulheres africanas silenciadas não conseguem articular a sua própria realidade neste livro, sendo apenas representadas por *outras vozes*. Aliás, podemos ver que outros textos chamam a atenção para a *invisibilidade* das mulheres negras na África portuguesa, devido às tentativas de transplantar para as colónias africanas um ideal de beleza branco e europeu, ideal esse que não quis contemplar ou incorporar as mulheres negras nos meios de comunicação (cf. Falconi, 2014: 608). Esta tendência é ilustrada em “Extractos do diário de Ana Maria,”, no qual a narradora afirma que “Miss Moçambique chegou a Lisboa vestindo ‘capulana’ (retrato da dita com um grande grupo de sorridentes encapulnadas espalhadas por uma escadaria)” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 201). Como já foi referido no

Capítulo I, a vencedora do concurso *Miss Moçambique* daquele ano, Ana Paula Almeida, era branca e de descendência europeia, apesar de se vestir com roupas típicas de Moçambique:

[A]pesar de usarem um traje tradicional moçambicano, todas as candidatas eram brancas e portuguesas, ou descendentes de portugueses, a residir em Moçambique, tratando-se da mera transplantação do ideal de beleza promovido pelo Estado Novo para as colónias ultramarinas. (Barreno/Horta/Costa, 2010: n212, 386)

Desta forma, a falta de visibilidade das mulheres negras na cultura portuguesa da época reflete-se no próprio texto das *Três Marias*, na medida em que as autoras remetem para uma mulher “africana” que na realidade era branca, chamando ainda a atenção para a confluência do racismo e da discriminação sexista.

Finalmente, verifica-se que a interação do racismo com a discriminação sexual é ainda associada a outros fatores, tais como a classe económica e a situação de emprego. Ainda em “*Extratos do diário de Ana Maria (...)*”, a repressão suportada pelas mulheres em trabalhos precários é equacionada em paralelo com a situação dos homens negros a trabalhar no setor da construção:

Na construção das estradas, varrendo as ruas da cidade, aparecem mulheres – e negros. Até aqui estes trabalhos eram impróprios de mulheres. Agora, que os homens – brancos – já não os querem, porque são penosos e mal pagos, passam a ser trabalhos de mulher. (Barreno/Horta/Costa, 2010: 203)

Neste exemplo, a confluência de várias opressões sociais é ilustrada pelas *Três Marias*; embora não vejamos um caso concreto de discriminação contra mulheres negras da classe operária, para o qual Crenshaw aponta (cf. Crenshaw, 1989: 145), a comparação das mulheres com os homens negros faz-se através de um “eixo” comum de discriminação social: “tal como os africanos, é simples explor[ar] as mulheres” (Simosas, 2007: 88).

Resumindo, através do trabalho literário em torno de vários fatores de diferenciação *para além do sexo* – a geografia, a classe social, o emprego, a educação e a raça – *Novas Cartas Portuguesas* ilustra bem a identidade complexa e multifacetada das mulheres portuguesas: “(...) e o problema da mulher, no meio disto, não é o perder ou ganhar, é o da sua identidade” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). O livro explora assim diferentes “localizações” (no sentido lato que Rich dá ao termo) e posições relativas de *centro* e *margem* dentro da sociedade portuguesa da época, e através da técnica literária da *narrativa*

(ou, neste caso, de uma série de narrativas complementares), as Três Marias dão a conhecer a realidade múltipla das mulheres no seu país. Citando Friedman, “people know who they are through the stories they tell about themselves and others” (Friedman, 1998: 8). É desta forma que as *Novas Cartas* dão a conhecer a natureza *interseccional* das diversas realidades femininas no seu país.

CAPÍTULO III

“Formar um bloco com os nossos corpos”: Políticas de localização como políticas de resistência

*The ability to see and describe
one's own reality is a significant
step (...) but it is only a beginning.*
bell hooks

*What we see, we see /
and seeing is changing*
Adrienne Rich

Como vimos no capítulo anterior, ler *Novas Cartas Portuguesas* à luz das políticas de localização permite analisar com mais profundidade os “espaços” habitados pelas mulheres ou, por outras palavras, os pontos de enunciação a partir dos quais as vozes femininas articuladas na obra denunciam várias situações de opressão. No livro, essas circunstâncias opressivas são o resultado, sobretudo, de duas forças repressivas: o Estado Novo e o seu modelo de governação política e ideológica, por um lado, e o modelo social do patriarcado, por outro. No entanto, é necessário relembrar que as políticas de localização defendem não só a *articulação* de um espaço, mas também a *politização* do mesmo, tal como defendido por Joan Borsa: “(...) our struggle is to be able to name our location, to politicise our space” (Borsa, 1990: 36). Ou seja, a localização da mulher deverá ser um meio e não um fim, assim transformando o espaço (em termos literais e simbólicos) numa ferramenta de luta e o livro numa forma de “fazer política” (Pintasilgo, 2010b: xlvi). Será, então, importante explorar como as estratégias de resistência desenvolvidas em *Novas Cartas Portuguesas* veiculam um forte potencial de mudança social.

3.1. A margem (e o centro) como espaço de resistência

Em primeiro lugar, é importante considerar a utilização política dos espaços da *margem*, e também do *centro*, na construção de uma retórica de resistência nas *Novas Cartas*. Como já analisámos, em vários textos do livro escritos em torno da figura de Mariana Alcoforado, a existência da freira enclausurada no Convento da Conceição em Beja é

apresentada como *marginal*: “Mariana não assume a sua própria loucura, quando muito a sua marginalidade” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 23). No entanto, identificam-se dois tipos de margem às quais Mariana Alcoforado é associada na obra: a *margem possível* (ou seja, a marginalidade imposta pelos vários agentes de opressão na sociedade), e a *margem escolhida*, que é aceite plenamente e utilizada como um espaço de agência. No primeiro caso, que se patenteia no texto “Carta de Mariana, sobrinha de Mariana Alcoforado, deixada entre as folhas do seu diário, para publicação após a sua morte, à guisa de resposta a M. Antoine de Chamilly”, a sobrinha da freira rejeita explicitamente a “margem possível”, descrita como um lugar onde convergem todas as discriminações sociais:

A mim, irmã de todas as encerradas em celas, apenas me ofereces fuga particular na garupa de teu cavalo para algures, para a margem possível da sociedade bem estratificada e onde todos se catalogam por seu nome, sua fortuna, seu sexo e seu estado civil, para qualquer buraco, nova cela, onde nos refugiássemos os dois da carapaça pesada desta sociedade. (*idem*: 122)

A este retrato negativo da margem opõe-se a marginalidade *escolhida*, de refúgio, através da qual Alcoforado resiste contra forças hegemónicas. Na “Carta de Mariana Alcoforado a sua Mãe”, a freira aceita a sua clausura no convento até à morte, resolvendo utilizar aquela clausura estrategicamente para se afastar da civilização exterior: “Olhai que não me iludo, Senhora, este convento será meu túmulo, guardião feroz em morte como jamais o foi em meses de fala e agasalho. Que isso lhe é alheio. Me alheio. Permitti-me apenas alheada ficar, só isso peço” (*idem*: 52). Na realidade, esta distinção entre uma *margem* imposta e uma *margem* escolhida remete diretamente para a escolha do espaço marginal defendida por hooks:

I am located in the margin. I make a definite distinction between that marginality which is imposed by oppressive structures and that marginality one chooses as site of resistance – as location of radical openness and possibility. This site of resistance is continually formed in that segregated culture of opposition that is our critical response to domination. We come to this space through suffering and pain, through struggle. (hooks, 1990: 130)

Mariana Alcoforado resolve, assim, utilizar a marginalidade da sua clausura como uma arma de resistência, resistência essa que é levada a cabo através do corpo e da sua dimensão *sexual*. A título de exemplo, podemos considerar o texto “A Paz”, no qual a freira comete o “pecado”

de explorar o seu corpo eroticamente dentro de uma instituição: “compraz-se Mariana com seu corpo. (...) Mariana deixa que os seus dedos retornem da vagina e procuram mais alto o fim do espasmo” (*idem*: 36-37). Neste texto, afirma-se, inicialmente, que o objetivo de Mariana é o de sair da sua clausura através desta transgressão: “Quebra-se, pois, a clausura” (*idem*: 36).⁴⁴ No entanto, esta afirmação é logo colocada em causa com um ponto de interrogação – “Quebra-se pois a clausura?” (*ibidem*) –, assim sugerindo que talvez seja justamente esta marginalidade do claustro que a freira pretende apropriar para os seus próprios fins. Desta forma, o espaço da margem que a cela de Mariana representa torna-se o seu lugar escolhido de resistência contra um sistema social de repressão. Curiosamente, é precisamente assim que Maria de Lourdes Pintasilgo conceptualiza a importância da margem em *Novas Cartas Portuguesas* (embora Pintasilgo faça esta afirmação pensando em outros passos do livro): “A força potencial da marginalidade desejada e reforçada ressoa na palavra das mulheres e toma corpo na sua acção” (Pintasilgo, 1981: 34).

Paralelamente, verifica-se que esta associação do espaço marginal ao acto de resistir é repetida ao longo do livro em termos explicitamente geográficos, sobretudo no que se refere à região do Alentejo que, como é observado na Edição Anotada das *Novas Cartas*, “foi palco de luta e de resistência fulcral na época da ditadura” (Barreno/Horta/Costa, 2010: n135, 355).⁴⁵ Mais especificamente, a paisagem alentejana assume um papel central nos temas transgressivos da obra, tais como o erotismo feminino presente na “Segunda Carta IV”, associando o corpo sexual de Mariana ao espaço (climatericamente) tórrido alentejano: “Ó espasmo. Ó todo sol. Ó imensas terras abrasadas a perder de vista, meu alentejo de orgasmo na plena aridez dos dias” (*idem*: 69). Nesta perspectiva, o espaço alentejano ocupado pela freira é ilustrado como uma margem (em termos geográficos e simbólicos), que é eroticamente desejado, sendo um destino de fuga onde Mariana pode expressar a sua raiva contra uma sociedade repressiva, através do prazer sexual: “teu Alentejo incendiado, árido, tua praia interior” (*idem*: 112). A utilização das imagens sexuais neste trecho representa um acto subversivo das autoras contra o regime, literalmente utilizando a margem (geográfica e simbólica) como espaço de resistência. Note-se ainda que foram passos como este que

⁴⁴ Esta metáfora da destruição da clausura é explorada em mais detalhe por Sheila Cristina Colepicolo, em *Transgressão em Novas Cartas Portuguesas* (São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007).

⁴⁵ Esta utilização da região do Alentejo como um espaço de resistência estava já presente na cultura portuguesa da época, como por exemplo na música “Desfolhada” (1969), interpretada por Simone de Oliveira e com letra de José Carlos Ary dos Santos. Salienta-se o seguinte verso: “É trigo loiro, é além Tejo / O meu país neste momento / O sol, o queima, o vento, o beija / Seara louca em movimento” (Santos, 1969).

levaram as autoridades salazaristas a condenar o livro por ser “imoral” (*apud* Amaral / Freitas, 2014: 80). Deste modo, poderíamos dizer que, à semelhança do que fará mais tarde bell hooks, as Três Marias conceptualizam o espaço da margem como “a site one stays in, clings to even, because it nourishes one’s capacity to resist” (hooks, 1990: 207).

No entanto, não é apenas nos textos acerca de Mariana Alcoforado que a margem é conceptualizada como um espaço *político*. Numa série de textos no primeiro terço do livro, as autoras referem-se a míticas sociedades femininas *marginais*, em outras partes do mundo, que contrariam a sociedade patriarcal tradicional. Em primeiro lugar, a “Segunda Carta II” retrata a imagem mítica da Mãe dos Animais que, na América do Norte, recorre à violência contra agentes de dominação masculina, invertendo os papéis tradicionais:

Conto-vos, entretanto, a história da Mãe dos Animais, mito de uma tribo de índios da América do Norte (...). – Mãe dos Animais foi a mulher abandonada pela sua tribo, que se dispunha a fazer uma migração difícil, na altura em que ela paria (...); o caçador que a veja, com o susto, tem uma erecção, e a Mãe dos Animais viola então o caçador. (Barreno/Horta/Costa, 2010: 23)

De forma mais sustentada, o texto imediatamente a seguir, “Terceira Carta II”, menciona a mítica sociedade matriarcal das Amazonas, através do verbo inventado *amazonar*: “Eis que, dito o objecto por tal e sem relevo posto à margem quem cavalga, *amazonámos a ideia*” (*idem*: 26, *itálicos meus*). Aqui, as Três Marias evocam numerosos espaços marginais ao mesmo tempo. Por um lado, remetem para as Amazonas enquanto sociedade de mulheres, que é frequentemente citada na crítica feminista contemporânea “como símbolo do poder dos movimentos de libertação da mulher ou como um modelo para a construção de uma identidade feminina” (Amaral/Macedo, 2005: 2).⁴⁶ Em alternativa, o verbo inventado poder-se-á referir à floresta amazónica, uma conhecida região geograficamente *marginal* (em termos da sua distância extrema dos centros urbanos) na América do Sul. No entanto, seja qual for a marginalidade exata ao qual o verbo “amazonar” se refere aqui, é inegável que a sua utilização representa a apropriação do poder da margem pelas autoras, que é utilizado no mesmo texto para *marginalizar* o cavaleiro de Chamilly, a figura máxima do centro (branco, cosmopolita e masculino) de *Cartas Portuguesas*: “posto à margem quem cavalga” (Barreno /Horta/Costa, 2010: 26).

⁴⁶ Segundo o *Dicionário da Crítica Feminista* (2005), na mitologia grega, as Amazonas eram um “povo de mulheres guerreiras (...) [que] viviam na Ásia Menor, nas margens do rio Themodonte e governavam-se a si próprias, excluindo os homens do seu convívio, só os admitindo como servos” (Amaral/Macedo, 2005: 2).

Esta ocupação dos espaços marginais ao longo de *Novas Cartas Portuguesas* corresponde ao poder subversivo da margem, tal como conceptualizado por hooks. Este lugar é apresentado não só como um lugar de “possibilidade radical”, ao qual os grupos oprimidos se devem agarrar para alimentar a sua capacidade de resistir (cf. hooks, 1988: 207), mas também como o espaço onde a criatividade é mais forte, por ser um lugar onde todas as mulheres marginalizadas convergem e se juntam na resistência. Nas palavras de hooks: “That space in the margin that is a site of creativity and power, that inclusive space where we recover ourselves, where we move in solidarity to erase the category colonised/coloniser. Marginality as site of resistance” (*idem*: 209).

Todavia, é necessário acrescentar que *Novas Cartas Portuguesas* fala igualmente a partir do *centro*, ou seja, de um lugar de relativo privilégio e hegemonia. Em vários casos, as vozes autorais demonstram uma consciência de ocuparem uma posição hegemónica, como referimos já no Capítulo I quando analisámos as circunstâncias biográficas das autoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Em vários textos há referência à responsabilidade sentida pelas autoras de falarem *por* e *sobre* outras mulheres na sociedade portuguesa, como se pode ler na “Terceira Carta IV”: “é bonito jogarmos com palavras e conceitos – e aí sim, aí temos nosso refúgio de mulheres burguesas – mas será duro jogarmos com a pele dos outros” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 81). Em outras cartas, tais como “Primeira carta última e provavelmente muito comprida e sem nexos (I)”, a posição do centro é apresentada como uma componente essencial, embora *não desejada*, da resistência: “Quanta força centrífuga tem a roda, manas. Meu lugar, não escolhido, *mind you*, é o centro – a asfixia provisória.” (*idem*: 264). Este trecho verbaliza de forma extremamente pertinente a estratégia autoral das Três Marias: ao passo que as *Novas Cartas* retratam a margem como o espaço *escolhido* de habitação da mulher, o centro aparece como uma posição forçada, e negativa, mas ao mesmo tempo essencial para lutar contra as múltiplas opressões do patriarcado, do Estado Novo e da discriminação social/económica.

Devemos considerar, portanto, as várias formas em que o trabalho a partir do *centro* funciona nas *Novas Cartas* como uma arma de resistência. Diga-se, efectivamente, que a importância do *centro* neste livro é precisamente a sua localização relativa, no *meio* da sociedade, que lhe permite dialogar e partilhar com a margem, devido à sua equidistância a todas as posições marginais. Especificamente, um dos últimos textos do livro, “Segunda carta

última”, contém um apelo às mulheres do *centro* para a *margem*, a fim de se construir um verdadeiro diálogo entre as diversas posições na comunidade feminina:

Que saia a nossa dialéctica de mulheres-nascidas-e-criadas-na-burguesia-citadina-desta-sociedade-cujos-valores-bem-sabemos-e-simpatizantes-com-todas-as-classes-e-grupos-explorados-com-agudo-sentimento-de-pertença-ao-grupo-explorado – «mulheres», que esta nossa dialéctica retorcida se desenrole entre nós e outros, e não só intra-eus ou intra-nós. (*idem*: 289)

Aqui, a voz autoral assume plenamente a posição privilegiada e hegemónica das autoras empíricas (as Três Marias) no que diz respeito à classe social e proveniência geográfica, visando, à semelhança de hooks, levar a *margem* para o *centro*, e vice-versa (hooks, 2000). É por esta razão que as críticas de orientação marxista tecidas relativamente à obra considerando a sua perspectiva “burguesa”, tais como a de Ulf Boëthius na Suécia que vimos na Introdução, podem e devem ser questionadas. Em primeiro lugar, como relembra Chatarina Edfeldt, “o discurso político sueco da época caracterizava-se pela forte polarização entre as vertentes da esquerda *versus* da direita”, sendo por isso que “os críticos sentem a necessidade de destacar que as autoras não são originárias da classe trabalhadora, mas de burguesia ou da alta burguesia” (Edfeldt, 2014: 379-380). Por sua vez, no que se diz respeito às próprias autoras em Portugal, ao ironizarem precisamente sobre a sua própria posição de privilégio (“a nossa dialéctica de mulheres-nascidas-e-criadas-na-burguesia-citadina” [Barreno/Horta/Costa, 2010: 289]), reivindicando antes “uma dialéctica (...) entre nós e outros” (*ibidem*), as Três Marias propõem um diálogo social manifestamente diferente daquela defendida por algumas teorias feministas da Segunda Vaga, que encaravam a realidade branca e burguesa do *centro* como uma condição feminina universal:

Vocal bourgeois white women (...) were not interested in convincing men or even other women that feminism was important for everyone. Narcissistically, they focused solely on the primacy of feminism in their lives, universalising their own experiences. Building a mass-based women’s movement was never the central issue on their agenda. (hooks, 2000: 35)

Assim sendo, ao invés de impor a sua própria realidade privilegiada sobre outras mulheres, as autoras identificam o seu papel como o de *mediadoras* entre o centro e as várias margens da existência feminina. Mais ainda, e evocando a imagem militar do *cercos*, as autoras *cercam* todas as formas de opressão e todos os obstáculos à libertação feminina: “eu, irmãs, quis falar

do cenário, das fronteiras, certo errado, fronteira aqui fronteira ali, quis dizer que só se arrasam montanhas *fazendo o cerco completo*” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 287, *itálicos meus*). Portanto, as posições relativas de margem e centro são interpeladas na perspectiva de uma *luta armada*, cumprindo o desejo secular de Mariana Alcoforado de combater a opressão com força (“sonhava ela com vingança de armas” [Barreno/Horta/Costa, 2010: 120]). Levar a cabo um “cerco” implica, necessariamente, que o/a agente de repressão seja atacado/a a partir *de fora*, mas também que o sistema opressivo seja desmantelado, na última instância, a partir *de dentro*. As Três Marias defendem, pois, que as margens e os centros da comunidade feminina se juntem para vencer as suas respetivas situações repressivas.

Deste modo, ao unirem as posições de margem e centro na mesma luta, é importante salientar que aquelas próprias localizações céntricas e marginais são frequentemente questionadas e colocadas em causa ao longo das *Novas Cartas*. Como bem relembram Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas, a distinção entre os centros e as margens da comunidade feminina é progressivamente desestabilizada ao longo da obra: “se o seu ponto de partida é o centro hegemónico (...) o que acontece é que esse centro irradia depois para margens diversas, que acabam por ser traduzidas em não o centro, ou mesmo *um* centro, mas em vários outros centros desviados e infixos” (Amaral/Freitas, 2014a: 17). Neste sentido, através dos numerosos retratos de personagens femininas nas *Novas Cartas*, podemos observar as contradições inerentes à *marginalidade* ou *centricidade* das mulheres apresentadas. Por exemplo, poder-se-ia argumentar que Mariana Alcoforado, especificamente escolhida pelas autoras pelo seu potencial simbólico, é uma personagem simultaneamente da margem e do centro, pois embora esteja confinada a um espaço de submissão, numa província de Portugal, é ao mesmo tempo uma mulher letrada e culta, e de uma classe social aristocrática (cf. Barreno/Horta/Costa, 2010: n60, 326). Além disso, o seu próprio estatuto de freira levanta importantes questões acerca do seu relativo privilégio na sociedade portuguesa do século XVII. Como nota Isabel Morujão, “o convento foi, no século XVII e primeira metade do século XVIII, um local de relevo, na esfera do espaço que estava protocolarmente reservado à mulher, sobretudo à mulher socialmente credenciada” (Morujão, 2013: 52), o que reforça a relativa centricidade de Mariana Alcoforado neste contexto. Do mesmo modo, personagens mais contemporâneas, tais como a mãe que escreve “Carta de uma mulher chamada Mariana, nascida em Beja, para uma mulher de nome Maria, ama de sua filha Ana”, pertencem simultaneamente à margem e ao centro devido aos seus vários marcadores de identidade.

Neste caso, Mariana é *marginal* por ser da classe operária, com poucos recursos financeiros, mas também se associa ao *centro* por viver na cidade. Curiosamente, como já observámos, ela olha para a margem geográfica (Beja) com nostalgia e admiração, contrariando as noções da cidade como espaço céntrico e o campo como lugar da margem.

Com estes exemplos concretos, a fixidez das fronteiras entre o centro e a margem da existência feminina é colocada em causa, resultando assim em entidades instáveis e imprevisíveis. A este propósito, podemos citar ainda Amaral em “Desconstruindo Identidades: Ler *Novas Cartas Portuguesas* à Luz da Teoria Queer” quando afirma que “[nesta obra] não se trata sequer de trazer para o centro o marginal, como propõe grande parte da crítica feminista; trata-se de desestabilizar centros” (Amaral, 2001: 79). No texto “Segunda carta última”, esta estratégia é posta completamente a nu, com a metáfora das “margens de areia”, que voltamos a recordar: “(...) E ainda queria ter-vos dito das margens de areia que nos cercam, cada gesto que fazemos é como uma pedra na água, as ondas vão e chegam ou não onde não podemos saber, chegam mansas, bravas, tortas, direitas; as margens de areia estão sempre prontas a desmoronar-se (...)” (*idem*: 289). Esta citação é desestabilizadora em vários sentidos. Em primeiro lugar, as autoras recordam que o espaço da margem pode ser temporária e fluída, porque é constituído de um material solúvel e poderia ser arrasado facilmente pelas ondas. Convém lembrar, neste sentido, que na língua portuguesa a palavra “margem” tem dois significados: a) o lugar dentro do corpo global, mas nos limites exteriores daquele corpo; b) o ponto, em termos geológicos, em que a terra se encontra com um corpo de água (com um mar ou com um rio, por exemplo). Nas duas hipóteses, trata-se de um conceito de *fronteira* que é normalmente caracterizado por limites ou linhas de demarcação fixos. As margens nas *Novas Cartas*, porém, estão “sempre prontas a desmoronar-se”, porque, tal como Joan Borsa destaca em “Towards a Politics of Location”, “centres and margins are historically produced” (Borsa, 1988: 37). Esta frase poderia significar ou que as circunstâncias que *marginalizam* as mulheres são produzidas historicamente e que, por isso, se alteram, ou que o espaço de resistência que a margem oferece pode ser derrubado a qualquer momento, sendo por isso alterável. As duas possibilidades ilustram a forma como as autoras desmontam as posições relativas, num acto de resistência política.

De fato, como afirma Ana Margarida Martins, as Três Marias apontam para o desmantelamento das *localizações* identitárias da mulher num sentido mais lato, sempre a

partir da sua posição céntrica: “*Novas Cartas* holds the power to destabilize fixed reference points that anchor feminist legacies and collective political identities, even as it unmasks its own complicity with the mainstream” (Martins, 2012: 34). Dito de outro modo, verifica-se que a desconstrução, no sentido de desmontar vários tipos de circunstâncias sociais, é uma componente fundamental desta obra, tal como o é para os conhecimentos localizados de Donna Haraway:

With many other feminists, I want to argue for a doctrine and practice of objectivity that privileges contestation, *deconstruction*, *passionate construction*, webbed connections, and hope for transformation of systems of knowledge and ways of seeing. (Haraway, 1988: 584-585, *itálicos meus*)

Assim, Haraway salienta o papel da objetividade e da *visão* nesta desconstrução, focando-se no desmantelamento de binarismos para reconhecer as realidades fluidas, que no livro das Três Marias se manifesta na infixidez da *identidade*, do *espaço* e da *linguagem*.

Na verdade, é precisamente esta infixidez em *Novas Cartas Portuguesas* que permite que Ana Luísa Amaral tenha lido a obra à luz da Teoria *Queer*, na medida em que o livro reflete tais características como: “a explosão de dicotomias, a defesa de uma miríade de identidades não fixas nem estáveis, antes em constante transformação, a própria questionação de pontos de referência tidos como seguros” (Amaral, 2001: 78). Como já vimos, todas estas estratégias são bem visíveis ao longo desta obra, que se recusa a limitar o seu retrato da mulher portuguesa e que questiona constantemente as múltiplas identidades femininas ao mesmo tempo que as constrói. Da mesma forma, a voz autoral de vários textos rejeita explicitamente qualquer definição redutora de uma identidade coletiva (“estamos longe de nos definir até à nossa morte” [Barreno/Horta/Costa, 2010: 38]). Além disso, a estas observações acerca do papel da fluidez nas *Novas Cartas*, deve-se acrescentar a ressalva de que a estratégia das autoras nesta infixidez não é apenas a de criar instabilidade identitária como um *fim*, mas antes de utilizá-la como um *meio* para desconstruir as “diferenças estruturais” entre mulheres (a localização). É desta forma que *Novas Cartas Portuguesas* visa desmantelar situações de opressão, ao colocar em causa aquelas distinções em vários textos, explorando as desigualdades e distinções entre mulheres provocadas por questões relacionadas com a geografia, a classe económica, o emprego, a educação e a raça.

Simultaneamente, a nível *formal*, o livro exemplifica um alto grau de fluidez e instabilidade, nomeadamente através do seu “hibridismo” de géneros, contendo poemas,

cartas, pequenas ficções e uma variedade de outros textos (Seixo, 2001: 182). A fluidez da obra intensifica-se em certas secções mais experimentais, como por exemplo nos textos “I JOGO” – “V JOGO” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 236-238), que constituem variações poéticas inovadoras acerca dos nomes Mariana e Maria Ana.⁴⁷ Se, como afirma Helen R. Lane, o nome Mariana funciona como um símbolo de múltiplas vozes de mulheres (“all the Marias and Marianas and Maria Anas of the book thus become a sort of universal name for woman” [Lane, 1975: 12]), nestes poemas experimentais aqueles nomes são extendidos e trabalhados até ao limite, tornando instável a própria identidade da mulher, assim como a *linguagem* que nomeia aquela identidade. Assim, a própria constituição linguística da obra converte-se numa ferramenta de desconstrução identitária através da desmontagem do próprio ato de nomear.

Paralelamente, o conteúdo dos vários textos no livro funciona como uma afirmação do poder da construção (ou desconstrução) da palavra literária. Como já foi indicado no Capítulo II, textos como “Redacção de uma menina de Lisboa, de nome Mariana (...)” questionam profundamente o poder sugestivo da língua portuguesa. No entanto, outras partes do livro enaltecem a potência *política* da linguagem em termos mais explícitos, como se pode observar no texto emblemático “Terceira Carta V”: “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 197). Neste trecho, as Três Marias apontam para o seu próprio poder, enquanto *escritoras*, de desmontar as causas de repressão na sociedade portuguesa, utilizando a *palavra literária*.

Para além do mais, é de salientar que esta potência outorgada à palavra literária se associa diretamente à questão da localização, sobretudo no que se refere à metáfora *espacial*. No que se refere à geografia propriamente dita, já foi indicado que as Três Marias desconstroem dictomias acerca de regiões geográficas (por exemplo, entre ambientes rurais e urbanos). Não obstante, em certos textos, são precisamente as palavras “lugar”, ou “espaço”, num sentido mais lato e simbólico, que as autoras utilizam na sua *política de desconstrução*, resultando em entidades profundamente instáveis: “o tempo move-se e o espaço. Pontos fixos os há, mas tão fora de tudo, tão ocultos” (*idem*: 293). Em outros trechos, a voz autoral coloca em causa os próprios marcadores espaciais do processo de escrita do livro, desestabilizando o

⁴⁷ Como é observado na Edição Anotada das *Novas Cartas*, esta série de poemas no livro reflete a influência do movimento concretista no Brasil dos anos cinquenta, e o Movimento Experimental Português da década seguinte, tendências poéticas que visavam explorar a forma poética criativamente e a “multiplicidade de significados” (Barreno/Horta/Costa, 2010: n235, 398).

ponto de enunciação do sujeito: “não sei porém dizer-vos o lugar disto, deste trabalho e deste encontro, na convulsão que este tempo último tem sido para mim” (*idem*: 186). Por outro lado, o já referido texto “Primeira carta última e provavelmente muito comprida e sem nexo (I)”, apresenta o lugar da escrita como o espaço onde a própria desconstrução ocorre: “há um lugar de horror que é ainda o lugar do grande levantamento da escrita. (...) É o lugar do avesso e me descoso de tudo nele” (*idem*: 263-264).⁴⁸ Neste trecho, o espaço marginal, que é simultaneamente o ponto de enunciação do sujeito, torna-se o lugar dentro do qual o processo de desconstrução é levado a cabo. O “lugar do avesso” do qual a voz autoral fala é apresentado como o espaço de liberdade da mulher, porque a inversão da sua situação de repressão lhe permite desconstruir a partir de dentro as várias circunstâncias sociais que a oprimem.

Esta desconstrução das circunstâncias e condições sociais que oprimem a mulher assume um tom directo e abertamente político em alguns dos textos mais emblemáticos do livro. Vejamos, por exemplo, “Terceira Carta IV”, em que, utilizando uma linguagem inclusiva e plural, a voz autoral propõe explicitamente o dismantelamento de todas as “circunstâncias” de opressão na sociedade: “Temos de remontar o curso da dominação, desmontar suas circunstâncias históricas, para destruir suas raízes. (...) O primeiro caminho para desmontarmos nossas circunstâncias históricas e políticas” (*idem*: 80-83). Por “circunstâncias históricas e políticas” deve entender-se, aqui, os múltiplos fatores de discriminação e de estratificação social, para os quais as autoras chamam a atenção ao longo do livro. Por outro lado, a resposta que as Três Marias propõem não é apenas o acto subversivo de “descoser” ou “desmontar”, mas também uma revolução social para acabar com quaisquer formas de repressão. Como se pode verificar em “Extractos do diário de Ana Maria (...)”, as autoras defendem uma revolta social que envolva necessariamente a mulher e que por essa razão consiga derrubar todas as variadas formas de opressão e discriminação na sociedade: “Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os estratos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada” (*idem*: 198). Aqui, o texto das Três Marias leva-nos directamente para as ideias articuladas em “Notes Toward a Politics of Location”, quando Rich defende que a revolta da mulher significa precisamente a erradicação de todas as formas de opressão social: “Some of us, calling ourselves radical feminists, never meant anything

⁴⁸ Sobre esta questão, ver *A Fluida Arte da Descosura: Filosofias de Liberdade em Cartas Portuguesas e Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Marta Pessanha Mascarenhas Simosas (Porto: Universidade do Porto, 2007).

less by women's liberation than *the creation of a society without domination*; we never meant less than the making new of all relationships. The problem was that we did not know what we meant when we said we" (Rich, 1986b: 217, *itálicos meus*).

Assim, *Novas Cartas Portuguesas* parece propor que a transformação holística da sociedade só é possível através da revolta da mulher na primeira instância, uma vez que "a primeira repressão, aquela em que veio assentar toda a história do género humano, criando o modelo e os mitos das outras repressões, é a do homem contra a mulher" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). Do mesmo modo, ao analisarmos "Extractos do diário de D. Maria Ana, descendente directa de D. Mariana sobrinha de D. Mariana Alcoforado, e nascida por volta de 1800", que convoca as décadas posteriores à Revolução Francesa de 1789, podemos concluir que o texto apela a uma revolução contra o sistema patriarcal, que é identificado como a causa de raiz de uma panóplia de desigualdades e discriminações sociais. Ao invés da revolta de classes económicas ou de povos oprimidos, que segundo as autoras só consegue acabar com determinadas discriminações sociais, patenteia-se que apenas a rebelião da mulher contra o patriarcado é capaz de acabar com todas as formas de desigualdade:

Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas propriedades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres. Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto; para a mulher, o chefe, a política, o negócio, a propriedade, o lugar, o prazer (...) só existem através do homem. (*idem*: 143)

Neste passo, está bem patente o modo como a rebelião das mulheres é *interseccional*, no sentido de acabar com todos os distintos tipos de opressão que confluem no mesmo lugar para subordinar a mulher nas suas diversas localizações. É neste sentido que "nada fica[rá] intacto" após a revolução feminina.

Por conseguinte, nas *Novas Cartas* as vozes autorais mostram-se dispostas a renunciar à sua própria posição de privilégio na sociedade portuguesa, apelando a que todas as outras mulheres façam o mesmo, porque é precisamente a forma como as mulheres são estratificadas e subordinadas que deverá ser derrubada. Vejamos, por exemplo, "Texto de honra ou de interrogar, escrito por uma mulher de nome Joana": "Pergunto: Se outra alternativa não nos deram que a guerra aberta *contra todo um sistema social que recusamos de base* em que tenhamos de destruir tudo, inclusive se necessário as nossas próprias casas,

recuaremos? (*idem*: 249, *itálicos meus*). Ao rejeitar “todo um sistema social” pode-se afirmar que, ao contrário do que se verificava no “feminismo pequeno-burguês” que segundo as feministas marxistas tais como Heleith Saffioti procurava transformar a sociedade apenas parcialmente sem perturbar as suas fundações mais profundas (cf. Saffioti, 1978: 223), as *Novas Cartas* desafiam todos os alicerces económicos e políticos da sociedade contemporânea. A obra defende sempre uma transformação holística da sociedade, desafiando o *status quo* e lutando contra uma rede infinitamente mais complexa de desigualdades e injustiças do que a discriminação *apenas em função do sexo*.

Simultaneamente, a desconstrução da ordem social vigente implica, necessariamente, um outro objetivo: as Três Marias parecem propor que se *construa* um outro sistema de organização para substituir o do Portugal salazarista: uma nova sociedade que outorgue às mulheres a liberdade de construir e de falarem a partir de localizações *escolhidas* por elas. Assim, a linguagem da criação está patente em textos como “Extracto do diário de Ana Maria (...)”, no qual a voz autoral aponta para a construção de uma nova estrutura social pela própria mulher oprimida: “e que inventaste, nessa tentativa de redesenhares tua presença, na tua hora e *no teu local*?” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 199). Aqui, a estratégia das autoras é a da *invenção*, no sentido de a mulher portuguesa construir a sua própria localização feminina através da conquista e do reforço de plenos direitos, liberdades e igualdades. Observa-se que este novo modelo da sociedade para o qual as autoras apontam deveria ser baseado nos valores da coletividade e da solidariedade, como se pode observar em “Primeira carta última e de certeza muito comprida e sem nexo (*te deum*)”: “creio na criação colectiva de todos nós” (*idem*: 294). Aqui, as autoras não apontam apenas para a construção conjunta de uma nova sociedade, como também parecem propor que a construção da própria identidade feminina aconteça coletivamente, incorporando a diversidade e multiplicidade das todas as mulheres nas suas variadas circunstâncias e facetas.

3.2. A criação de uma sororidade universal

Desta forma, *Novas Cartas Portuguesas* resiste contra o isolamento asfixiante da sociedade ditatorial ao construir uma sororidade não só entre as diversas mulheres portuguesas, mas também num sentido *global* (isto é, transnacional). Por um lado, como vimos já, a obra é aparentemente localizada numa determinada sociedade (Portugal) numa determinada época (durante o Estado Novo), como a voz autoral declara ironicamente na

“Segunda Carta VIII” (“eis-nos em Portugal em plena era da libertação da mulher” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 220-221), ainda que alguns textos remetam para o século XVII. Como também foi comentado no Capítulo II, o espaço físico da ação nos vários textos refere-se à geografia específica de Portugal, muitas vezes com uma atenção minuciosa aos pormenores locais e regionais. Não obstante, é imprescindível reconhecer o apelo que *Novas Cartas Portuguesas* faz a uma comunidade mais abrangente de mulheres, na esperança de juntar as forças necessárias para vencer a opressão. Se para Maria de Lourdes Pintasilgo este livro exemplifica uma “universalidade” através dos seus retratos de diversas mulheres (Pintasilgo, 2010b: xxxi), podemos pensar mais concretamente no conceito da *sororidade* para conceptualizar a estratégia utilizada pelas Três Marias. Como refere Anna M. Klobucka, a sororidade pode ser definida como uma “rede” ou “comunidade” de mulheres que é construída através de uma “sincronia horizontal”, tanto na comunhão religiosa de *sorores* católicas, como no que diz respeito a uma solidariedade entre diversas mulheres a um nível global (Klobucka, 2012: 48). Por outro lado, podem-se ainda entender estas duas definições da sororidade em conjunto, analisando as formas em que a metáfora religiosa de *sorores* interage com um apelo à *solidariedade* global.

Em primeiro lugar, podemos verificar que as *Novas Cartas* utilizam a imagem da *freira* Mariana Alcoforado e do *Convento* da Conceição em Beja como símbolos do intercâmbio entre mulheres e da comunicação com o mundo, porque, como explica Isabel Morujão, a comunidade conventual dos séculos XVII-XVIII manteve uma relação íntima com a sociedade exterior: “Os conventos femininos (...) não se furtaram ao intercâmbio poético com o mundo. (...) A globalidade da produção poética conventual feminina oscila pendularmente entre uma orientação interna e interior e uma direcção externa” (Morujão, 2013: 631-632). Para além disso, observa-se que a própria figura de Mariana Alcoforado, apesar de ser uma figura histórica associada a uma determinada geografia portuguesa, tem um significado que é decididamente internacional, por ter supostamente escrito *Cartas Portuguesas* na língua francesa, para um nobre em França, e para um público inicialmente não português (cf. Barreno/Horta/Costa, 2010: n60, 326-327). Como salienta Klobucka, esta “paixão de Mariana pelo estrangeiro” (Klobucka, 2012: 43) é reforçada na obra das três Marias, em textos como “Carta do cavaleiro de Chamilly a D. Mariana Alcoforado, freira em Beja”, em que se misturam as línguas portuguesa e francesa: “pourtant, oh bem amada (...) soeurs de qui, Mariana, que nunca mo fostes” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 85-87). Aliás, convirá recordar

que a freira é referida explicitamente neste texto como *uma mulher do mundo*: “sacrée femme de l’esprit du monde, femme au monde.” (*idem*: 84).

De fato, esta forma de *internacionalizar* a freira Mariana Alcoforado a partir do seu contexto local (cf. Klobucka, 2012: 48) é uma tendência que se manifesta em várias outras partes do livro, que remetem para situações *globais* de opressão e sofrimento. Por exemplo, a reflexão sobre o já referido fenómeno da feminização da pobreza, que ocorria em Portugal mas também em várias outras partes do mundo, aponta para uma solidariedade feminina *fora do convento*, que ultrapassa fronteiras e limites geográficos. Ao mesmo tempo, e voltando à metáfora religiosa, podemos argumentar que as Três Marias utilizam a metáfora do convento específico em Beja ou do convento metafórico em Lisboa precisamente para construir um apelo universal de rejeição da clausura: “Só que Beja ou Lisboa, de cal ou de calçada – há sempre uma clausura pronta a quem levanta a grimpá contra os usos. (...) Tanto faz aqui ou em Beja a clausura, que a ela nos negamos” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 6-21). Assim, cria-se nas *Novas Cartas* uma irmandade inclusiva e global, incluindo-se uma panóplia de realidades femininas oprimidas à escala global, todas elas exemplos de clausuras várias: “Que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo?” (*idem*: 140). Deste modo, devemos olhar para a obra como sendo uma tentativa de “criar uma sororidade através do conflito”, como as autoras insistem no posfácio à edição do livro em inglês:

The book is the *written record* of a much broader, common, lived experience of creating a sisterhood through conflict, shared fun and sorrow, complicity and competition – an interplay not only of modes of writing but of modes of being, some of them conscious and some far less so, all of them shifting in the process, and all three of us still facing, even today, the question of *how*. (Barreno/Horta/Costa, 1975: 399)

Não obstante, como esta mesma citação relembra, não se deve esquecer *a questão de como* esta irmandade é construída. Ou seja, para além das já referidas técnicas da fragmentação e do hibridismo na obra, é necessário concentrarmos nas estratégias de *compilação*, de vozes e realidades diferentes, que o livro utiliza. Nomeadamente, a “Primeira Carta II” refere-se explicitamente às técnicas de construção artística conjunta, através da metáfora dos azulejos portugueses: “Deste modo vamos construindo um azulejo: painel. Carta por carta ou palavra escrita, volátil, entregue. A nós principalmente, depois a eles; a quem nos quiser ler mesmo com raiva” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 21). Neste trecho, a

metáfora de uma obra em mosaico serve para descrever o processo gradual da criação de um único livro explicitamente composto – na sua maioria – de experiências femininas distintas, nos mesmos termos descritos por Adrienne Rich: “Piling piece by piece of concrete experience side by side, comparing, beginning to discern patterns” (Rich, 1986b: 216). Assim sendo, as autoras dão expressão ao que Donna Haraway chamará de *conhecimentos localizados*, ao construírem uma objetividade de recorte feminista através de um conjunto de perspectivas específicas e parciais que sustentam a possibilidade de redes de solidariedade (cf. Haraway, 1988: 583). À semelhança de Haraway, o livro privilegia a *visão* e o *olhar* enquanto instrumento de localização da mulher (“entreolhámo-nos com muita cautela” [Barreno/Horta/Costa, 2010: 284]), e que é utilizado para criar uma comunidade através de *conhecimentos situados* [cf. Haraway, 1988: 590]). Esta comunidade construída a partir de perspectivas parciais é também ilustrada no texto “A Freira Sangrenta”, que compila as histórias de suspeitas bruxas em vários países ao longo de vários séculos, referindo-se a mulheres que terão sido forçadas a tomar o hábito em conventos.⁴⁹ O texto divide-se nas *perspetivas parciais* de cada uma destas histórias, criando uma comunidade entre aquelas mulheres através de cantos comuns, que transmitem uma noção de irmandade: “não há pão para nós na mesa dos homens. (...) E o que faremos, Madre Abadessa, que faremos?” (*idem*: 58-65).

Porém, é num texto emblemático deste livro, “Texto de honra ou de interrogar, escrito por uma mulher de nome Joana”, que a estratégia dos *conhecimentos localizados* é utilizada de forma mais sustentada pelas autoras. O texto considera, sucessivamente, as formas de opressão feminina em três contextos geográficos diferentes – no Afeganistão/Arábia Saudita, nos Estados Unidos e finalmente em Portugal:

Digo: A mulher adúltera é ainda apedrejada de morte no Afeganistão e na Arábia Saudita (...). Indirectamente, na América, *como em tantos outros países*, a lei protege uma estranha espécie de “pena de morte” aplicável às mulheres, ao lhe negarem o “controle” dos seus próprios corpos (...). Em Portugal, a maior parte das mulheres não só e apenas [*sic*] são «escravas» do homem, como desempenham “alegremente”, convictamente, o seu papel de mulher-objecto. (*idem*, 247-248, *itálicos meus*)

⁴⁹ Entre estas mulheres históricas e inventadas destacam-se Elizabeth de Hoven, Maria de la Ralde e Gabrielle de Strées, entre outras, todas elas parte de casos de bruxaria compiladas no *Dictionary of Witchcraft* (1965) de Jacques-Albin-Simon Collin de Plancy (Barreno/Horta/Costa, 2010: n63, 328-332).

Podemos verificar que estes três exemplos servem para explorar modelos distintos de opressão num contexto global, o que terá levado Ana Margarida Martins a comentar sobre a estratégia “universalista” das autoras: “Acquainted with some major second-wave concerns of universalist liberal feminism, they appropriated, for instance, Afghan Muslim examples of women’s oppression in order to express their own experiences” (Martins, 2012: 33). Dito isto, é importante reconhecer que este texto não constitui simplesmente uma universalização da experiência feminina a partir de uma perspetiva homogénea, como de facto aconteceu com algumas teorias feministas da Segunda Vaga; neste caso, há uma preocupação em dar voz a outras localizações. Nesta perspetiva, é de salientar que cada um destes três retratos de repressão da mulher é composto por uma afirmação e uma interrogação para analisar as circunstâncias específicas de cada uma daquelas localizações:

Digo:

Indirectamente, na América, como em tantos outros países, a lei protege uma estranha espécie de «pena de morte» aplicável às mulheres, ao lhe negarem o «controle» dos seus próprios corpos (...).

(Pergunto:

Que fazem os cinco mil ou dois mil homens que engravidaram essas duas ou cinco mil mulheres mortas na América todos os anos?)

(Barreno/Horta/Costa, 2010: 247)

No meio desta cartografia segmentada de realidades femininas no mundo, observa-se que Portugal é apenas o terceiro contexto a ser analisado neste estudo comparatista, assim demonstrando que as circunstâncias locais naquele país se enquadram no contexto mais amplo de uma comunidade feminina global. Referindo-se às condições específicas de Portugal, o texto menciona que esta realidade nacional tem opressões em comum com os Estados Unidos (“também em Portugal o aborto é ilegal” [*idem*: 248]), assim como outras formas de repressão que são próprias do seu contexto nacional específico mas que se aproximam ainda de outras realidades internacionais: “não é necessário ser-se adúltera para ser «apedrejada», aniquilada... basta que ela surja e fale como «um homem»” (*ibidem*). Assim sendo, apesar de ser enraizada, num primeiro momento, em Portugal, *Novas Cartas Portuguesas* torna-se uma obra “glocal”, representando a forma como o global é incorporado

no local e o local é incorporado no global, ou seja, ilustrando os *efeitos transnacionais da glocalização* (cf. Friedman, 1998: 114).

Uma das estratégias mais importantes na construção desta solidariedade feminina à escala transnacional é, sem dúvida, a partilha de experiências pessoais entre mulheres, que remete para os eventos de *consciousness-raising* praticados por algumas ativistas da Segunda Vaga Feminista.⁵⁰ De facto, Chatarina Edfeldt observa que foi precisamente devido à aproximação das *Novas Cartas* a estes grupos de ativismo que o livro teve relevância na Suécia: “o livro poderia ter sido considerado uma obra-prima literária do método *consciousness-raising* e deveria ter sido reconhecido como tal” (Edfeldt, 2014: 385). Para além de todos os casos *pessoais* de opressão que foram esboçados no Capítulo II, em textos como “Primeira Carta III”, as Três Marias afirmam explicitamente que o seu objetivo, na escrita do livro, é o de criar um intercâmbio entre mulheres com experiências diferentes de repressão: “E assim nos expomos umas às outras, contando-nos talvez um homem, sim, porém também de nós nem sempre os homens” (*idem*: 33). Deste modo, sugerem que a obra poderia funcionar como uma forma de sensibilização para as várias opressões provenientes do sistema patriarcal, assim como uma panóplia de outras repressões e discriminações sociais. Neste sentido, o projeto das autoras assemelha-se àquele da Liga das Mulheres na Suécia dos anos setenta:

As nossas histórias podiam ser comparadas. As nossas próprias vidas podiam ser colocadas num contexto estrutural e poderíamos destacar padrões comuns. Para muitas de nós, foi libertador perceber que o pessoal podia ser político e isso deu-nos uma energia tremenda. (Wirén, *apud* Edfeldt, 2014: 388)

No âmbito desta prática de *consciousness-raising*, a metáfora do “corpo” (enquanto expressão do material e particular), também assume um papel central. Há numerosos textos do livro que ilustram a violência contra o corpo da mulher no espaço doméstico (Simosas, 2007: 111): veja-se, por exemplo, “O PAI”, em que a violação de uma filha pelo seu pai é

⁵⁰ Os chamados *rap groups*, ou o método de *Radical Feminist Consciousness-Raising*, foram preponderantes sobretudo nos Estados Unidos da América durante os anos sessenta e setenta (cf. Edfeldt, 2014: 386), dando origem à conhecida frase “The Personal is Political” de Carol Hanisch (1969). Segundo Jo Freeman, estes grupos ajudaram mulheres com distintas circunstâncias “pessoais” a perceberem a natureza comum, logo *política*, das opressões que sofriam no seu dia-a-dia: “Women came together in small groups to share personal experiences, problems, and feelings. From this public sharing comes the realization that what was thought to be individual is in fact common: that what was thought to be a personal problem has a social cause and a political solution” (*apud* hooks, 2000: 48-49).

ilustrada em termos gráficos (Barreno/Horta/Costa, 2010: 129-130), e outros textos em que o corpo é sexualizado (“A Paz”, “O Corpo”). No entanto, aquilo que todos os retratos do corpo no livro têm em comum é a sua associação explícita à identidade pessoal e específica, como nota Marta Simosas: “Em *Novas Cartas Portuguesas*, a subjectividade do Eu dos sujeitos enunciadore não exclui, de todo, a materialidade, a corporalidade, a especificidade do corpo” (Simosas, 2007: 130). Pelo contrário, podemos argumentar que a especificidade do corpo feminino nesta obra contribui para uma *objetividade* feminista, ao mostrar visões particulares de mulheres através da sua localização mais próxima. Voltando a Rich, a autora defende a necessidade de *começar pelo corpo*, corpo esse que deverá ser sempre pessoal e específico para poder articular uma experiência feminina material: “to write ‘my body’ plunges me into lived experience” (*idem*: 215). Além disso, Haraway defende uma visão a partir do corpo, a fim de atingir o estado de *embodied objectivity*: “I am arguing for the view from a body, always a complex, contradictory, structuring, and structured body” (Haraway, 1988: 586). Nas *Novas Cartas*, o corpo é conceptualizado como uma forma de comunicar, dentro de uma comunidade feminina, as realidades pessoais de diversas mulheres: “ouve minha irmã: o corpo. Que só o corpo nos leva até aos outros” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 113). Aliás, em outros textos, o vocabulário utilizado para descrever esta troca de experiências e conhecimentos é decididamente *corpóreo*, igualando a partilha de experiências entre mulheres às transfusões de sangue: “nosso intercâmbio – e toda a amizade de mulheres – tem um tom de uterino, de troca lenta, sanguínea e carente, de situação e princípio retomada” (*idem*: 82). Assim sendo, cada “corpo” representa uma realidade feminina pessoal que deverá ser partilhada a nível global: “Nossa paixão será o corpo / E exercício o mundo” (*idem*: 63).

Simultaneamente, vários textos da obra exploram os limites do corpo feminino em termos geométricos. Verifica-se uma linguagem fortemente associada à *dimensionalidade*, ou até à *cartografia* (cf. Owen, 1999), associando o corpo feminino ao espaço físico: “o nosso espaço vazio, (...) a nossa constante descoberta dos *contornos imprecisos*, dos *perfis exactos*, da *dureza das formas*” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 33, *itálicos meus*). Uma vez feito este *mapeamento* do corpo individual, as autoras procedem à união de múltiplos corpos num acto de resistência física. Por isso, em “Texto de honra ou de interrogar (...)”, a voz autoral defende que se juntem numerosos corpos num *bloco*: “Digo: Chega. É tempo de se gritar: chega. E formarmos um bloco com os nossos corpos” (*idem*: 250).

Com esta metáfora de um “bloco” físico, *Novas Cartas Portuguesas* constrói uma política de localização de *resistência*, que abrange distintas realidades dentro de um único espaço de actuação política. Em vários outros textos da obra, a diferença estrutural entre mulheres, que é incorporada na unidade (“penso em vós ambas e vos distingo e não distingo do tudo que formamos” [*idem*: 186]) é definido ao mesmo tempo como o elemento essencial na luta contra forças de opressão: “o chão da revolução não é a morte da diferença (...). O chão da revolução é a morte do valor da diferença, de todas as diferenças” (*idem*: 286). Neste contexto de união na diferença, a sororidade é construída através de uma luta e estratégia comum, tal como evidenciado no texto “Terceira Carta II”: “Este rego de amores que cresce entre nós, nem de nostalgia, nem de vingança, como de mães e filhas de uma mesma casa, ou, maior escândalo, como de obreiras frente à mesma adversa matéria (...) instaurando a lei de uma nova irman(dade)” (*idem*: 29). Neste sentido, a estratégia das autoras aproxima-se das reivindicações de Friedman, para uma única teoria feminista global (de localização), constituído por distintas perspectivas de mulheres em contextos variáveis. Como diz Friedman, à semelhança de hooks, as Três Marias favorecem um movimento de resistência singular que engloba as mulheres do *centro* e da *margem*:

To build a mass-based feminist movement, we need to have a liberatory ideology that can be shared with everyone. That revolutionary ideology can be created only if the experiences of people on the margin who suffer sexist oppression and other forms of group oppression are understood, addressed and incorporated. They must participate in feminist movement as makers of theory and as leaders of action. (hooks, 2000: 163)

Podemos concluir, portanto, que as políticas de localização enunciadas em *Novas Cartas Portuguesas* têm um evidente objetivo de rebelião e de revolta contra diversas forças de opressão. Ao longo deste livro, as autoras ocupam tanto a *margem* como o *centro* estrategicamente, procedendo à desconstrução das localizações repressivas, com o aparente objetivo de criar novos espaços de liberdade e de escolha. Finalmente, as Três Marias ultrapassam as localizações específicas de Portugal, para fazer um apelo de solidariedade e irmandade universal. O objetivo é também o de encontrar apoio noutros lugares para complementar as “parcas armas” da mulher portuguesa: “em boa verdade vos digo: que continuamos sós mas menos desamparadas” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 304).

CONCLUSÃO

“Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível”

Dizer aos outros de nós é sempre difícil.

*

Só de nostalgias faremos uma irmandade e um convento, Soror Mariana das cinco cartas.

Maria Isabel Barreno
Maria Teresa Horta
Maria Velho da Costa

É inegável que Adrienne Rich conheceu, nos anos setenta, o caso das Três Marias e o livro que elas escreveram juntas e pelo qual sofreram represálias, como se pode verificar pela Declaração de Apoio às autoras que a escritora norte-americana enviou às autoridades diplomáticas portuguesas nos EUA, em 1973:

Tendo lido excertos de *Novas Cartas Portuguesas*, tenho a honra de declarar a minha solidariedade para com as Três Marias. O encarceramento das autoras e a apreensão do seu livro é mais um exemplo da tentativa, que tem caracterizado a sociedade patriarcal através da história, de manter as mulheres em silêncio (...). Eu celebro a descoberta de três irmãs que já não poderão ser silenciadas, quer devido à sua própria coragem, quer porque as mulheres pelo mundo fora estão a par do seu caso e estarão a ouvir com atenção a sua voz coletiva. (*apud* Klobucka, 2014: 210)

Por sua vez, a conhecida ativista feminista americana Robin Morgan (editora da antologia pioneira do feminismo global, *Sisterhood is Global* [1984]), estava consciente da qualidade e importância das *Novas Cartas* já em 1974, quando escreveu a introdução para uma adaptação teatral de partes da obra em Nova Iorque:

Their collective book explores (...) the exploitation of *our* sexuality, and the denial of *our* own fulfilment as whole human beings. It speaks of the suffering caused by rape, prison, sadistic abortions, it explores *our* political and economic condition. (*apud* Martins, 2012: 29)

Assim sendo, será possível que o contacto com o caso das Três Marias e a leitura de *Novas Cartas Portuguesas* tenha influenciado as novas perspectivas feministas que Rich e Morgan desenvolveram? Talvez sim, talvez não. Porém, como relembra Martins, as várias escritoras internacionais que apoiaram as Três Marias nunca utilizaram esse livro expressamente como uma ferramenta teórica: “It is fair to say today, with forty years’ hindsight, that the renowned international scholars who publicly defended *Novas Cartas*, the Three Marias and their publisher (...) never explicitly incorporated this text into their own theoretical and critical work” (Martins, 2012: 25). Não obstante, no caso de Portugal, é necessário reconhecer uma exceção notável a esta tendência. Em 1981, um ano depois de ter escrito dois prefácios para a edição do livro de 1980, Maria de Lourdes Pintasilgo publicou o texto *Os Novos Feminismos: Interrogação para os Cristãos?*, no qual cita a obra das Três Marias extensivamente. Nesse livro de Pintasilgo, muitos dos aspetos das “políticas de localização”, tais como a importância do ponto de enunciação da mulher e a visão parcial, são tentativamente explorados:

Os grandes conjuntos, as grandes teorias, os princípios globalizantes, não dão conta da situação concreta a partir da qual cada mulher fala – e essa falência conceptual atinge toda a realidade. A palavra das mulheres afirma que só parcialmente se pode entender as coisas. (Pintasilgo, 1981: 46)

Foi precisamente a capacidade de *Novas Cartas Portuguesas* de antecipar, através do espaço do literário, alguns dos aspetos que viriam a ser explicitamente teorizados apenas nas décadas seguintes que se pretendeu explorar neste estudo, tentando mostrar como esta obra não se situa nas *margens* da teorização feminista internacional, mas antes no seu *centro*. O modo como as *Novas Cartas* articulam diferentes vozes e conhecimentos parciais, *politizando a localização*, diz bem do carácter inovador e revolucionário desta obra literária.

Assim, no Capítulo I, procurou-se explorar várias formas de conceptualizar a localização e as posições de margem e centro, com base nas teorias de Adrienne Rich, Joan Borda, Donna Haraway, Susan Stanford Friedman, bell hooks e Kimberlé Crenshaw, sendo que todas estas autoras utilizam a metáfora do *espaço* para conceptualizar a particularidade do ponto de enunciação de cada mulher. Depois, tendo em consideração estes conceitos teóricos, o foco passou para o contexto específico de Portugal em 1972 (ano da publicação do livro), sob a égide do regime ditatorial do Estado Novo. Procurou-se exemplificar como o regime de Marcelo Caetano (e antes dele o de Salazar) exercia um papel opressivo sobre as

mulheres, consubstanciado numa série de leis e práticas políticas discriminatórias do sexo feminino. Paralelamente, foram assinalados outros fatores sociais que contribuíam para diversos níveis de subordinação das mulheres no país: para além da localização literalmente *geográfica*, que em muitos casos envolvia um desacerto entre os valores sociais e os níveis de desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas do país, foram destacadas as questões da classe social/económica, do grau de educação e da situação laboral como elementos que distinguiam as experiências diárias das mulheres em Portugal. Por ser também objeto de análise nas *Novas Cartas*, procurou-se refletir sobre a identidade racial, sobretudo no que diz respeito ao modo como a metrópole via as mulheres das colónias do Ultramar. Argumentou-se ainda que, em numerosos casos, estes fatores se *interseccionavam* e interagiam para determinar os vários pontos de enunciação das mulheres portuguesas na época, ora falando das *margens*, ora falando dos *centros*.

Depois, no início do Capítulo II, detivemo-nos sobre a localização das Três Marias, enquanto escritoras, que, apesar de serem *marginalizadas* pelo seu sexo, ocupavam uma posição de relativo *centro* na sociedade portuguesa, devido à sua situação privilegiada em termos sociais e económicos relativamente a outras mulheres. Note-se, porém, que esses privilégios não as impediram de dialogar com as realidades da margem quer nas *Novas Cartas*, quer nas várias obras que publicaram independentemente. A seguir, procedeu-se à localização das múltiplas vozes “repartidas” no texto, isto é, as vozes ficcionais de múltiplas mulheres ao longo dos tempos. Procurou-se mostrar que as mulheres que aparecem no livro são condicionadas pelo *lugar*, o que se torna evidente nos níveis minuciosos de fixação geográfica dos textos e nas várias referências a determinadas regiões em Portugal. Esta preocupação com o espaço constrói tensões entre as *margens* geográficas do país, tais como o Alentejo e outras zonas rurais, e os grandes *centros* urbanos como Lisboa, sem esquecer o estatuto marginal de Portugal perante outros países como a França, evidente na relação entre Mariana e Chamilly. Paralelamente, foram abordadas outras formas de localização das mulheres portuguesas na obra, através da análise interseccional dos fatores da raça, da classe social/económica, da situação de emprego e do nível de educação. Procurou-se, assim, mostrar como, através do “fresco” de mulheres que é pintado no livro, as autoras identificam as diversas posições de *margem* e *centro* que as mulheres ocupavam na sociedade portuguesa, estabelecendo assim, nas palavras de Borsa, um “critical positioning” (Borsa, 1990: 36).

Por último, o Capítulo III centrou-se no modo como as Três Marias *politizam* os espaços de habitação ocupados pelas vozes femininas das *Novas Cartas*, a fim de resistir aos agentes de opressão. Foi observado que as autoras se apropriam do poder da margem (e também do centro) enquanto espaços de resistência, mas também que aqueles centros e margens se tornam entidades diluíveis, feitas de “areia”, que perdem a sua fixidez e inevitabilidade. Assim, procurou-se mostrar que o livro *resiste* através da desconstrução das localizações existentes, utilizando a fluidez e a instabilidade (que a Teoria *Queer* ajuda a compreender) para “descoser” as circunstâncias vigentes que reprimiam as mulheres. Desta forma, foi argumentado que, se por um lado o objetivo das Três Marias parece ser o de derrubar uma ordem social existente, por outro, as autoras apontam para a construção de uma nova estrutura social, através de actos de criação conjunta. Dentro desta nova sociedade, as localizações não seriam impostas sobre as mulheres, mas seriam antes *escolhidas* por elas. Finalmente, procurou-se mostrar como, sem perder a sua especificidade nacional, este livro se enquadra numa esfera global (ou “glocal”) de “sororidade” feminina, através de estratégias de desterritorialização e de universalização. Por outras palavras, as *Novas Cartas* utilizam “azulejos”, ou seja, *situated knowledges*, baseados na parcialidade, para construir um “painel” universal de luta solidária. Neste contexto, procurou-se chamar a atenção para a estreita relação entre esta obra e o método de *consciousness-raising* (praticado pelos movimentos feministas de vários outros países), no qual a visão a partir da experiência pessoal de cada mulher e do próprio corpo é essencial. É através de todos estes *corpos* individuais que a obra constrói um único “bloco” de resistência, deste modo restaurando uma noção de unidade às numerosas diferenças entre as mulheres.

Esta análise de *Novas Cartas Portuguesas* foi inspirada por algumas observações já feitas acerca da obra, como vimos, nomeadamente em relação à “estratificação” da sociedade retratada no livro e à presença de vozes “localizadas” que sofrem “múltiplas opressões”. A presente abordagem procurou aplicar um conjunto de teorias sobre a localização e o *mapeamento* da experiência feminina à leitura das *Novas Cartas*, entendendo a “localização” em termos literalmente espaciais, mas também através de um conjunto de fatores sociais que se interseccionam em várias situações de discriminação. Assim, neste estudo, o conceito de *locationality* foi entendido a vários níveis, refletindo as várias formas como as Três Marias localizam as mulheres na obra. Neste sentido, argumentou-se que a estratégia utilizada pelas autoras não é apenas a de *localizar*, mas sobretudo a de *glocalizar*, refletindo as tensões

inerentes entre as circunstâncias específicas de Portugal e uma realidade global de opressão das mulheres.

No processo de *mapeamento* efetuado ao longo do presente estudo, pretendeu-se responder a algumas das lacunas na recepção crítica do livro identificadas por Martins, que é a desconsideração de Portugal como um espaço da *margem* incapaz de contribuir para debates teóricos:

Neither the universalist (international feminist) nor the nationalist (Portuguese non-feminist, anti-fascist) types of reading provide wholly adequate tools for dealing with *Novas Cartas*, for they have equally contributed to marginalising it on a theoretical level. This situation has reinforced a perception of Portugal (...) as [a] Lusophone spac[e] where the possibility of responding to theoretically informed international political action simply does not exist. (Martins, 2012: 27)

À luz desta observação, a presente abordagem também considerou a relação problemática que tem existido entre a especificidade portuguesa de *Novas Cartas Portuguesas* e importantes teorias feministas internacionais (“more research is needed in order to throw light on the largely overlooked relationship between Portugal and the dominant French and Anglo-American theory centres” [*idem*: 37]). Assim, aplicando um conjunto de teorias feministas anglo-saxónicas dos anos oitenta e noventa, argumentou-se que é precisamente através da localização minuciosa das *Novas Cartas* (a vários níveis) dentro de um determinado país que a obra entra em diálogo com a teorização feminista num contexto internacional.

Desta forma, *Novas Cartas Portuguesas*, enquanto “longa carta a um interlocutor invisível” (Barreno/Horta/Costa, 2010: 3), fala a partir de determinados pontos de enunciação para comunicar com o mundo exterior. À semelhança da carta esboçada por Adrienne Rich no seu ensaio pioneiro, poderíamos imaginar que as Três Marias localizam (e politizam) o seu espaço de escrita a partir de um endereço semelhante ao de Rich:

Maria Isabel Barreno / Maria Teresa Horta / Maria Velho da Costa
Tipografia António Coelho Dias, Lda.
Rua João Pereira da Rosa 20A
Lisboa
Portugal
Europa
O Hemisfério Ocidental
O Mundo.

Do mesmo modo, ao incorporarmos todas as vozes “repartidas” no livro, poderíamos ainda considerar uma série de outros remetentes e endereços:

Sóror Mariana Alcoforado / D. Joana de Vasconcelos / D.Brites / Mariana / Maria / Maria Ana / Mónica Beja / Lisboa / Aldeia de Carvalhal / Parte Incerta
Portugal
Europa
O Hemisfério Ocidental
O Mundo.

Dito isto, para estudos posteriores, seria importante adicionar um outro fator de localização que não foi abordado aqui: a questão do *tempo*. Isto é, para além de conceptualizar a localização através de um eixo geograficamente *horizontal*, fazendo uma análise sobretudo sincrónica, poder-se-ia ainda incorporar o tempo diacrónico como um eixo *vertical* no gráfico da interseccionalidade. Por exemplo, poder-se-ia ter em consideração *O Tempo das Mulheres* (1988) de Isabel Allegro de Magalhães, considerando as formas como diferentes períodos históricos *situam* as vozes no feminino nas *Novas Cartas*, fazendo uma leitura diacrónica aprofundada (sobretudo do núcleo de vozes em torno de Mariana Alcoforado). Alternativamente, seria interessante aplicar as políticas de localização a escritoras portuguesas associadas a determinadas regiões do país, tais como Agustina Bessa-Luís (o Norte), Natália Correia (os Açores), e Lídia Jorge (o Algarve), para determinar o papel do ambiente *local* nas diversas experiências das personagens femininas. Poder-se-ia ainda considerar a maneira como o sexo, a classe social e a *geografia* (entre outros factores) se *interseccionam* nas obras de escritoras contemporâneas, para complementar estudos como “Feast or feminism: women, revolution and class in works by Hélia Correia and Olga Gonçalves”, de Hilary Owen (1992).

A este respeito, e em jeito de nota final, torna-se evidente a continuada relevância das políticas de localização em *Novas Cartas Portuguesas* para a sociedade contemporânea. No caso português, basta olharmos para os resultados do referendo nacional sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (2007) para perceber que mesmo num país relativamente pequeno, as atitudes sociais para com os direitos da mulher podem variar de forma significativa de região para região. Nomeadamente, o mapa dos resultados deste referendo demonstra que foram sobretudo as populações rurais do Norte e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que

votaram contra a interrupção.⁵¹ À escala global, verifica-se que as mulheres muçulmanas sofrem, cada vez mais, as múltiplas opressões da misoginia, do racismo e da islamofobia que se *interseccionam*, embora se possa considerar que a sua própria *marginalidade* funciona por vezes como uma arma de resistência, através de símbolos como a *burkha* (cf. Murray, 2013). Em contrapartida, nos Estados Unidos, observa-se que Hillary Clinton, a primeira mulher candidata presidencial do Partido Democrata que é decididamente do *centro* (branca, de classe média-alta), tem baseado a retórica da sua campanha contra Donald Trump na comunicação entre os centros e as margens da sociedade americana, recorrendo a *slogans* como *E pluribus unum* [“de muitos, um”] (Clinton, 2016).⁵² Quarenta e quatro anos depois da publicação das *Novas Cartas*, e no ano da triste morte de Maria Isabel Barreno, as questões que esta obra levanta – as desigualdades e distinções dentro da população feminina, a rede de múltiplas opressões que pesam sobre a mulher em determinadas circunstâncias locais, e as posições marginais e cênicas que todas as mulheres ocupam – ainda são urgentes.

⁵¹ <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=28&mes=06&ano=1998&eleicao=re1>

⁵² O discurso de Hillary Clinton, durante a Convenção Nacional do Partido Democrata, 28 de Julho de 2016, pode ser consultado aqui na íntegra: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=118051>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia primária

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da (1975), *The Three Marias: New Portuguese Letters*. Trad. Helen R. Lane. EUA: Doubleday.

__ (2010), *Novas Cartas Portuguesas*. Edição Anotada, Org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote [1972].

Bibliografia secundária

ALCOFORADO, Mariana (Atribuído) (1993), *Cartas Portuguesas*. Trad. Eugénio de Andrade. Lisboa: Assírio & Alvim [1969].

ALMEIDA, São José / AMARAL, Ana Luísa (2010), “As Novas Cartas Portuguesas regressam do desterro – Entrevista com Ana Luísa Amaral”, *Público (Cultura Ípsilon)*, edição online, 10 de Novembro de 2010, <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/as-quotnovas-cartas-portuguesasquot-regressam-do-desterro-269262> (acedido em 17/09/16).

AMARAL, Ana Luísa (2001), “Desconstruindo Identidades: Ler *Novas Cartas Portuguesas* à Luz da Teoria Queer”, *Cadernos de Literatura Comparada 3-4: Corpo e Identidades*, pp. 77-91.

__ (2010), “Breve Introdução”, in *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, pp. xv-xvi.

__ (2013), “Literatura e Mundo em *Novas Cartas Portuguesas*: O Azulejo dos Tempos”. *Elyra: Revista de Rede Internacional Lyracompoetics*, No.1, pp. 5-24.

AMARAL, Ana Luísa / FREITAS, Marinela. (2014a), “Introdução – *Novas Cartas Portuguesas*: Entre Portugal e o Mundo”. in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 15-30.

__ (2014b), “Da ‘exposição de meninas na roda’: a recepção em Portugal de *Novas Cartas Portuguesas*.” in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 35-105.

AMARAL, Ana Luísa / MACEDO, Ana Gabriela (Org.) (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento.

AZEVEDO, Cândido de (1997), *Mutiladas e Proibidas: Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Caminho.

__ (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.

BARRENO, Maria Isabel / FERNANDES, C. A. / VARA, F. Henrique (1966), *Adaptação do Trabalhador de Origem Rural ao Meio Industrial Urbano*. Lisboa: Publicações INII.

BORSA, Joan (1990), “Towards a Politics of Location: Rethinking Marginality”. *Canadian Woman Studies*, Vol. 11, No.1, 1990, pp. 36-39.

CARVALHO, Adília Martins de / LEVÉCOT, Agnès / DUMAS, Catherine / LIMA, Inês / CARMO, Sarah (2014), “*Novas Cartas Portuguesas* em França: Paradoxos de uma recepção atribulada”, in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 107-181.

CIXOUS, Hélène (1976), “The Laugh of the Medusa”. Trad. Keith Cohen & Paula Cohen. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, pp. 875-893.

CLINTON, Hillary (2016), “Address Accepting the Presidential Nomination at the Democratic National Convention in Philadelphia, Pennsylvania, July 28, 2016”, recurso online, 28 de Julho de 2016, <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=118051> (acedido em 22/09/2016).

COELHO, Lina (2013), “Mulheres e Desigualdades em Portugal: Conquistas, Obstáculos, Contradições e Ameaças”. in *Criar, Trabalhar, Valorizar: as mulheres contribuem para o desenvolvimento do país*. Ed. Movimento Democrático das Mulheres. Lisboa: Movimento Democrático das Mulheres - MDM.

COLEPICOLO, Sheila Cristina (2007), *Transgressão em Novas Cartas Portuguesas*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

COLLINS, Patricia Hill (2002), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. London: Routledge [1990].

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (2007), “Resultados Nacionais do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez em Fevereiro 2007”, recurso online, <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=11&mes=02&ano=2007&eleicao=re1> (acedido em 22/09/2016).

Constituição Política da República Portuguesa e Acto Colonial (1935). Lisboa: Livraria Moraes.

COSTA, Maria Velho da (1976), *Revolução e Mulheres*. Lisboa: Plátano.

COSTA-SACADURA, Prof. (1939), *Dois Problemas de Assistência*. Lisboa: S/N.

COUTINHO, Isabel (2016), “Morreu Maria Isabel Barreno, que ‘foi mais do que uma das Três Marias’”, *Público (Cultura Ípsilon)*, edição online, 03 de Setembro de 2016, <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/morreu-maria-isabel-barreno-uma-das-tres-marias-1743111> (acedido em 03/09/2016).

COUTO, Anabela (2005), “O retrato da mulher durante o Estado Novo”. *Jornalismo Porto Net*, artigo online, 26 de Abril de 2005, <http://jpn.up.pt/2005/04/26/o-retrato-da-mulher-durante-o-estado-novo/> (acedido em 17/09/2016).

CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), “Demarginalising the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, in *University of Chicago Legal Forum* 14, pp. 139-167.

__ (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”, in *Stanford Law Review* Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

EDFELDT, Chatarina. (2006), *Uma história na História: Representações da Autoria na História da Literatura Portuguesa do século XX*. Montijo: Câmara Municipal do Montijo.

__ (2014), “Sororidade transnacional como acto político: A recepção de *Novas Cartas Portuguesas* na Suécia”, in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 365-420.

FALCONI, Jessica (2014), “Em torno do silêncio sobre *Novas Cartas Portuguesas* em Angola e Moçambique”. in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 589-627.

FLORES, Conceição / DUARTE, Constância Lima / MOREIRA, Zenóbia Collares (2009), *Dicionário de Escritoras Portuguesas*. Florianópolis: Editora Mulheres.

FRIEDAN, Betty (1963), *The Feminine Mystique*. New York: W.W. Norton & Company.

FRIEDMAN, Susan Stanford (1998), *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press.

GORJÃO, Vanda (2007), “Oposição feminina (?), oposição feminista ao Estado Novo”, in *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos – 80 Anos Depois*. Org. Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Sousa de Almeida. Lisboa: Dom Quixote, pp. 108-123.

GUIMARÃES, Elina (1986), “A mulher portuguesa na legislação civil”, in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp. 557-577.

HARAWAY, Donna, (1988), “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”, *Feminist Studies*, Vol. 14, No. 3, Autumn 1988, pp. 575-599.

HOOKS, bell (1990), “Choosing the Margin as a Space of Radical Openness”, in *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. Massachusetts: South End Press, pp. 145-154 [1988].

__ (2000), *Feminist Theory: From Margin to Center*. Oxon: Routledge [1984].

HORTA, Maria Teresa (1977), *Mulheres de Abril*. Amadora: Caminho.

KLOBUCKA, Anna M. (2006), *Mariana Alcoforado: Formação de um Mito Cultural*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

__ (2012), ““Considerai, irmãs minhas”: as negociações de parentesco e comunidade entre as *Lettres Portugaises* e as *Novas Cartas Portuguesas*.” *Cadernos de Literatura Comparada* 26-27: *Novas Cartas Portuguesas e os Feminismos*, pp.41-61.

__ (2014), “*Novas Cartas Portuguesas* nos Estados Unidos”, in *Novas Cartas Portuguesas: Entre Portugal e o Mundo*. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp.183-237.

LA BARBERA, Maria Caterina (2012), “Intersectional-Gender and the Locationality of Women “in Transit”. in *Feminism and Migration: Cross-Cultural Engagements*. Amsterdam: Springer, pp. 17-31.

LANE, Helen R. “Translator’s Preface”, in *The Three Marias: New Portuguese Letters*. EUA: Doubleday, pp.7-13.

MARTINS, Ana Margarida (2012), “*Novas Cartas Portuguesas*: The Making of a Reputation”. *Journal of Feminist Scholarship* No.2, Spring 2012, pp. 24-39.

MORGAN, Robin (1996), “Planetary Feminism: The Politics of the 21st Century”, in *Sisterhood is Global: The International Women’s Movement Anthology*. New York: Belleville, pp. 1-37 [1984].

MORUJÃO, Isabel (2013), *Por Trás da Grade: Poesia Conventual Feminina em Portugal Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MURRAY, Terry (2013), “Why Feminists should oppose the Burkha”, *The New Humanist*, online edition, 26th Junho 2013, <https://newhumanist.org.uk/articles/4199/why-feminists-should-oppose-the-burqa> (acedido em 10/09/16).

NASH, Mary (2004), “As Mulheres no Mundo”. Gaia: Editora Ausência.

NEVES, Helena (2001), *O Estado Novo e as Mulheres: O Género Como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu República e Resistência.

NUNES, Natália (1972), in *A Condição da Mulher Portuguesa*. Lisboa: Estampa, pp.59-73.

OSÓRIO, Ana de Castro (1905), *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Viuva Tavares Cardoso [Digitalizado].

OWEN, Hilary. (1999), “New Cartographies of the Body in *Novas Cartas Portuguesas*: The (Counter) Narrative of the Nation and the Sign of the Voyage Back.” *Ellipsis: Journal of the American-Portuguese Studies Association* No. 1: *Engendering the Nation*, pp. 45-61.

__ (2007), *Mother Africa, Father Marx: Women’s Writing of Mozambique 1948-2002*. Lewisburg: Bucknell University Press.

OWEN, Hilary / PAZOS ALONSO, Cláudia (2011), *Antigone's Daughters? Gender, Genealogy, and the Politics of Authorship in 20th-Century Portuguese Women's Writing*. Lewisburg: Bucknell University Press.

PEREIRA, Gabriela da Cunha (2007), "Opressor – oprimido: um estudo sobre as *Novas Cartas Portuguesas*", *Revista Gatilho*, Ano III, Vol. 5. Julho 2007. <http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/artigo07gabriel.pdf> (acedido em 17/09/2016).

PIMENTEL, Irene Flunser (2007), "O Estado Novo, as mulheres e o feminismo", in *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos – 80 Anos Depois*. Org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Sousa de Almeida. Lisboa: Dom Quixote, pp. 90-107.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. (1981), *Os Novos Feminismos: Interrogação para os Cristãos?* Lisboa: Moraes.

__ (1996), "Portugal: Daring to be Different", in *Sisterhood is Global: The International Women's Movement Anthology*. New York: Belleville, pp. 571-572. 1996 [1984].

__ (2010a), "Pré-Prefácio (leitura breve por excesso de cuidado)" in *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, pp. xxvii-xxix [1980].

__ (2010b). "Prefácio (leitura longa e descuidada)", in *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, pp. xxxi-xxviii [1980].

RIBEIRO, Sérgio (1972), in *A Condição da Mulher Portuguesa*. Lisboa: Estampa, pp. 19-30.

RICH, Adrienne. (1986a), "Blood, Bread and Poetry: The Location of the Poet", in *Blood, Bread and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. EUA, W.W. Norton, pp. 167-187 [1983].

__ (1986b), "Notes Toward a Politics of Location", in *Blood, Bread and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. EUA: W.W. Norton, pp. 210-231 [1984].

__ (2002), "Planetarium", *The Fact of a Doorframe: Selected Poems 1950-2001*. New York and London: Norton. pp. 73-74.

RODRIGUES, Urbano Tavares (1972), "Apresentação", in *A Condição da Mulher Portuguesa*. Lisboa: Estampa, pp. 9-17.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. (1981), *Women in Class Society*. Trad. Michael Vale. New York: Monthly Review Press [1969].

SALAZAR, António Oliveira de (1935), *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora.

SCHOLZ, Sally J. (2010), *Feminism: A Beginner's Guide*. Oxford: Oneworld.

SOLER, Elena Losada / MELO, Sónia Rita / GUARRO, Cristina (2014), "Novas Cartas Portuguesas em Espanha: o silêncio eloquente", in *Novas Cartas Portuguesas: Entre*

Portugal e o Mundo. Ed. Ana Luísa Amaral e Marinela Freitas. Porto: Dom Quixote, pp. 421-486.

SEIXO, Maria Alzira (2001), “Quatro razões para reler *Novas Cartas Portuguesas*”, in *Outros Erros: Ensaio de Literatura*. Porto: Asa Editores, pp. 179-187 [1998].

SIMOSAS, Maria Marta Pessanha Mascarenhas (2007), *A Fluida Arte da Descosura: Filosofias de Liberdade em Cartas Portuguesas e Novas Cartas Portuguesas*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

STOLER, Ann Laura (2002), *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. London: University of California Press.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. (2008), *Feminismos em Portugal: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Aberta.

__ (2010), *Feminismos em Portugal: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Alfragide: Texto.

“The Combahee River Collective Statement” (2000), in *Home Girls: A Black Feminist Anthology*. Ed. Barbara Smith, pp. 264-274 [1977].

VICENTE, Ana (2007), “O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação”, in *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos – 80 Anos Depois*. Org. Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Sousa de Almeida. Lisboa: Dom Quixote, pp. 59-73.

VIDAL, Duarte (1974), *O Processo das Três Marias: Defesa de Maria Isabel Barreno*. Lisboa: Futura.